

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	7
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	8
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	9
1.5 Principais clientes	12
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	13
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	14
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	15
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	16
1.10 Informações de sociedade de economia mista	18
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	19
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	20
1.13 Acordos de acionistas	21
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	22
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	23
1.16 Outras informações relevantes	24
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	25
2.2 Resultados operacional e financeiro	37
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	40
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	42
2.5 Medições não contábeis	44
2.6 Eventos subsequentes as DFs	46
2.7 Destinação de resultados	47
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	49
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	50
2.10 Planos de negócios	51
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	53
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	54
3.2 Acompanhamento das projeções	55

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	56
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	66
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	67
4.4 Processos não sigilosos relevantes	70
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	83
4.6 Processos sigilosos relevantes	84
4.7 Outras contingências relevantes	85
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	86
5.2 Descrição dos controles internos	89
5.3 Programa de integridade	92
5.4 Alterações significativas	95
5.5 Outras informações relevantes	99
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	100
6.3 Distribuição de capital	103
6.4 Participação em sociedades	104
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	105
6.6 Outras informações relevantes	106
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	107
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	109
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	110
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	111
7.4 Composição dos comitês	121
7.5 Relações familiares	122
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	123
7.7 Acordos/seguros de administradores	127
7.8 Outras informações relevantes	128
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	129

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	134
8.3 Remuneração variável	138
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	140
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	141
8.6 Outorga de opções de compra de ações	142
8.7 Opções em aberto	143
8.8 Opções exercidas e ações entregues	144
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	145
8.10 Outorga de ações	146
8.11 Ações entregues	147
8.12 Precificação das ações/opções	148
8.13 Participações detidas por órgão	149
8.14 Planos de previdência	150
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	151
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	153
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	154
8.18 Remuneração - Outras funções	155
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	156
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	157
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	161
8.20 Outras informações relevantes	162
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	167
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	169
9.4 Outras informações relevantes	170
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	171
10.1 Descrição dos recursos humanos	173
10.2 Alterações relevantes	176
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	177
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	178
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	179

Índice

10.5 Outras informações relevantes	180
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	181
11.2 Transações com partes relacionadas	182
11.3 Outras informações relevantes	183
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	184
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	185
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	186
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	188
12.5 Mercados de negociação no Brasil	189
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	190
12.7 Títulos emitidos no exterior	191
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	192
12.9 Outras informações relevantes	193
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	194
13.1 Declaração do diretor presidente	195
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	196
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	197

1.1 Histórico do emissor

1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor

A Companhia foi constituída em 31 de julho de 2000 sob a razão social Caroaci Participações S.A., alterada para Contax Participações S.A. em 30 de novembro de 2004 e posteriormente alterada para Liq Participações S.A em 30 de janeiro de 2018, e novamente, alterada, em 09 de março de 2020, para ATMA Participações S.A.. Em 8 de maio de 2025, a Companhia alterou novamente sua denominação social para CONTAX Participações S.A. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, e é controladora direta da: (i) Contax S.A., sociedade operacional que tem em sua atividade principal os serviços relacionados a *contact center* e prestação de serviços de *trade marketing*; (ii) Elfe Operação e Manutenção S.A., sociedade operacional que tem em sua atividade principal os serviços de manutenção industrial e *facilities*; e (iii) Solvian Tecnologia e Integração Eireli, sociedade operacional que tem em sua atividade principal os serviços de tecnologia integrada.

Em 2005, a Companhia obteve seu registro na B3 Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e na Securities and Exchange Commission (“SEC”), e, no mesmo ano, deu início às negociações de suas ações na B3 e, em seguida, no mercado de balcão norte-americano, por meio de American Depositary Receipts (“ADRs”). Em dezembro de 2005, o capital social da Companhia era representado por 127.373.917 ações ordinárias e 254.747.800 ações preferenciais.

Em 17 de outubro de 2007, os acionistas aprovaram o grupamento de todas as ações que representavam o capital social da Companhia, na ordem de 20 (vinte) ações para 01 (uma) ação do mesmo tipo, sem comprometer ou alterar as ADRs. O grupamento foi aprovado com o intuito de reduzir custos administrativos e operacionais, além de proporcionar aos pequenos acionistas uma forma de liquidez em curto prazo. Após referido grupamento, o capital social da Companhia passou a ser representado por 5.824.772 ações ordinárias e 10.031.914 ações preferenciais.

Em outubro de 2008, a Companhia investiu no segmento de terceirização de serviços voltados à tecnologia da informação, mediante a aquisição, por uma controlada, de 80% da participação acionária na Todo BPO Soluções em Tecnologia S.A., posteriormente sucedida pela Todo Tecnologia da Informação S.A. (“Todo”).

Em 13 de novembro de 2009, os acionistas da Companhia aprovaram novo grupamento de ações, na proporção de 50 (cinquenta) ações para uma 01 (uma) ação, com o desdobramento de cada ação grupada, na proporção de 01 (uma) ação existente após o grupamento, para 200 (duzentas) ações da respectiva espécie. O capital social da Companhia, então, passou a ser composto por 23.089.600 ações ordinárias e 36.681.000 ações preferenciais. Devido às movimentações descritas, a relação de troca entre ADSs para ações preferenciais, foi alterada para 05 (cinco) ADSs para cada 01 (uma) ação preferencial.

Em setembro de 2010, a Contax adquiriu 100% do capital social da Ability Comunicação Integrada Ltda. (“Ability”), inserindo-se no segmento de *Trade Marketing*, responsável pela promoção e venda de produtos e serviços diretamente em pontos-de-venda.

Ainda em setembro de 2010, a Contax S.A. estabeleceu sua filial na Argentina, a Contax Sucursal Empresa Extranjera (“Contax Argentina”), iniciando suas operações internacionais por meio da conquista da operação de Atendimento ao Cliente de uma das maiores empresas do mercado de telefonia móvel daquele país, marcando o início da estratégia

1.1 Histórico do emissor

de expansão de suas operações para a América Latina. A Contax Argentina foi encerrada em 18 de dezembro de 2015.

Em 25 de janeiro de 2011, a Companhia adquiriu a Mobitel S.A. (“Mobitel”), uma das maiores empresas de Contact Center e TI do Brasil, da Portugal Telecom, operação essa concluída com a incorporação das ações da Mobitel pela Companhia em 01 de julho de 2011. Na sequência de sua expansão, em abril de 2011, a Companhia adquiriu a Stratton Spain (conhecida como “Allus”) e de suas subsidiárias e sucursais distribuídas nas cidades de Córdoba e Mendoza (na Argentina); Bogotá e Medellín (na Colômbia); em Lima (no Peru), além de atividades comerciais *offshore* nos Estados Unidos, no Chile e na Espanha.

Em 2012, a Companhia deu início às operações de trade marketing na Colômbia, com a criação da “Ability Colômbia”, aproveitando as oportunidades de *cross selling* junto aos clientes da Allus. A Ability Colômbia foi posteriormente encerrada em 31 de março de 2015.

Em 28 de março de 2013, a CVM - Comissão de Valores Mobiliários deferiu à solicitação de cancelamento do Programa de *American Depositary Receipts*, Nível I, patrocinado, de ações preferenciais da Companhia até então registrado na CVM sob o nº CVM/SRE/RDR/2005/005. Na sequência, os acionistas da Companhia aprovaram a reorganização societária, que permitiu a sua migração para o segmento especial de listagem Nível 2 da B3, com (i) um desdobramento das ações ordinárias e preferenciais, de forma que cada 01 (uma) ação passaria a ser representada por 05 (cinco) ações da mesma espécie, com os mesmos direitos políticos e econômicos; e (ii) a implantação de um programa de emissão de certificados de depósitos de ações (“Units”), sendo que cada Unit seria composta por 01 (uma) ação ordinária e 04 (quatro) ações preferenciais de emissão da Companhia (“múltiplo de ações”), negociadas na B3 por meio do código CTAX11.

Em 10 de outubro de 2013, o período de conversão de ações no chamado Programa de Units foi encerrado, ocasião em que as Units passaram a representar 78,63% do capital social total da Companhia, e 96,23% do *free-float*. Em 01 de julho de 2014, a controlada indireta Liq Corp S.A incorporou sua controladora direta Contax S.A. (incorporação reversa), passando a ser uma controlada direta da Companhia.

Em 09 de setembro de 2016, a Companhia divulgou Fato Relevante informando ao mercado sobre a conclusão da alienação da Allus ao Grupo Konectanet S.L (“Konecta”), após a implementação das condições precedentes estabelecidas no Contrato de Compra e Venda de Ações, celebrado em 10 de junho de 2016.

A negociação do primeiro Reperfilamento foi concluída em março de 2016, e resultou no atendimento, por parte dos credores, aos pleitos da Companhia, mediante o cumprimento de determinadas condições, dentre elas, a realização de uma oferta de ações, nos termos da Instrução CVM 476/09, para aumento de seu capital no valor de R\$200 milhões, adicionalmente, caso a Oferta Restrita não atingisse o valor total de R\$200 milhões, a Companhia deveria emitir debêntures conversíveis subordinadas, que diante das condições adversas do mercado não ocorreu (vide item 10.9 deste Formulário).

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de abril de 2016, os acionistas da Companhia aprovaram a migração para o Novo Mercado, e as consequentes adequações societárias, de modo que, ao final, nenhum acionista passou a deter mais do que 50% do capital social da Companhia, havendo a dispersão de seu capital social. Em 18 de julho de 2016, a B3

1.1 Histórico do emissor

concluiu a análise do processo de migração da Companhia para o segmento especial de listagem denominado Novo Mercado e em 21 de julho de 2016 as ações da Companhia passaram a ser negociadas neste segmento.

Em 2016, no âmbito de um processo de simplificação societária, visando a (i) consolidação das operações de teletendimento e trade marketing do grupo em uma única sociedade, (ii) redução de custos por meio da consolidação das operações e integração de várias tecnologias e canais de comunicação para intensificar as interações entre empresas e consumidores, (iii) otimização e aprimoramento de sua estrutura operacional e de gestão e (iv) simplificação de sua estrutura societária, a Companhia alienou sua divisão internacional Allus para o grupo Konecra, concluída em setembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2016, neste contexto, foi implementada a incorporação da Ability pela Liq Corp S.A, resultando em um aumento do capital social da Liq Corp S.A no valor de R\$ 2.041.734,13 e na formação de reserva de capital no montante de R\$ 30.626.012,07. Com a incorporação da Ability, o capital social da Liq Corp S.A passou de R\$ 576.920.657,63 para R\$ 578.962.391,76.

Em 31 de dezembro de 2016, adicionalmente à incorporação da Ability e no contexto da referida simplificação societária, a Liq Corp S.A incorporou ainda as controladas não operacionais Venecia SP Participações S.A. (“Venecia”) e a BRC – XVI Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“BRC”) e em 31 de março de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Todo Tecnologia da Informação (“Todo”), a incorporação da Todo Soluções em Engenharia e Tecnologia S.A. por aquela sociedade. Ato subsequente, aprovou-se em Assembleia Geral Extraordinária da Liq Corp S.A., realizada em 31 de maio de 2017, a incorporação da Todo pela Liq Corp S.A.

No contexto das negociações com seus principais credores financeiros, a Companhia buscou alternativas para fortalecimento de sua estrutura e capital e o alongamento de seu endividamento financeiro. Nesse sentido, foi concluído em 14 de dezembro de 2017 as condições de eficácia para o alongamento do endividamento financeiro da Companhia (“Reperfilamento”), com as emissões das 5ª e 6ª Emissões de Debêntures.

Em novembro de 2018, a Companhia divulgou que iniciou novas conversas com seus credores financeiros para discutir os termos e condições de sua dívida. Ao longo de 2019, houve o vencimento antecipado de dívidas financeiras da Companhia. A Companhia continuou a atuar de maneira propositiva, transparente e conciliatória, junto dos seus credores, de modo a negociar a reestruturação do seu endividamento financeiro.

Em 27 de setembro de 2019, o Fundo de Investimento em Participações Nilai – Multiestratégia (“FIP Nilai”) e a ETS Participações e Investimentos S.A. (“ETS”) enviaram uma Proposta de Integração de Negócios à administração da Companhia, por meio do qual foi proposta uma combinação de negócios entre a Companhia e a ETS (“Proposta de Integração”). No âmbito da Proposta de Integração, está inserido um aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), com a subscrição particular pelo FIP Nilai de 20.644.095 (vinte milhões, seiscentas e quarenta e quatro mil e noventa e cinco) novas ações ordinárias.

A conclusão do negócio ficou condicionada a duas condições suspensivas, a saber: a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a prévia emissão de novas debêntures que contemplassem novas condições para a dívida financeira da Companhia. Conforme Fato Relevante divulgado em 22 de novembro de 2019, o CADE aprovou a

1.1 Histórico do emissor

integração de negócios e, em 30 de dezembro de 2019, considerando o protocolo do Plano de Recuperação Extrajudicial na mesma data, o FIP Nilai renunciou à condição suspensiva restante, com data de eficácia de 06 de janeiro de 2020, conforme Fato Relevante divulgado naquela data.

O capital social da Companhia passou a ser de R\$ 870.814.872,04 (oitocentos e setenta milhões, oitocentos e quatorze mil, oitocentos e setenta e dois reais e quatro centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 23.458.943 (vinte e três milhões, quatrocentas e cinquenta e oito mil, novecentas e quarenta e três) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Considerando que a eficácia do aumento do capital ocorreu no dia 06 de janeiro de 2020, bem como a concessão de prazo para o exercício do direito de preferência, o FIP Nilai tornou-se o acionista majoritário em 12 de fevereiro de 2020.

Conforme informado, em 30 de dezembro de 2019, a Companhia concluiu o processo de negociação de sua dívida financeira, de modo a obter o quórum legal para a reestruturação. Assim, a ATMA ingressou, na mesma data, com pedido de homologação de plano de Recuperação Extrajudicial na 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial do Foro de São Paulo, Processo n. 1000687-91.2019.8.26.0228..

O valor do endividamento financeiro era de R\$ 1.265.541.751,63 (um bilhão, duzentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e um mil, setecentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos). O Plano de Recuperação Extrajudicial envolvia a emissão de novas debêntures pela Companhia, que no caso é a 7ª Emissão, com a possibilidade de 4 séries distintas, que representavam as formas de pagamento escolhida pelos credores.

Em 14 de julho de 2020 ocorreu a homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial pelo Poder Judiciário e em 31 de julho de 2020 encerrou o prazo para opção pelos credores para escolha das séries, sendo que a totalidade optou pela 1ª e 3ª séries, que são as séries que permitiam a conversão das debêntures em ações.

Em 13 de agosto 2020 foi efetivado o Instrumento de Escritura da 7ª Emissão de Debêntures da ATMA, porém no dia 14 de agosto de 2020, a pedido de um credor, foi deferido o pedido de efeito suspensivo da sentença que homologou o Plano de Recuperação Extrajudicial.

No dia 27 de outubro de 2020 o pedido de efeito suspensivo da sentença homologatória do Plano de Recuperação Extrajudicial foi revogado, voltando a vigorar os efeitos da sentença proferida em 14 de julho de 2020. Com isso foi possível retomar o processo da 7ª Emissão de Debêntures da ATMA, para cumprimento do Plano de Recuperação Extrajudicial.

Em 30 de novembro de 2020, a Companhia concluiu a 7ª Emissão de Debêntures, em quatro séries, sendo duas séries com possibilidade de conversão das debêntures em ações (primeira e terceira séries), nos períodos definidos pela Escritura da 7ª Emissão.

Em 21 de dezembro de 2020 ocorreu a conversão de 201.871.915 debêntures da 7ª emissão em 1.210.987 ações ordinárias da Companhia, primeira e segunda janelas de conversões, gerando um aumento de capital de R\$ 201.992.

1.1 Histórico do emissor

Em 15 de março de 2021, seguindo o cronograma do Plano de Recuperação extrajudicial, ocorreu a conversão de 19.877.050 debêntures da 7ª emissão em 118.542 ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 19.934.

Em 15 de junho de 2021 ocorreu a conversão de 314.307.149 debêntures da 7ª emissão em 1.860.970 ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 315.974.

Em 15 de dezembro de 2021 ocorreu a conversão de 10.594.844 debêntures da 7ª emissão em 60.914 ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 10.687.

Até o dia 31 de dezembro de 2021 ocorreu a conversão de ações em capital no montante de R\$ 548.587 decorrente das janelas de conversões previstas no Plano de Recuperação Extrajudicial, através da conversão da 7ª emissão de debêntures em ações, sendo que o valor total da 7ª emissão de debêntures totalizava R\$ 1.254.759.

Em 15 de março de 2022 a Companhia, em cumprimento ao plano de recuperação extrajudicial, efetuou o pagamento da 1ª parcela, sendo ela composta pela 7ª emissão de debêntures na 1ª série e remanescentes do plano que optaram pelo recebimento.

Em 07 de junho de 2022, a Companhia e suas subsidiárias Contax S.A., Elfe Operação e Manutenção S.A., Solvian Tecnologia e Integração EIRELI, Solviantech Desenvolvimento de Sistemas EIRELI, Metalfort Manutenção Comercio e Serviços EIRELI e ATMA Administração Financeira Ltda. ajuizaram o Pedido de Recuperação Judicial (“Pedido”) na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1058558-70.2022.8.26.0100.

Em 09 de junho de 2022 foi deferida a antecipação dos efeitos do “stay period”, determinando a diligência de constatação prévia e a suspensão de todas as execuções ajuizadas contra as recuperandas, bem como obstando quaisquer atos de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens das recuperandas

Em 15 de junho de 2022 foi deferido o processamento da Recuperação Judicial, nomeando-se como Administrador Judicial a empresa Capital Administradora Judicial Ltda., representada pelo Sr. Luís Claudio Montoro Mendes.

Em 02 de agosto de 2022 foi disponibilizado no diário de justiça eletrônico o edital de convocação dos credores contendo, o resumo do pedido e da decisão de processamento, a disponibilização da relação nominal de credores e o início do prazo para apresentação e processamento das habilitações e divergências dos créditos. Em 17 de agosto de 2022 foi encerrado o prazo para apresentação das divergências, na fase administrativa.

Em 22 de agosto de 2022 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial em consolidação substancial das recuperandas e aguarda aprovação, onde foram distribuídos os credores da seguinte forma:

- 1ª Classe – Trabalhista e Escritórios jurídicos trabalhista;
- 2ª Classe – Não se aplica;
- 3ª Classe - Fornecedores, Empréstimos, Debêntures e Partes relacionadas; e
- 4ª Classe – Fornecedores ME e EPP.

Em 03 de março de 2023, o Grupo ATMA e suas subsidiárias obtiveram aprovação do

1.1 Histórico do emissor

Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) através de Assembléia Geral de Credores, o qual foi homologado judicialmente em 04 de abril de 2023.

O Plano com mais de 39 mil credores cujos créditos somam o valor de face de R\$ 1,4 bilhão. A aprovação foi obtida com o voto de 68,8% dos detentores de créditos presentes à Assembléia. Com a homologação do Plano, a Companhia concluiu o processo de reestruturação do seu passivo financeiro e operacional.

Em 28 de abril de 2023 os acionistas da Companhia aprovaram e Assembleia Geral Extraordinária a saída voluntária do segmento especial de listagem da B3 S.A., denominado Novo Mercado, migando para o segmento básico de listagem.

Em 29 de janeiro de 2024 a Companhia celebrou o Acordo de Transação Individual (“Acordo”) com a Procuradoria da Fazenda Nacional (“PGFN”), nos termos da Lei nº 13.988/2020 e Portaria da PGFN nº 6.757/2022. O Acordo tem por objetivo reestruturar o passivo fiscal da Companhia, permitindo a retomada de sua regularidade fiscal e o cumprimento de suas obrigações fiscais.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A CONTAX Participações S.A. – Em Recuperação Judicial é uma empresa de capital aberto, listada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código de negociação CTAX3.

A Contax é a holding de um dos maiores grupos de prestação de serviços do país nas áreas de Atendimento a Clientes (Contact Center e Trade Marketing) por meio da Contax, Manutenção (Industrial e Facilities) pela Elfe, e Tecnologia com a Solvian.

Empresas operacionais

Contax S.A.

Uma das maiores empresas do Brasil em soluções para gestão de relacionamento com o consumidor CRM (*Client Relationship Management*) e BPO (*Business Process Outsourcing*). A Companhia atua de maneira integrada, oferecendo soluções on-line e off-line que acompanham a jornada do consumidor em todos os canais de relacionamento, tais como lojas físicas, ou remotos, como redes sociais, voz, aplicativos de mensagens e chats.

A atuação em canais de relacionamento presenciais ocorre através das soluções multicanais em Trade Marketing, um canal de relacionamento com consumidores através dos serviços no ponto de venda, potencializando o atendimento por multicanais e permitindo interações como a venda e promoção de produtos e serviços para seus clientes em lojas e redes varejistas. Adicionalmente, a Liq presta serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação que suporta o *core business* da Companhia, desde o desenvolvimento de projetos e soluções até o *outsourcing* parcial ou completo do ambiente tecnológico de uma central de atendimento.

Elfe Operação e Manutenção S.A.

A Elfe oferece um portfólio completo de serviços de operação, manutenção industrial e facilities, prestando serviços em plantas industriais e instalações de grande porte. No segmento de manutenção industrial, a Elfe investe no uso intensivo de tecnologia e nos mais avançados processos e equipamentos, para assegurar velocidade na operação, com ganhos de produtividade e redução de custos. No segmento de facilities, a Elfe atua na operação e manutenção predial técnica, conservação e limpeza, manutenção de áreas verdes, controle de acesso entre outros.

Solvian Tecnologia e Integração Ltda.

A Solvian é uma empresa de tecnologia, que tem o propósito de possibilitar o aumento da eficiência e da qualidade operacional dos clientes, através de soluções e insights on-line, utilizando tecnologias de inteligência artificial, IoT, Analytics, BI e SaaS, no monitoramento de ambientes e gestão de operações. A atuação da Solvian é feita em diversos segmentos como indústria, workplace, varejo, bancos, telecom e saúde hospitalar.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações

a. produtos e serviços comercializados

Detalhamento dos serviços prestados:

Atendimento ao Cliente: As Unidades de Negócio entregam ao mercado um conjunto de serviços em gestão de relacionamento junto aos clientes dos nossos clientes, atuando de maneira integrada ao oferecer soluções on-line e off-line, como operações de vendas, demonstrações de produtos, retenção de clientes, suporte ao usuário, e demais soluções que acompanham a jornada do consumidor em todos os canais de relacionamento, tais como lojas físicas, ou remotas, como redes sociais, voz, aplicativos de mensagens e chats.

Manutenção industrial e facilities: As Unidades de Negócio Manutenção Industrial e Facilities entregam um portfólio de serviços de operação robusto, de maior complexidade, em plantas industriais e instalações de grande porte. No segmento de manutenção industrial, a Companhia investe no uso intensivo de tecnologia e nos mais avançados processos e equipamentos, para assegurar velocidade na operação, com ganhos de produtividade e redução de custos com relativo grau de automação, atuando junto aos seus clientes em relações de contratos de médio e longo prazos. No segmento de facilities, a empresa atua na operação e manutenção predial técnica, conservação e limpeza, manutenção de áreas verdes, controle de acesso, manutenção preditiva com utilização de sensores e outras tecnologias.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Em R\$ mil

Receita líquida	2024	% da receita líquida do emissor
Atendimento a clientes	338.510	91,06%
Manutenção	33.243	8,94%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Em R\$ mil

Lucro Líquido	2024	% da receita líquida do emissor
Atendimento a clientes	(142.586)	-101,28%
Manutenção	1.828	1,28%

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondem aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

a. características do processo de produção

A CONTAX Participações S.A., (descrita adiante como “CONTAX”, “controladora” ou “Companhia”) é a empresa holding de um dos maiores grupos de prestação de serviços do país nas áreas de (i) Manutenção Industrial e Facilities, (ii) Atendimento a Clientes (contact center e trade marketing) e (iii) Tecnologia da Informação.

b. características do processo de distribuição

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia contava com aproximadamente 12.547 colaboradores diretos, com atuação nacional e unidades em todas as regiões do Brasil, propiciando um ambiente de trabalho favorável ao crescimento profissional e à diversidade, sendo um dos seus principais pilares a inclusão e a responsabilidade social.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados / ii. condições de competição nos mercados

Atendimento ao cliente Mercado de *Contact Center*

No Brasil, o setor de *contact center* terceirizado é bastante competitivo e operado predominantemente por grandes *players*. Competimos também com diversas outras empresas, como fornecedores de nicho, empresas de consultoria, provedores de TI e um grande número de pequenas empresas que oferecem serviços de baixo valor agregado (principalmente serviços de tele vendas de chamadas ativas). Além desses, competimos com *contact centers* internos, que ainda constituem o maior segmento das atividades de *contact center*. Adicionalmente, alguns de nossos serviços ativos também competem com outras formas de marketing direto, como cartas e mensagens eletrônicas, e com a mídia tradicional, provenientes da plataforma brasileira.

A Companhia fornece serviços automatizados de atendimento ao cliente, por meio do uso da Internet, Unidade de Resposta Audível (URA), reconhecimento de voz e outras tecnologias. Fornecemos serviços automatizados de atendimento ao cliente como parte dos nossos serviços e continuamos a desenvolver tecnologia nessa área.

Em decorrência da concorrência intensa, os serviços de *contact center* são frequentemente sujeitos às pressões de precificação. A concorrência por contratos para muitos dos nossos serviços ocorre por meio de apresentação de propostas competitivas, considerando fatores como qualidade, capacidade técnica e custos.

A Lei Federal 13.429/17 regula a prestação de serviços no Brasil e trouxe efeitos benéficos à Companhia, visto que permitiu aos clientes atuais e potenciais o usufruto da eficiência dos serviços especializados de *contact center* sem correr o risco das incertezas e insegurança jurídica que eventualmente permeavam essas relações.

Mercado de Manutenção Industrial e Facilities

O Mercado de Manutenção de Industrial segundo estudos de associações do segmento e análises internas estimam um total de mercado na ordem de R\$ 100 bilhões de faturamento

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

anual, com serviços de todos os graus de complexidades, aplicados em plantas industriais e instalações de grande porte na manutenção industrial, bem como em serviços de manutenção geral em edificações comerciais e residenciais à maioria do portfólio do segmento de facilities. Possuem perfil de contratação em relações de média a longa duração (24-48 meses) e apresentam um grau de consolidação ainda relativamente baixo, com perfil de atuação dos players do setor de forma mais regional.

Benefícios fiscais

Muitos Municípios no Brasil oferecem programas de benefícios fiscais para atrair investimentos para as suas regiões. A Companhia participa de programas de incentivos fiscais de imposto sobre serviços (“ISS”) oferecidos por alguns municípios brasileiros que concedem redução da alíquota de ISS. Em contrapartida, a Companhia, assim como qualquer das empresas beneficiadas, deve cumprir determinadas exigências que variam conforme o Município, tais como geração de um dado número de empregos, habitação de determinados bairros ou regiões e incremento de faturamento.

Os requisitos para a fruição dos benefícios são previstos nas leis e normas editadas pelos Municípios e são dirigidas ao setor de call center ou de manutenção, podendo, em alguns casos gerar acordos específicos, firmados entre a Companhia e essas administrações municipais. Em qualquer caso, as alíquotas não são inferiores à alíquota mínima de 2% estabelecida pela Constituição Federal. Alguns Estados também oferecem incentivos fiscais reduzindo a alíquota de ICMS.

d. eventuais sazonalidades

O resultado das operações da Companhia sofre variações em função das iniciativas dos nossos clientes, tais como aumento de base de consumidores, campanhas de vendas e paradas técnicas e operacionais de manutenção. Em algumas atividades da Companhia, por exemplo, é maior em dezembro, quando normalmente nossos clientes registram maior volume de vendas e atividades promocionais, em paradas programadas de manutenção, enquanto o volume de negócios no primeiro trimestre do ano tende a ser mais baixo para estes tipos de serviços, devido ao período de férias e menor número médio de dias úteis.

Os resultados da Companhia, em determinados períodos, também podem ser afetados pelo início de operações significativas em função de um novo contrato ou pelo encerramento de um contrato existente. A primeira fase de execução de um contrato pode afetar negativamente o resultado, pois custos iniciais como contratação e treinamento de pessoal e implementação de TI são recuperados ao longo da vigência do contrato. O encerramento de contratos também pode afetar negativamente o resultado da Companhia, já que aumentaria os custos relacionados à demissão de empregados e ao remanejamento de ativos, além de baixar a taxa de produtividade das instalações da Companhia.

Outro fator relevante que pode afetar nossos resultados é o reajuste anual, geralmente relacionado à inflação passada e ao aumento do salário mínimo. É uma prática bastante comum no Brasil e alguns dos nossos contratos permitem o reajuste anualmente, enquanto alguns dos nossos custos (p.ex. telecomunicações, aluguel de instalações) sofrem reajustes periódicos, de acordo com a inflação passada. Se algum contrato relevante for reajustado, os nossos resultados mensais serão impactados, de forma positiva, em relação ao mês anterior. As negociações com os sindicatos relacionadas a aumentos de salários e benefícios de empregados poderão impactar o nosso negócio até que entre em vigor o reajuste contratual com os nossos

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

clientes. A negociação anual com o sindicato de empregados normalmente resulta em aumento de remuneração, que poderá ocorrer na forma de um aumento percentual do salário e/ou de um único pagamento. Esta última hipótese acarretaria, em um determinado período, um efeito mais significativo e adverso sobre o fluxo de caixa da Companhia.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Os principais insumos nos custos dos serviços consistem em gastos com mão-de-obra, benefícios de saúde, PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador); vale transporte e custos com manutenção das posições de atendimento, processamento de dados e de telecomunicações (serviços e infraestrutura).

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia não está sujeita à dependência de poucos fornecedores, uma vez que existem atualmente no mercado diversos fornecedores para seus principais insumos utilizados no processo de prestação de serviços. A Companhia mantém constante processo de negociação junto a seus fornecedores, com a finalidade de otimizar os seus custos, além de conduzir mapeamento e consolidação de fornecedores, para negociação das principais demandas, renegociação baseada nas metas comerciais, bem como uma prática contínua de avaliação de performance de fornecedores.

iii. eventual volatilidade em seus preços

A capacidade da Companhia de repassar reajustes de preços, para compensar o aumento de custos, representa um fator significativo dos resultados. O negócio de contact center é muito intensivo em mão de obra, e os custos com pessoal estão entre os fatores-chave que impactam os custos da Companhia. Tais custos incluem salários, despesas com benefícios e impostos incidentes sobre a folha de pagamento.

Os acordos coletivos da Companhia são negociados anualmente e envolvem a discussão de remuneração e benefícios. Como uma forma de melhorar a previsibilidade dos aumentos de custos de telecomunicações, energia, instalações alugadas, entre outros, a maioria dos nossos contratos possui cláusulas de reajuste anual. Isso permite que o ajuste dos preços praticados pela Companhia possa compensar integral ou parcialmente esses aumentos. Podemos optar por não exercer o direito de reajustar completamente os preços em virtude de condições competitivas e/ou outras questões de relacionamento com o cliente.

Os riscos cambiais podem ser significativos em determinadas situações, uma vez que parte dos dispêndios de capital da Companhia é composta por investimentos em equipamentos de tecnologia, os quais, apesar de não faturados em moedas estrangeiras, têm seus preços indiretamente afetados pelas mudanças nas taxas de câmbio por conterem componentes importados.

1.5 Principais clientes

1.5. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total da receita proveniente do cliente

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Cliente	Receita em 2024 (R\$ milhões)	% da Receita líquida total	Segmento
Tim	227,093	54,73%	Atendimento ao cliente
Oi	50,055	12,06%	Atendimento ao cliente
Itaú Unibanco	32,389	7,81%	Atendimento ao cliente
Petrobras	24,525	5,91%	Manutenção Industrial e Facilities

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Companhia não está inserida em mercado regulado ou que necessite de autorização governamental.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

A Companhia não faz parte de nenhum padrão internacional de proteção ambiental, uma vez que não opera com qualquer processo de industrialização ou transformação.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Não há dependência de patentes, marcas, concessões, franquias ou contratos de royalties relevante para operacionalização do negócio da Companhia.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

A Companhia não efetuou nenhuma contribuição financeira direta ou por meio de terceiros em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

ii. em favor de partidos políticos

A Companhia não efetuou nenhuma contribuição financeira direta ou por meio de terceiros em favor de partidos políticos.

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia não efetuou nenhuma contribuição financeira direta ou por meio de terceiros para custear o exercício de atividades de influência.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Atualmente, a Companhia não auferre receitas relevantes no exterior.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Atualmente, a Companhia não auferre receitas relevantes no exterior.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor.

Atualmente, a Companhia não auferes receitas relevantes no exterior.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Atualmente, a Companhia não divulga informações ASG.

A Companhia tem avaliado suas iniciativas nas áreas social, ambiental e de governança corporativa com vistas a construir no médio prazo um histórico consistente de indicadores que permitam o reporte sistematizado dessas informações bem como o aprimoramento contínuo dessas iniciativas.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando a entidade, se for o caso

Não aplicável, uma vez que a Companhia atualmente não divulga o relatório.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Não aplicável, uma vez que a Companhia atualmente não divulga o relatório.

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho AGS, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Não aplicável, uma vez que a Companhia atualmente não divulga o relatório.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Não aplicável, uma vez que a Companhia atualmente não divulga o relatório.

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não aplicável, uma vez que a Companhia atualmente não divulga o relatório.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Não aplicável, uma vez que a Companhia atualmente não divulga o relatório.

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

A Companhia tem avaliado suas iniciativas nas áreas social, ambiental e de governança corporativa com vistas a construir no médio prazo um histórico consistente de indicadores que permitam o reporte sistematizado dessas informações bem como o aprimoramento contínuo dessas iniciativas.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

A Companhia tem avaliado suas iniciativas nas áreas social, ambiental e de governança corporativa com vistas a construir no médio prazo um histórico consistente de indicadores que permitam o reporte sistematizado dessas informações bem como o aprimoramento contínuo dessas iniciativas.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

A Companhia tem avaliado suas iniciativas nas áreas social, ambiental e de governança corporativa com vistas a construir no médio prazo um histórico consistente de indicadores que permitam o reporte sistematizado dessas informações bem como o aprimoramento contínuo dessas iniciativas.

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

A Companhia tem avaliado suas iniciativas nas áreas social, ambiental e de governança corporativa com vistas a construir no médio prazo um histórico consistente de indicadores que permitam o reporte sistematizado dessas informações bem como o aprimoramento contínuo dessas iniciativas.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

A Companhia tem avaliado suas iniciativas nas áreas social, ambiental e de governança corporativa com vistas a construir no médio prazo um histórico consistente de indicadores que permitam o reporte sistematizado dessas informações bem como o aprimoramento contínuo dessas iniciativas.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases de efeito estufa

A Companhia tem avaliado suas iniciativas nas áreas social, ambiental e de governança corporativa com vistas a construir no médio prazo um histórico consistente de indicadores que permitam o reporte sistematizado dessas informações bem como o aprimoramento contínuo dessas iniciativas.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. interesse público que justificou sua criação

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”

ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, porquanto a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não foram constituídas, adquiridas ou alienadas participações societárias pelo Emissor.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas podem ser encontradas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não houve nenhuma operação de fusão, cisão, incorporação de ações, aumento ou redução de capital, realizada pelo Emissor.

Cumpre informar que, conforme Fato Relevante divulgado em 12 de setembro de 2023, foi concluída, naquela data, a aquisição da totalidade das quotas do capital social da empresa YOUTILITY Center do Brasil Serviços de Informática e Telemarketing LTDA. (“Youtility”), pela sua controlada direta CONTAX S.A. – Em Recuperação Judicial (“Contax”).

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

A Companhia não possui acordo de acionistas atualmente em vigor.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações que a Companhia julgue significativas na forma de condução de seus negócios no último exercício social.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas que não sejam diretamente relacionados às suas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

1.16 Outras informações relevantes

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes para este item.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração considera que a situação patrimonial e financeira é um assunto relevante no contexto das demonstrações financeiras do Grupo CONTAX.

A Companhia firmou contratos e começou a implantação de novas operações entre setembro e outubro de 2024. A expectativa é que esses novos contratos gerem um faturamento mensal aproximado de R\$ 10.000 mil quando estiverem 100% implantadas.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentou capital circulante líquido (CCL) negativo de R\$ 225.100 (R\$ 57.400 em 31 de dezembro de 2023) no consolidado. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um prejuízo líquido de R\$ 140.758 mil (R\$ 589.953 mil em 31 de dezembro de 2023). A prerrogativa de continuidade dos negócios utilizada pela Companhia depende do sucesso de execução dos planos abaixo:

Recuperação Extrajudicial

O procedimento de recuperação judicial é o instrumento jurídico que, ao lado do plano de recuperação extrajudicial homologado em 2020, permite o equacionamento da estrutura de capital das empresas integrantes do Grupo CONTAX, viabilizando o cumprimento das obrigações assumidas perante os seus credores.

O ajuizamento do pedido de recuperação judicial é mais um passo na direção da reestruturação financeira da Companhia, que continuará trabalhando para conquistar novos clientes, mantendo seus serviços para todos os segmentos de mercado em que atua. As atividades continuam sendo desempenhadas prontamente e toda a força de trabalho manterá normalmente sua atuação, com suas atividades comerciais, operacionais e administrativas.

A Companhia entende que o ajuizamento do pedido de recuperação judicial viabilizará a conclusão do projeto de reestruturação do Grupo CONTAX e a implementação dos seus objetivos de excelência operacional, rentabilidade e de geração de empregos.

Em 07 de junho de 2022, a Companhia e suas subsidiárias Contax S.A., Elfe Operação e Manutenção S.A., Solvian Tecnologia e Integração EIRELI, Solviantech Desenvolvimento de Sistemas EIRELI, Metalfort Manutenção Comercio e Serviços EIRELI e ATMA Administração Financeira Ltda. ajuizaram o Pedido de Recuperação Judicial (“Pedido”) na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1058558-70.2022.8.26.0100.

Em 09 de junho de 2022 foi deferida a antecipação dos efeitos do “*stay period*”, determinando a diligência de constatação prévia e a suspensão de todas as execuções ajuizadas contra as recuperandas, bem como obstando quaisquer atos de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens das recuperandas.

Em 15 de junho de 2022 foi deferido o processamento da Recuperação Judicial, nomeando-se como Administrador Judicial a empresa Capital Administradora Judicial Ltda., representada pelo Sr. Luís Claudio Montoro Mendes. Em 02 de agosto de 2022 foi disponibilizado no diário de justiça eletrônico o edital de convocação dos credores contendo, o resumo do pedido e da decisão de processamento, a disponibilização da relação nominal de credores e o início do prazo para apresentação e processamento das habilitações e divergências dos créditos. Em 17 de agosto de 2022 foi encerrado o prazo para apresentação das divergências, na fase administrativa.

Em 22 de agosto de 2022 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial em consolidação substancial das recuperandas e aguarda aprovação, onde foram distribuídos os credores da seguinte forma:

- 1ª Classe - Trabalhista e Escritórios jurídicos trabalhista;
- 2ª Classe - Não se aplica;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

3ª Classe - Fornecedores, Empréstimos, Debêntures e Partes relacionadas; e

4ª Classe - Fornecedores ME e EPP.

Em 03 de março de 2023, o Grupo CONTAX e suas subsidiárias Contax S.A., ELFE Operação e Manutenção S.A., Solvian Tecnologia e Integração EIRELI, Solviantech Desenvolvimento de Sistemas EIRELI, Metalfort Manutenção Comercio e Serviços EIRELI e ATMA Administração Financeira Ltda. obtiveram aprovação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) através de Assembléia Geral de Credores.

Em 04 de abril de 2023 o Grupo CONTAX e suas subsidiárias Contax S.A, ELFE Operação e Manutenção S.A., Solvian Tecnologia e Integração EIRELI, Solviantech Desenvolvimento de Sistemas EIRELI, Metalfort Manutenção Comercio e Serviços EIRELI e ATMA Administração Financeira Ltda. vem informar que o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão que teve por objeto a homologação do Plano de Recuperação Judicial (Plano).

O Plano com mais de 39 mil credores cujos créditos somam o valor de face de R\$1,4 bilhão. A aprovação foi obtida com o voto de 68,8% dos detentores de créditos presentes à Assembleia. Com a homologação do Plano, a Companhia concluiu o processo de reestruturação do seu passivo financeiro e operacional.

A seguir, descrevemos as principais cláusulas do Plano de Recuperação Judicial (PRJ), por classe, com os respectivos cronogramas de pagamento e índices de correção monetária:

Créditos Trabalhistas

Os Credores Trabalhistas poderão eleger a forma de pagamento de seus Créditos Trabalhistas, de acordo com uma das opções descritas nas Cláusulas abaixo, e desde que observado o procedimento para Exercício de Opção detalhado na Cláusula 4.1 do PRJ.

Opção A. Credores Trabalhistas que validamente elegerem a presente opção A terão seus Créditos Trabalhistas reestruturados e pagos em recursos monetários nacionais, até o limite de seu crédito ou R\$ 500,00 (quinhentos reais), o que for menor, em dinheiro, em parcela única, devida no último Dia Útil do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente (“Créditos Trabalhistas - Opção A”).

Correção e Juros remuneratórios. Os Créditos Trabalhistas - Opção A serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Opção B. Os Credores Trabalhistas que validamente elegerem a presente opção B terão seus Créditos Trabalhistas reestruturados e pagos da seguinte forma (“Créditos Trabalhistas - Opção B”):

Credores Trabalhistas com Créditos de até 150 (cento e cinquenta) Salários-Mínimos. O Credor Trabalhista fará jus ao recebimento do valor correspondente a 15% (quinze por cento) do seu Crédito Trabalhista em dinheiro, em parcela única, devida no último Dia Útil do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente; e

Credores Trabalhistas com Créditos de valor superior a 150 (cento e cinquenta) Salários-Mínimos. O Credor Trabalhista fará jus a:

(i) **parcela inicial:** correspondente a 15% (quinze por cento) de 150 (cento e cinquenta) Salários-Mínimos, em dinheiro, em parcela única, devida no último Dia Útil do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente; e

(ii) **parcela remanescente:** o valor do Crédito Trabalhista que sobejar 150 Salários-Mínimos será

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

reestruturado e pago de acordo com as condições previstas para os Créditos Quirografários Não Financeiros, nos termos das Cláusulas 3.3.1 ou 3.3.2 do PRJ, conforme aplicável.

Correção e Juros remuneratórios

Correção e Juros remuneratórios. Os Créditos Trabalhistas quitados de acordo com os termos constantes da Cláusula 3.1.2.1(i) do PRJ serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Créditos Quirografários

Créditos Quirografários Não Financeiros. Os Credores Quirografários Não Financeiros poderão eleger a forma de pagamento de seus Créditos Quirografários Não Financeiros, de acordo com uma das opções descritas nas Cláusulas abaixo, e desde que observado o procedimento para Exercício de Opção descrito na Cláusula 4.1 do PRJ.

Opção A. Os Credores Quirografários Não Financeiros que validamente elegerem a presente opção A terão seus Créditos Quirografários Não Financeiros reestruturados e pagos em recursos monetários nacionais, até o limite do seu Crédito Quirografário Não Financeiro ou R\$ 10.000,00 (dez mil reais), o que for menor, em dinheiro, em parcela única, devida no último Dia Útil do 24º (vigésimo quarto) mês contados da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente (“Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção A”).

Correção e Juros remuneratórios. Os Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção A serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Opção B. Credores Quirografários Não Financeiros que validamente elegerem a presente opção B terão seus Créditos Quirografários Não Financeiros reestruturados e integralmente pagos em recursos monetários nacionais, em dinheiro, nos termos desta Cláusula (“Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção B”).

Vencimento. Os Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção B terão vencimento no 19º (décimo nono) Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano.

Correção e Juros remuneratórios. Os Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção B serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Parcela	Vencimento	Valor Amortizado dos Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção B
1ª	3º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano	1%
2ª	4º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano	2%
3ª	5º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano	3%
4ª	6º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano	4%
5ª	19º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano	Saldo remanescente

Credores Quirografários Financeiros de Vencimento de Curto Prazo. Os Credores Quirografários Financeiros de Vencimento de Curto Prazo observarão as regras de amortização de principal e juros remuneratórios previstas nesta Cláusula.

Vencimento

Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Curto Prazo terão vencimento no 6º (sexto) Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Juros Remuneratórios

Juros Remuneratórios. Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Curto Prazo renderão juros correspondentes à variação da Taxa DI, acrescido de sobretaxa de 1,25% a.a., desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento (“Remuneração Créditos Quirografários Financeiros de Curto Prazo”).

Data de Pagamento de Juros Remuneratórios. Os juros remuneratórios objeto da Cláusula acima incidentes desde a Data do Pedido até o 2º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano serão capitalizados. Os juros remuneratórios incidentes sobre o saldo devedor dos Créditos Quirografários de Vencimento de Curto Prazo após o 2º Aniversário da Data de Homologação Judicial serão pagos a partir do pagamento da 2ª (segunda) parcela (inclusive) e nas datas de amortização do principal indicadas no cronograma da Cláusula abaixo, item (ii) juntamente com a parcela de amortização do principal.

Cronograma de Amortização do Principal. Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Curto Prazo serão amortizados em 17 (dezesete) parcelas, sendo que:

- (i) a 1ª (primeira) parcela consistirá na distribuição pro rata de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) de forma proporcional ao valor de cada Crédito Quirografário Financeiro de Vencimento de Curto Prazo, a ser paga no último Dia Útil do 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente; e
- (ii) as demais parcelas serão pagas trimestralmente, a partir do 2º (segundo) Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano e a última na data de vencimento prevista na Cláusula 3.3.3.1, de acordo com a seguinte regra:

<u>Parcelas</u>	<u>Percentual de Amortização do saldo dos Créditos</u>
2ª à 5ª	2,5%
6ª à 9ª	5,0%
10ª à 13ª	7,5%
14ª à 16ª	10,0%
17ª	Saldo remanescente

Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Longo Prazo. Os Credores Quirografários Financeiros de Vencimento de Longo Prazo observarão as regras de amortização de principal, juros e atualização monetária previstas nesta Cláusula.

Vencimento. Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Longo Prazo terão vencimento em 31 de dezembro de 2038.

Juros Remuneratórios. Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Longo Prazo renderão juros correspondentes a variação da TR, acrescido de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), capitalizados desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento, em 31 de dezembro de 2038.

Cronograma de Amortização do Principal. Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Longo Prazo serão amortizados em parcela única, devida em 31 de dezembro de 2038.

Créditos ME/EPP

Os Credores ME/EPP poderão eleger a forma de pagamento de seus Créditos ME/EPP de acordo com uma das opções descritas nas Cláusulas abaixo, e desde que observado o procedimento para Exercício de Opção descrito na Cláusula 4.1 abaixo.

Opção A. Credores ME/EPP que validamente elegerem a presente opção A terão seus Créditos ME/EPP reestruturados e pagos em recursos monetários nacionais, até o limite de seu Crédito ME/EPP ou R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), o que for menor, em dinheiro, em parcela única, devida até

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

no último Dia Útil do 24º (vigésimo quarto) mês contados da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente (“Créditos ME/EPP - Opção A”).

Correção e Juros remuneratórios. Os Créditos ME/EPP - Opção A serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Opção B. Credores ME/EPP que validamente elegerem a presente opção B terão seus Créditos ME/EPP reestruturados e pagos em recursos monetários nacionais, em valor equivalente a 10% (dez por cento) do montante integral do Crédito ME/EPP, em dinheiro, em parcela única, devida até o último Dia Útil do 24º (vigésimo quarto) mês contados da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente (“Créditos ME/EPP - Opção B”).

Correção e Juros remuneratórios. Os Créditos ME/EPP - Opção B serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Créditos ME/EPP Retardatários e Opção Padrão de Pagamento. Os Credores ME/EPP que não validamente realizarem a Eleição de Opção de Pagamento e os Credores ME/EPP que sejam Credores Retardatários serão reestruturados e pagos necessariamente nos termos da opção Créditos ME/EPP - Opção B, tendo direito a receber apenas os pagamentos de juros, correção monetária e de principal realizados nos termos da opção Créditos ME/EPP - Opção B que vencerem após 30 Dias Corridos contados do recebimento pelas Recuperandas de notificação enviada pelo Credor ME/EPP, nos termos da Cláusula 9.3, comunicando (a) a publicação da decisão que determinar a inclusão do referido Crédito ME/EPP na Lista de Credores; ou (b) havendo recurso processado com efeito suspensivo contra a referida decisão, a publicação da decisão monocrática ou colegiada que julgar o recurso em definitivo.

Com a homologação do plano de recuperação judicial a Contax vem reestruturando seu portfólio de novos Clientes para 2024, com isso incrementou seu faturamento mensal em aproximadamente R\$ 61 milhões no 4T24.

Youtility

Em 29 de junho de 2023 foi celebrada a intenção de aquisição da Youtility Center do Brasil Serviços de Informática e Telemarketing Ltda. pela Contax S.A., com a assinatura de Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, que está condicionada ao atendimento de cláusulas precedentes, materializadas em setembro de 2023.

Fundada em 2013, a Youtility faturamento líquido 71.884 mil em 2022 e presta serviços de Telemarketing e Televendas, com foco no atendimento por meio de Canais Digitais e conta com cerca de 1,5 mil funcionários. A empresa está localizada no Estado do Rio de Janeiro.

A aquisição da Youtility se dará na forma de *Revenue Share*, com preço mínimo de R\$ 18 milhões, a serem pagos ao longo dos próximos 3 anos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.

A aquisição da Youtility está inserida na estratégia da Companhia de reforçar a sua oferta de produtos, consolidando sua presença nos canais digitais de atendimento, aumentando seu portfólio, além de aumentar a sua capacidade de atendimento e volume de transações.

b) estrutura de capital

A conclusão do processo de Reestruturação do Endividamento Financeiro, ocorrida com a realização da 7ª Emissão de Debêntures da Companhia em substituição ao endividamento antigo, permitiu o ajuste das obrigações financeiras ao nosso negócio, com valores e prazos mais adequados à Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em R\$ milhões	2024	2023	2022
Dívida Curto Prazo	(59,5)	(83,3)	(227,4)
Dívida Longo Prazo	(142,1)	(119,7)	-
Caixa	68,4	58,3	99,2
Dívida Líquida	(133,2)	(144,7)	(128,2)

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia foi de R\$ 1.419,4 milhões.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nos últimos anos, a CONTAX, após investimentos em novos negócios e redução de volume de receita, teve uma piora na sua posição de liquidez.

Tal piora foi mitigada pela conclusão do processo de Reestruturação da Dívida Financeira, ocorrida com a realização da 7ª Emissão de Debêntures da Companhia em substituição ao endividamento antigo, que pelos novos cronogramas de amortização, possui vencimentos concentrados em 2038.

São monitorados constantemente os fluxos de caixa esperados, valendo-se das Políticas de Risco e de Caixa mínimo.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de capital de giro da Companhia nos 3 últimos exercícios foi a geração de caixa e a utilização de suas disponibilidades financeiras.

A Administração da Companhia acredita que os recursos financeiros disponíveis são suficientes para a sustentabilidade operacional da Companhia, atendendo às necessidades de capital de giro e de investimentos nos próximos 12 meses.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em 04 de abril de 2023 o Grupo CONTAX e suas subsidiárias Contax S.A, ELFE Operação e Manutenção S.A., Solvian Tecnologia e Integração EIRELI, Solviantech Desenvolvimento de Sistemas EIRELI, Metalfort Manutenção Comercio e Serviços EIRELI e ATMA Administração Financeira Ltda. vem informar que o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão que teve por objeto a homologação do Plano de Recuperação Judicial (Plano).

O Plano com mais de 39 mil credores cujos créditos somam o valor de face de R\$1,4 bilhão. A aprovação foi obtida com o voto de 68,8% dos detentores de créditos presentes à Assembleia. Com a homologação do Plano, a Companhia concluiu o processo de reestruturação do seu passivo financeiro e operacional.

A Companhia entende que a conclusão do projeto de reestruturação do Grupo CONTAX viabilizará a implementação dos seus objetivos de excelência operacional, rentabilidade e de geração de empregos.

f) níveis de endividamento e características das dívidas

O nível de endividamento consolidado da Companhia, nos últimos três exercícios foram:

	Em R\$ milhões		
	2024	2023	2022
Reconciliação do caixa líquido	68,4	58,3	99,2
(+) Disponibilidades	68,4	58,3	99,2
(-) Debêntures	(109,8)	(104,3)	(133,1)
(-) Empréstimos e financiamentos	(91,8)	(98,7)	(94,3)
Caixa (dívida) líquido	(133,2)	(144,7)	(128,2)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Nos termos do plano de recuperação judicial da Companhia, foram emitidas novas debêntures (7ª emissão) pela CONTAX Participações S.A. com 4 séries distintas que representam as formas de pagamento escolhidas pelos credores financeiros.

As condições de cada uma das séries da 7ª Emissão de Debêntures são apresentadas no quadro adiante:

Série	Remuneração	Vencimento	Pagamento	Convertível em ações	Opção de alocação
1ª	CDI + 1,25% a.a.	11/04/2029	Trimestral, a partir de 15/03/2025	Sim	100%
3ª	DI + 1,25% a.a.	31/12/2038	Parcela única em 31/12/3038	Sim	até 100%

A composição e movimentação das debêntures em 31 de dezembro de 2024 está apresentado a seguir:

Empresa	Emissão	Data de emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	31/12/2023	Amortizações	Encargos financeiros	Atualização monetária	31/12/2024
ATMA (RJ)	7ª - 1ª série	13/08/2020	11/04/2038	CDI + 1,00%	60.193	-	-	6.396	66.589
ATMA (RJ)	7ª - 3ª série	13/08/2020	11/04/2038	TR + 1,00%	8.763	-	-	-	8.763
CONTAX (RJ)	Crédito do Plano 2025	13/08/2020	11/04/2038	CDI + 1,00%	11.056	-	-	1.371	12.427
CONTAX (RJ)	Crédito do Plano 2038	13/08/2020	11/04/2038	TR + 1,00%	3.091	-	-	-	3.091
ELFE	2ª - 1ª série	04/10/2018	29/06/2026	IPCA +12%	4.909	(1.251)	802	-	4.460
ELFE	2ª - 2ª série	30/06/2021	29/06/2026	IPCA +12%	16.284	(7.094)	5.265	-	14.455
					104.296	(8.345)	6.067	7.767	109.785
Circulante					-				2.757
Não circulante					104.296				107.028

Os saldos de debêntures foram considerados no processo de recuperação judicial e portanto não possui Covenants.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A composição e movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2024 está apresentada a seguir:

	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2023	Captações	Amortizações/Efeitos RJ	Baixa RJ	Transferência para RJ	Encargos financeiros	Atualizações Monetárias	31/12/2024
ATMA										
Bancos - RJ	2038	CDI + 1,25% a.a.	1.710	-	-	-	-	-	(38)	1.672
CONTAX										
FIDC São Carlos	2029	10,70% a.a.	23.058	11.643	-	-	-	10.061	-	44.762
Recovery Lex	2029	10,70% a.a.	24.732	-	(1.136)	-	-	1.018	-	24.614
Bancos - RJ	2038	CDI + 1,25% a.a.	13.194	-	(2.650)	-	-	-	785	11.329
ELFE										
Progridir - Petrobrás	2024	2,19% a.m.	35.529	-	-	(31.976)	(3.553)	-	-	-
Bancos - RJ	2038	CDI + 1,25% a.a.	51	-	-	-	3.553	-	227	3.831
ATMF										
Bancos - RJ	2038	CDI + 1,25% a.a.	450	-	-	-	-	-	10	460
FIDC	2025	3,22% a.m.	-	2.025	-	-	-	-	-	2.025
YOUTILITY										
FIDC	2025	IPCA 2,00% a.m.	-	3.000	-	-	-	-	117	3.117
			98.724	16.668	(3.786)	(31.976)		11.079	1.101	91.810
Circulante			83.320							56.782
Não Circulante			15.404							35.028

O cronograma de vencimentos dos empréstimos está apresentado abaixo:

	<u>31/12/2024</u>
2026	856
2027	1.352
2028	2.802
Acima de 3 anos	<u>30.018</u>
	<u>35.028</u>

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A escritura das debêntures da 7ª emissão da Companhia (CONTAX Participações) e os Créditos do plano (CONTAX) contemplam obrigações de cumprimento de índices financeiros mínimos (“covenants”) que são avaliados nos trimestres encerrados em junho e dezembro. Adicionalmente, a escritura prevê que o descumprimento somente estará caracterizado desde que os índices exigidos deixem de ser observados por 2 (duas) apurações consecutivas ou 3 (três) alternadas.

Os índices previstos na escritura das debêntures da 7ª emissão são os seguintes:

Índices	Ratio
Dívida líquida / EBITDA ex-contingências	Igual ou inferior a 3,00
EBITDA ex-contingências / Despesas financeiras, líquidas	Igual ou superior a 2,00

A escritura das debêntures da 2ª emissão de sua controlada Elfe contempla a obrigação de cumprimento de índices financeiros mínimos (“covenants”) que são avaliados anualmente ao final de cada exercício. Os índices são avaliados pela Emissora e/ou da Controladora do grupo econômico da Emissora.

Os índices previstos na escritura das debêntures da 2ª emissão são os seguintes:

Índices	Ratio
Dívida líquida / EBITDA igual ou inferior a:	
2018	Igual ou superior a 3,2
2019	Igual ou superior a 3,0
2020	Igual ou superior a 2,5
2021	Igual ou superior a 2,0

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Nos últimos 3 exercícios a Companhia não contratou novas linhas de financiamento, e atualmente não há limites a serem utilizados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

2024x2023

Mensagem da Administração

O ano de 2024 marcou um período significativo em nosso plano estratégico. Consolidamos resultados operacionais positivos, atingindo R\$ 39,7 milhões no ano, um crescimento expressivo de 201,7% em comparação ao ano de 2023. Este resultado é fruto de nossas iniciativas focadas em recuperação de margens e eficiência operacional e expansão da carteira de clientes.

Intensificamos ações que fortalecem as bases para recuperação sustentável de nossas margens, com destaque para a otimização de infraestrutura, ganhos de escala, desempenho operacional e produtividade. Isso resultou em uma notável redução de 4,2% em nossos custos comparando com o ano de 2023, mesmo com o crescimento expressivo de receita.

A Companhia continua apresentando crescimento sustentado no EBITDA contábil, que no ano de 2024 alcançou R\$ 7,3 milhões representando um crescimento de 106,1% em comparativo com o ano de 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Mantemos nosso compromisso com a diversidade e inclusão de nossa força de trabalho. Continuamos a promover a equidade de gênero em todos os níveis organizacionais, com uma representação significativa de mulheres em posições de liderança.

Além disso, a Companhia desempenha um papel importante no desenvolvimento de novos talentos, com mais de 16,1% de nossos colaboradores tendo conquistado seu primeiro emprego formal conosco. Estes dados refletem nossa dedicação contínua em criar um ambiente de trabalho diversificado e inclusivo, contribuindo para o desenvolvimento profissional e social das comunidades onde atuamos.

Adicionalmente, firmamos contratos importantes com o setor financeiro e de energia, tendo iniciado a implantação destas operações entre setembro e outubro de 2024. A expectativa é que esses novos contratos gerem um faturamento mensal aproximadamente de R\$ 10 milhões em maio de 2025, quando estiverem 100% implantados.

Encerramos o ano com foco no contínuo crescimento da Receita e na consolidação de margens positivas, mantendo nosso compromisso com a excelência operacional, o cuidado com nossos colaboradores e na melhoria contínua da experiência de nossos clientes.

Desempenho Financeiro

Destacamos o expressivo crescimento nas linhas de **Receita Bruta e Líquida**, que totalizaram R\$ 415,3 milhões e R\$ 371,8 milhões no ano de 2024, representando um aumento de 17,4% em relação ao ano de 2023. Esta evolução é resultado de nossa estratégia de diversificação de portfólio e expansão da base de clientes.

Através de uma gestão eficiente de recursos e otimização de processos, alcançamos uma redução significativa de 11,8% nos **Custos sobre Serviços Prestados** em comparação ao ano de 2023. Esta otimização foi crucial para melhoria de nossa margem operacional.

Como resultado dessas ações, nosso **Resultado Operacional** apresentou uma notável evolução, atingindo R\$ 39,7 milhões no ano de 2024. No acumulado de 2024, mantemos um **EBITDA contábil positivo** de R\$ 7,3 milhões, evidenciando uma trajetória consistente de recuperação. Chegamos ao final de 2024 com nosso **quadro de colaboradores** apresentando um crescimento de 22,3% atingindo 12.840 colaboradores.

Destques do período	2024	2023	Var.
Financeiros (R\$ mm)			
Receita Bruta	415,3	353,6	17,4%
Receita operacional líquida	371,8	307,6	20,9%
Custos s/ serviços prestados	(332,1)	(346,7)	-4,2%
Resultado operacional	39,7	(39,1)	-201,7%
% margem s/ ROL	10,7%	-12,7%	
EBITDA contábil	7,3	(120,2)	-106,1%
% margem s/ ROL	2,0%	-39,1%	
Operacionais			
Quantidade de colaboradores	12.840	10.501	22,3%

2023x2022

Mensagem da Administração

Ao longo de 2023, a Companhia devido a sua reestruturação vem apresentando um sólido desempenho operacional, com crescimento de receita e margem em suas principais linhas de negócio no 4T23 frente a 3T23. A receita cresceu 20% no 4T23 em comparativo com o 3T23. A Contax aumentou sua presença em suas principais linhas de negócio, tanto na carteira atual de clientes, como na adição de novos clientes,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

com destaque para a aquisição da YOUTILITY que reforça a retomada do crescimento da Companhia.

O processo de reestruturação da Contax envolveu (i) uma profunda revisão operacional, (ii) a reestruturação dos passivos operacionais e financeiros por meio de uma Recuperação Judicial e (iii) a readequação de suas obrigações fiscais com a celebração do Acordo. O processo de Recuperação Judicial foi ajuizado em Junho de 2022 e envolveu mais de 39 mil credores cujos créditos somavam o valor de face de mais 1,4 bilhão de reais. Conforme fatos relevantes devidamente divulgados pela Companhia, (i) em 3 de Março de 2023, os credores da Companhia em Assembleia Geral de Credores, aprovaram com 68,8% dos créditos presentes, o Plano de Recuperação Judicial e (ii) em 5 de Abril do mesmo ano houve a homologação do Plano de Recuperação Judicial pelo Juízo do processo.

Com a celebração Termo de Transação Tributária com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Companhia renegociou mais de R\$560 milhões. A reestruturação envolveu uma readequação do montante devido pela Companhia e um reperfilamento do cronograma de pagamento.

Como resultado da reestruturação, o impacto no Patrimônio Líquido da Companhia evoluiu de R\$ 300 milhões negativo no ano de 2022 para R\$ 290 milhões positivo em 2023. Adicionalmente, a Companhia apresentou significativa melhora em sua liquidez, passando de 0,32 em 2022, para 0,94 no ano de 2023 no índice liquidez corrente.

Diante da exitosa conclusão do processo de reestruturação, a Contax Participações e suas companhias operacionais – Contax, ELFE, Ability e Youtility - entram em uma nova fase em sua estratégia operacional e de negócios. Sua retomada de crescimento concilia ao seu profundo expertise já consolidado e reconhecido investimento em inovação, inteligência artificial generativa e serviços digitais.

Tudo isso suportado pela resiliência do nosso maior capital, nossos colaboradores, que acreditaram e se dedicaram a esse processo de superação de obstáculos com muita disciplina, entusiasmo e criatividade. Nossa gente é a garantia do compromisso que temos de entregar resultado, eficiência e dinamismo na construção de novos caminhos.

No lado do ESG, nossa Companhia é constituída dentro de um amplo espectro de diversidade, incluindo colaboradores das mais distintas etnias, raças, gêneros e identidades de gênero, condições físicas, orientações sexuais, formações e origens.

Foram realizados mais de 16 mil treinamentos no período em temas como conduta ética, política anticorrupção, combate ao assédio moral e sexual, segurança da informação e compliance.

Reafirmamos nosso compromisso com o longo prazo, preservando a segurança de todo o nosso time e certos de que os resultados financeiros e operacionais obtidos no ano reforçam a confiança, na equipe e na capacidade de geração de valor a todos os stakeholders.

Receita Bruta

Nossa estratégia de crescimento está fundamentada em 3 pilares, sendo: (i) Tecnologia como fator chave para impulsionar o desenvolvimento de serviços, (ii) a recuperação gradual do *Market Share*, fruto da eficiência operacional e competitividade e da (iii) retomada de uma oferta de *cross selling*, principalmente na integração de serviços de atendimento, vendas e cobrança.

A receita da Companhia no 4T23 apresentou um incremento de R\$ 15 milhões em relação ao 3T23, passando de R\$ 71 milhões para R\$ 86 milhões. No acumulado do ano a receita totalizou R\$ 356 milhões, com crescimento de 20% no 4T23. Esta melhora se deve ao crescimento apresentado em todas as unidades de negócio tanto, na carteira atual de clientes, como com o início de operações com novos clientes.

Custos

No 4T23, a Companhia manteve o bom desempenho do resultado bruto, confirmando a melhora efetiva em sua eficiência operacional.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os custos apresentaram uma redução de 40% no comparativo do 4T23 com 3T23, refletindo resultados da revisão das estruturas de custos operacionais, durante o ano de 2023 o resultado ainda apresenta impactos relacionados a queda de Receita e principalmente com desmobilizações de pessoas e sites operacionais.

Em milhões de R\$	2023	2022	YoY
Receita Líquida	307,6	672,0	-54%
Custo dos serviços prestados	(346,7)	(746,6)	16%
Gerais e Administrativas	(60,1)	(102,2)	-41%
(+) Depreciação e amortização	100,4	111,9	-10%
EBITDA	1,1	(64,8)	-2%

Em milhões de R\$	4T23	3T23	QoQ	4T22	YoY
Receita Líquida	85,7	71,4	20%	114,6	-25%
Custo dos serviços prestados	(82,0)	(87,9)	16%	(147,6)	56%
Gerais e Administrativas	(15,6)	(3,2)	389%	(19,3)	-496%
(+) Depreciação e amortização	21,5	26,2	-18%	10,2	111%
EBITDA	9,5	6,5	46%	(42,1)	-23%

No ano de 2023 a Companhia apresentou break-even operacional, com um EBTIDA recorrente de R\$ 1,1MM, fruto da continuidade da redução de custos de alugueis de sites, ganhos de escala e margem dos novos negócios, mesmo que incorrendo em custos adicionais de implantação.

Considerando todos os efeitos nos passivos decorrentes da Transação, no 4º trimestre, a Companhia reverteu seu PL deixando positivo em R\$290MM, Ajustou sua dívida em R\$143,4MM e obteve índices de liquidez de 0,94.

Em R\$ milhões	31/12/2023	31/12/2022	Δ
Ativo Circulante	377,2	401,8	(24,62)
Passivo Circulante	401,4	1.272,1	(870,79)
Índice de liquidez corrente	0,94	0,32	0,62

Resultados financeiros 2022/2023

Em milhões de R\$	2023	2022	Δ %	4T23	3T23	Δ %	4T22	Δ %
Receita operacional líquida	307,6	672,0	-54%	85,6	71,4	20%	114,6	-25%
Custo dos serviços prestados	(346,7)	(746,6)	-54%	(52,5)	(87,9)	-40%	(147,8)	-65%
Prejuízo operacional bruto	(39,1)	(75)	-48%	33,1	(16,5)	n.m.	(33,3)	
Gerais e administrativas	(60,1)	(102,2)	-41%	(45,2)	(3,1)	1357%	(19,3)	134%
Outras despesas operacionais	(72,3)	(144,0)	-50%	(51,9)	11,1	n.m.	46,9	n.m.
	(132,5)	(0,2)		(97,1)	8,0	-1310%	27,6	n.m.
Resultado operacional	(171,6)	(74,8)	129%	(63,9)	(8,5)	655%	(5,7)	
Receitas financeiras	720,2	6,7	10622%	228,6	14,4	1491%	0,1	n.m.
Despesas financeiras	(73,3)	(141,2)	-48%	36,3	(13,7)	n.m.	(19,2)	n.m.
Resultado financeiro	646,9	(134,5)	n.m.	264,9	0,7	n.m.	(19,1)	n.m.
Efeitos da Recuperação Judicial	(439,9)	-		-	-			
Efeitos da transação PGFN	(348,4)	-		(348,4)	-			
Lucro (Prejuízo) operacional antes do IR e CSLL	475,4	(209,3)	n.m.	201,0	(7,8)	n.m.	(24,8)	n.m.
Imposto de renda e contribuição social	114,6	0,0	n.m.	114,6	0,0	n.m.	0,0	n.m.
Lucro (Prejuízo) do período	590,0	(209,3)	n.m.	315,6	(7,8)	n.m.	(24,8)	n.m.
Depreciação e amortização	100,4	111,9	-10%	21,5	26,1	-18%	28,5	-24%
TOTAL EBITDA	1,1	(64,8)	-102%	9,5	6,5	46%	3,6	n.m.

2022x2021

Ao longo de 2022, a Companhia decidiu ampliar seu processo de reestruturação para priorizar sua capacidade de gerar valor para seus clientes, colaboradores e parceiros.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Com isso vem adequando sua liquidez corrente e estrutura de capital, focando seus recursos nas operações com seus clientes. Tal medida permite avançarmos em nosso objetivo de excelência operacional, rentabilidade e crescimento sustentável.

Em junho, iniciamos a etapa de reestabelecimento dos níveis operacionais e aumento da liquidez financeira. Neste processo passamos por um período de ajuste de Receitas, Custos e Portfólio de Serviços.

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial ocorrida em 03 de março de 2023, a Companhia estima redução de 29% do passivo da Companhia e consequente melhora do Patrimônio Líquido no montante de R\$537 milhões.

BALANÇO PATRIMONIAL	Consolidado em R\$ milhões	2022 pro forma	2021	2022 p.f./2021
Ativo Total		1.549,5	1.765,1	-12,2%
Circulante		401,8	392,4	2,4%
Não circulante		1.147,7	1.372,7	-16,4%
Passivo Total		1.312,4	1.610,5	-18,5%
Circulante		679,0	943,7	-28,0%
Não circulante		633,4	666,8	-5,0%
Capital Stock	Capital Social	1.419,4	1.419,4	0,0%
Shareholders' Equity	Patrimônio Líquido	237,1	154,6	53,4%
RESULTADOS FINANCEIROS	Consolidado em R\$ milhões	2022 pro forma	2021	2022 p.f./2021
Gross Revenue	Receita Bruta	767,7	1.195,6	-35,8%
Net Revenue	Receita Líquida	672,0	1.048,3	-35,9%
Gross Income	Resultado Bruto	(74,5)	114,4	-165,1%
<i>Gross Margin</i>	<i>Margem Bruta</i>	-11%	11%	-2,0 p.p.
EBITDA	EBITDA	(320,7)	48,2	-765,1%
<i>EBITDA Margin</i>	<i>Margem EBITDA</i>	-48%	5%	-11,4 p.p.
Short Term Debt	Dívida Curto Prazo	(49,0)	(94,4)	-48,1%
Long Term Debt	Dívida Longo Prazo	(139,5)	(92,2)	51,2%
Cash Position	Caixa	99,2	26,9	268,7%
Net Debt	Dívida Líquida	(89,3)	(159,7)	-30,3%

2022 Pro forma: considera impactos do Plano de Recuperação Judicial aprovado em 03/03/2023

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Em 2024, a Companhia registrou Receita Operacional Líquida (ROL) de R\$ 372 milhões versus R\$ 308 milhões no ano anterior, o incremento é resultado da (i) composição da carteira de clientes de maior retorno para a Companhia; (ii) otimização de custos diretos e indiretos; e (iii) otimização de sua estrutura de despesas gerais e mão de obra indireta.

Em R\$ milhões	2024	2023	2022
Receita operacional bruta	415	354	768
Tributos sobre as receitas			
PIS/Cofins	(17)	(17)	(39)
CPRB	(13)	(14)	(22)
ISS	(12)	(12)	(26)
ICMS	(0)	(0)	0
Abatimentos da receita	(0)	(3)	(9)
Receita operacional líquida	372	308	672

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2024, o custo dos serviços prestados atingiu R\$ 332,1 milhões, uma queda de 4% em comparação a 2023. A Companhia intensificou ações que fortalecem as bases para recuperação de suas margens, com destaque para a otimização de infraestrutura, ganhos de escala, desempenho operacional e produtividade, que impactou positivamente sua estrutura de custos.

As Despesas Gerais e Administrativas (G&A) totalizaram R\$ 91 milhões em 2024, 17% acima do registrado em 2023 e o EBITDA da Companhia em 2024 foi de R\$ 7,3 milhões, comparado a R\$ (120,2) milhões reportado em 2023.

A administração segue totalmente comprometida e confiante no potencial de longo prazo da Companhia, na capacidade de seus colaboradores e ciente de que tem todas as condições de se tornar uma das maiores plataformas de serviços da América Latina, gerando valor a todos os stakeholders.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

O aumento e a diminuição do volume dos serviços demandados pelos nossos clientes afetam, de forma significativa, os nossos resultados, particularmente porque tais oscilações comprometem as taxas de utilização da capacidade instalada e as receitas.

A união das operações das empresas do Grupo CONTAX proporcionou uma diversificação do portfólio de serviços, uma vez que agregou os segmentos de negócios de Operação/Manutenção Industrial,

2.2 Resultados operacional e financeiro

Facilities e IoT, bem como reforçou seu posicionamento no segmento de trade marketing, criando soluções completas para os clientes através de plataformas integradas ao seu negócio principal.

c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A atividade da Companhia, por essência, deve estar continuamente focada em ampliar os ganhos de eficiência da operação e repassá-la em forma de precificação mais adequada para seus clientes, bem como ampliar e sustentar as margens de lucratividade do negócio. Portanto, no processo frequente de reajustes contratuais, a Companhia tende a repassar parte da inflação interna observada, que é parcialmente compensada pelos ganhos de produtividade.

Considerando essa dinâmica de reajuste e o mercado concorrencial em que atua, a Companhia tem conseguido repassar parcialmente a inflação interna observada. Essa inflação, em geral, se aproxima dos principais indicadores-referência de inflação do mercado.

Os custos e as despesas totais da Companhia (custos dos serviços prestados, despesas com vendas, despesas gerais e administrativas e outras despesas e receitas operacionais líquidas) caíram 20% em 2024, um fator relevante na estrutura de custos e despesas da Companhia são os gastos com pessoal que representou 31% dos custos e despesas totais em 2024 (24% dos custos e despesas totais em 2023). Assim sendo, o reajuste anual de preços também tem correlação com a variação do salário mínimo, além da inflação passada. O salário mínimo sofreu aumento de 10,18%, 8,91% e 6,97% em 2022, 2023 e 2024, respectivamente. As negociações com os sindicatos, de aumento de salários e benefícios de empregados poderão impactar o negócio da Companhia, até entrar em vigor o reajuste contratual com os clientes. As negociações anuais com os sindicatos de empregados normalmente resultam em aumento de remuneração, que poderá ocorrer na forma de um aumento percentual do salário e/ou pagamento único. Esta última hipótese acarretaria por um determinado período, um efeito mais significativo sobre o fluxo de caixa.

Em geral, os reajustes contratuais são anuais também em decorrência dos períodos de reajuste de outros dos principais custos da Companhia, tais como telecomunicações e aluguel de instalações, que também sofrem reajustes periódicos. Se algum contrato com algum fornecedor relevante for reajustado, os resultados mensais serão impactados em relação ao mês anterior.

O risco de taxas de juros é aquele pelo qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações nas taxas de juros que afetem seus ativos e passivos. No encerramento do exercício social de 2024, a Companhia não restringia a sua exposição às diferentes taxas de juros e também não estabelecia limites entre taxas pré ou pós-fixadas. A Companhia, entretanto, monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas e para gerenciar o descasamento entre suas aplicações financeiras e dívidas. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

2.2 Resultados operacional e financeiro

O endividamento da Companhia está atrelado, essencialmente, às taxas do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), à Taxa Referencial (“TR”) e ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). Na ocorrência de alterações adversas no mercado que resulte na elevação do CDI, e do IPCA, o custo do endividamento pós-fixado se eleva, mas por outro lado, o custo do endividamento pré-fixado se reduz em termos relativos.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Mudanças significativas nas práticas contábeis

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. Em 2024, a Companhia não possuía transações dessa modalidade.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- **IFRS 18:** Em abril de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu a IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras, substituindo a IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis). A nova norma estabelece requisitos aprimorados para a apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e amplia a transparência na divulgação de medidas de desempenho.

A IFRS 18 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida internacionalmente. No entanto, no Brasil, a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

- **IFRS 19:** Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação – Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

- **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial -** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo

- **Alterações ao CPC 02 (R2)** – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e **CPC 37 (R1)** – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade - Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, datado de 7 de abril de 2025 (exercícios 2024 e 2023) foi emitido com opinião com ressalva e ênfase, assim como os relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, datado de 9 de abril de 2024 (exercício de 2023 e 2022) e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, datado de 24 de março de 2023 (exercício de 2022 e 2021).

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados.

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não foram introduzidos ou alienados segmentos operacionais no período.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 29 de junho de 2023 foi celebrada a intenção de aquisição da Youtility Center do Brasil Serviços de Informática e Telemarketing Ltda. pela Contax S.A., com a assinatura de Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, que está condicionada ao atendimento de cláusulas precedentes, materializadas em setembro de 2023.

Fundada em 2013, a Youtility faturamento líquido 72 milhões em 2022 e presta serviços de Telemarketing e Televendas, com foco no atendimento por meio de Canais Digitais e conta com cerca de 1,5 mil funcionários. A empresa está localizada no Estado do Rio de Janeiro.

A aquisição da Youtility se dará na forma de Revenue Share, com preço mínimo de R\$ 18 milhões, a serem pagos ao longo dos próximos 3 anos.

A aquisição da Youtility está inserida na estratégia da Companhia de reforçar a sua oferta de produtos, consolidando sua presença nos canais digitais de atendimento, aumentando seu portfólio, além de aumentar a sua capacidade de atendimento e volume de transações.

c) eventos ou operações não usuais

Em 07 de junho de 2022, a Companhia e suas subsidiárias (“Grupo CONTAX”) ajuizaram o Pedido de Recuperação Judicial (“Pedido”) na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1058558-70.2022.8.26.0100.

Em 09 de junho de 2022 foi deferida a antecipação dos efeitos do “stay period”, determinando a diligência de constatação prévia e a suspensão de todas as execuções ajuizadas contra as recuperandas, bem como obstando quaisquer atos de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens das recuperandas.

Em 15 de junho de 2022 foi deferido o processamento da Recuperação Judicial, nomeando-se como Administrador Judicial a empresa Capital Administradora Judicial Ltda.

Em 02 de agosto de 2022 foi disponibilizado no diário de justiça eletrônico o edital de convocação dos credores contendo, o resumo do pedido e da decisão de processamento, a disponibilização da relação nominal de credores e o início do prazo para apresentação e processamento das habilitações e divergências dos créditos. Em 17 de agosto de 2022 foi encerrado o prazo para apresentação das divergências, na fase administrativa.

Em 22 de agosto de 2022 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial em consolidação substancial das recuperandas, onde foram distribuídos os credores da seguinte forma:

- Classe I – Trabalhista e Escritórios jurídicos trabalhista;
- Classe III - Fornecedores, Empréstimos, Debêntures e Partes relacionadas; e

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

- Classe IV – Fornecedores ME e EPP.

No dia 03 de março de 2023 os credores da Companhia e suas subsidiárias (“Grupo CONTAX”), reunidos em Assembleia Geral de Credores, regularmente instalada, aprovaram o Plano de Recuperação Judicial do Grupo CONTAX (“Plano”) na forma do Artigo 45 da Lei nº 11.101/05.

Em 04 de abril de 2023 o Grupo CONTAX e suas subsidiárias Contax S.A, ELFE Operação e Manutenção S.A., Solvian Tecnologia e Integração EIRELI, Solviantech Desenvolvimento de Sistemas EIRELI, Metalfort Manutenção Comercio e Serviços EIRELI e ATMA Administração Financeira Ltda. vem informar que o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão que teve por objeto a homologação do Plano de Recuperação Judicial (Plano).

O Plano com mais de 39 mil credores cujos créditos somam o valor de face de 1,4 bilhão de reais. A aprovação foi obtida com o voto de 68,8% dos detentores de créditos presentes à Assembleia. Com a homologação do Plano, a Companhia concluiu o processo de reestruturação do seu passivo financeiro e operacional.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Medições não contábeis

a. Valor das medições não contábeis;

LAJIDA (em milhares de reais):

31/12/2024: 7.317

31/12/2023: (120.183)

31/12/2022: (208.817)

Dívida Líquida (em milhares de reais):

31/12/2024: 133.164

31/12/2023: 143.691

31/12/2022: 128.206

b. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

A tabela abaixo mostra a reconciliação entre o lucro líquido da Companhia e o LAJIDA:

	Em milhares de R\$, (exceto porcentagem)		
	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Lucro (Prejuízo) líquido	(140.758)	589.953	(455.241)
(+) IR & CSLL	(37.096)	114.631	-
LAIR	(103.662)	475.322	(455.241)
(+) Despesas financeiras	58.775	56.469	141.229
(-) Receitas financeiras	(8.306)	(752.372)	(6.717)
(+) Depreciação e amortização	60.510	100.398	111.912
LAJIDA ^{1,3}	7.317	(120.183)	(208.817)
Margem LAJIDA ^{2,3}	2,0%	-39,1%	-31,1%
Receita operacional líquida	371.753	307.605	672.022

¹ O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM n° 156/22, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM n° 156/22”), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro (prejuízo) líquido acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social e pelas depreciações e amortizações.

² A Margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela Receita Operacional Líquida.

³ O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido ou como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Não poderão também ser considerados para o cálculo de distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

2.5 Medições não contábeis

A tabela abaixo mostra a reconciliação entre valores divulgados e a Dívida Líquida:

	Em milhares de R\$, (exceto porcentagem)		
	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Empréstimos e financiamentos - Circulante	56.782	83.320	94.316
Debêntures - Circulante	2.757	-	133.133
Empréstimos e financiamentos - Não circulante	35.028	15.404	-
Debêntures - Não circulante	107.028	104.296	-
Dívida bruta total	201.595	203.020	227.449
Caixa e equivalentes de caixa	68.431	59.329	99.243
Dívida líquida ¹	133.164	143.691	128.206
Dívida bruta de curto prazo (%)	30%	41%	100%
Dívida bruta de longo prazo (%)	70%	59%	-

¹ Dívida líquida é calculada com base na soma de todas as obrigações com instituições financeiras, representadas nas demonstrações financeiras por empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com arrendamento mercantil a pagar registradas no passivo circulante e não circulante, deduzidos os valores registrados como caixa e equivalentes de caixa representados por saldos disponíveis em caixas e bancos e aplicações financeiras.

² O percentual da dívida circulante é calculado dividindo-se o valor de empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com arrendamento mercantil circulantes pela Dívida Bruta Total.

³ O percentual da dívida não circulante é calculado dividindo-se o valor de empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com arrendamento mercantil não-circulantes pela Dívida Bruta Total.

c. Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho por nossa Administração, motivo pelo qual entendemos ser importante a sua inclusão neste formulário. A administração da Companhia acredita que o EBITDA é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento. De acordo com a Resolução CVM nº 156/22, o EBITDA (ou LAJIDA) pode ser definido como lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização.

A Dívida Líquida consiste no somatório das obrigações financeiras (“empréstimos e financiamentos”, “obrigações com arrendamento mercantil” e “debêntures”) circulantes e não circulantes, deduzido do “caixa, equivalente de caixa e aplicações”. A Dívida Líquida não é uma medida de endividamento reconhecida pelas IFRS. Não existe uma definição padrão para a medição não contábil Dívida Líquida e a nossa definição pode ser diferente daquela usada por outras companhias. A Companhia entende que a medição da dívida líquida é útil na avaliação do grau de endividamento em relação ao fluxo de caixa operacional. Adicionalmente, nas escrituras de debêntures de emissão da Companhia e nos contratos financeiros, a Companhia está sujeita à observância de determinados índices financeiros (*covenants* financeiros) que utilizam a Dívida Líquida como parâmetro na forma definida nos respectivos instrumentos constitutivos da dívida. Para mais informações sobre (i) os contratos financeiros celebrados por nós,; (ii) sobre os índices financeiros (*covenants* financeiros) a que estamos sujeitos.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não ocorreram eventos subsequentes que possam afetar substancialmente as demonstrações financeiras após o encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a) Regras sobre retenção de lucros:

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas da Companhia poderão deliberar, em assembleia geral e por proposta da administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia.

Nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido poderá ser anualmente destinado à formação de reserva de capital, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no parágrafo primeiro do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

b) Regras sobre distribuição de dividendos:

De acordo com seu Estatuto Social, a CONTAX Participações deve distribuir dividendos para cada exercício social, em valor não inferior a 25% do lucro líquido ajustado. A Companhia poderá ainda distribuir dividendos trimestrais, desde que o total dos dividendos pagos não exceda o valor de sua reserva de capital.

Os valores dos dividendos que são devidos aos acionistas, bem como quaisquer outros proventos, serão remunerados na forma que vier a ser deliberada pela assembleia geral, a partir do encerramento do exercício social até a data fixada para o seu efetivo pagamento.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição ordinária de dividendos da Companhia é anual, sendo que a Companhia poderá declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou lucros alocados às reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral aprovado pelos acionistas. Adicionalmente, a Companhia pode declarar dividendos a partir do lucro líquido constante do último balanço semestral ou qualquer balanço relativo a período mais curto, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital. As distribuições de dividendos intermediários podem ser compensadas do valor de dividendos obrigatórios relativos ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos intermediários foram distribuídos.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Em razão do Instrumento Particular de Escritura da 7ª Emissão de Debêntures, da espécie quirografária, contando com garantia adicional fidejussória, em até 4 séries, sendo a primeira e terceira séries compostas por debêntures conversíveis em ações e a segunda e a quarta séries compostas por debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública, com esforços restritos de emissão da Companhia, há restrição para distribuição de dividendos ou de juros sobre o capital próprio até que o Índice Dívida Líquida / EBITDA da Companhia atinja a razão igual ou inferior a 2,00 (dois inteiros), excluídos, no entanto, eventual distribuição dos Dividendos Obrigatórios de 2015, cujo pagamento encontra-se suspenso por deliberação dos acionistas.

2.7 Destinação de resultados

- e) **se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data de aprovação, e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O emissor não possui Política de Destinação de Resultados, pautando-se na Lei das Sociedades Por Ações.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não se aplica

b) natureza e propósito da operação

Não se aplica

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Investimentos em andamento

Não foram realizados investimentos em 2024 pela Companhia.

Investimentos previstos

Não há expectativa de investimentos significativos a serem realizados no exercício social de 2025.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Atualmente, a Companhia utiliza seu caixa e sua capacidade de geração de caixa. Entretanto, se necessário, a Companhia pode continuar a expandir suas atividades por meio de outras opções de financiamento.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Não houve nenhum desinvestimento relevante nos últimos 3 exercícios.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não existe nenhuma aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam vir influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia que não foram amplamente divulgadas durante o período ou que afetarão os próximos anos que possam ser divulgadas atualmente.

c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há pesquisas em andamento relacionadas a novos produtos e serviços que tenham sido anteriormente divulgadas.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois não há pesquisas em andamento.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, pois não há o desenvolvimento de novos produtos e serviços, que tenham sido anteriormente divulgados.

2.10 Planos de negócios

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O desenvolvimento de novos produtos e serviços são conduzidos normalmente por equipes que se envolvem também no acompanhamento e monitoramento das operações. Portanto, atualmente, a Companhia não tem como determinar o montante exclusivamente gasto com o desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

d) oportunidades inseridas pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos e serviços

Não aplicável, por não há oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da companhia ao longo do exercício de 2024 já foram identificados nos demais itens desta seção.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1. As projeções devem indicar:

a. objeto de projeção

Não aplicável

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais ao seu controle

Não aplicável

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 Descrever fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

a. Ao Emissor:

Reputação da marca junto ao mercado

A imagem e as atividades da Companhia podem ser afetadas de forma negativa junto aos clientes e aos stakeholders, comprometendo a sua atratividade, impactando o resultado de suas operações e a sua condição econômico-financeira nas seguintes situações exemplificativas: utilização indevida de informações confidenciais/sensíveis oriundas dos negócios por parte empregados e/ou terceiros; impossibilidade de garantir que os seus fornecedores estejam exercendo as suas atividades de forma regular; e descumprimento da Política Anticorrupção, seja por parte da Companhia, seja por parte de seus clientes e fornecedores e etc.

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação nacional relacionada ao combate à corrupção, Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. A Companhia possui políticas e procedimentos internos concebidos para garantir o exato e fiel cumprimento dessa legislação, incluindo um Programa de Compliance cuidadosamente elaborado. Não obstante, ainda que fundamentais para gerenciamento de riscos e minimização de danos, não é possível assegurar que tais políticas e procedimentos serão suficientes ou que funcionários, conselheiros, diretores, acionistas, representantes ou prestadores de serviço da Companhia não adotaram ou não adotarão algum tipo de ação em violação a tais políticas e procedimentos que possa gerar, em última instância, responsabilidade para eles ou para a Companhia. Violações às legislações voltadas ao combate à corrupção podem ocasionar penalidades financeiras, danos à reputação ou outras consequências legais que, ao final, podem afetar negativamente as atividades da Companhia, os resultados de suas operações ou sua condição econômico-financeira.

Perda do volume de clientes

A Companhia concentra os esforços de qualidade e atendimento, de forma estratégica, às expectativas dos clientes na formação de relacionamentos e fidelização de longo prazo com grandes empresas em determinados setores. Consequentemente, ela depende de um número limitado de clientes responsáveis por uma parcela significativa de sua receita, embora nos últimos anos a Companhia tenha diversificado de maneira relevante sua carteira de clientes.

A perda de um cliente-chave, o inadimplemento ou a não conservação de uma parcela significativa de negócios com um dos clientes-chave, caso aconteçam, poderão exercer um efeito negativo sobre a receita total da Companhia, embora, atualmente, a diversificação de receitas iniciada com a chegada de novos clientes e com a atuação em novos segmentos do mercado possam mitigar eventuais efeitos negativos da perda de um dos clientes-chave.

Risco de refinanciamento

Em um cenário de deterioração dos indicadores financeiros e/ou no caso da diminuição da oferta de crédito, influenciado pelas condições políticas, econômicas e de mercado do Brasil e/ou do desempenho das operações, a capacidade da Companhia em obter qualquer

4.1 Descrição dos fatores de risco

financiamento futuro necessário para capital de giro, dispêndios de capital e/ou pagamentos de principal e juros sobre o endividamento poderá ser limitada, o que poderá resultar em reduções e/ou deterioração de seu desempenho econômico.

Impacto das contingências de processos judiciais, arbitrais ou administrativos no caixa

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, envolvendo questões legais e regulatórias incluindo, mas não se limitando, a processos trabalhistas, tributários, cíveis, societários e ações civis públicas. Não há garantias de que as provisões serão suficientes para fazer face ao custo total decorrente de decisões adversas em demandas judiciais e administrativas. A Companhia está sujeita a possíveis processos administrativos e/ou judiciais movidos pelo Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego, dentre outros órgãos.

Uma ou mais decisões desfavoráveis à Companhia em qualquer processo judicial, arbitral ou administrativo poderá ter um efeito negativo relevante sobre os seus resultados. Além das provisões financeiras e dos custos com honorários advocatícios para a assessoria nessas causas, a Companhia poderá ser obrigada a oferecer garantias em juízo relacionadas a tais processos, o que poderá afetar adversamente sua capacidade financeira.

Para mitigar este risco, a empresa tem um processo estruturado de cálculo e atualização de suas provisões para contingências de processos judiciais, arbitrais ou administrativos baseado em pareceres de bancas de advogados renomados no mercado e análises históricas.

Desgaste na relação fornecedor x CONTAX

A Companhia depende de contratações e de capacidade de manter acordos e relações saudáveis e de confiança com fornecedores e parceiros, com qualidade para obter êxito nos negócios. Eventuais atrasos ou suspensão de pagamento de fornecedores podem impactar as relações em mercado, em especial por se tratar de uma companhia de capital aberto. Como resultado de eventuais desgastes com atuais e possíveis fornecedores, minimiza-se o poder de negociação, comprometendo a capacidade de obter crédito, levando a Companhia a pagar juros e multas, por exemplo, para além de impossibilitar novas compras, o que limita o rol de fornecedores, e pode ocasionar eventuais suspensões de contratos, comprometendo a atuação qualitativa no processo de suprimentos. Nesse contexto, prejudica-se a capacidade da Companhia em honrar e cumprir seus próprios prazos e obrigações contratuais.

Para mitigar riscos na cadeia de fornecimento, foram estabelecidas políticas e procedimentos específicos, com o intuito de prevenir ações antiéticas, fraudes e irregularidades, que venham a gerar uma imagem distorcida da Companhia perante o mercado. Procuramos avaliar nossos fornecedores individualmente da maneira mais hábil, efetiva, segura e clara, de acordo com as melhores práticas de conformidade do mercado, utilizando procedimentos de habilitação e gestão do ambiente ético dos fornecedores, avaliando os riscos de corrupção por meio de checagem de informações públicas, bem como outros mecanismos apropriados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Obsolescência tecnológica

Os negócios da Companhia dependem da capacidade, disponibilidade e confiabilidade de seus servidores, computadores, equipamentos de telecomunicações e de rede, programas, processos e procedimentos de informática. O crescimento contínuo e a lucratividade da Companhia dependem, dentre outros fatores, da introdução de novos serviços que efetivamente tirem proveito e respondam à evolução tecnológica. A obsolescência da capacidade tecnológica ou a incapacidade de reagir adequadamente às mudanças tecnológicas e de hábito dos clientes da Companhia, caso ocorram, podem afetar negativamente sua competitividade.

Como forma de mitigar riscos de obsolescência tecnológica, a Companhia é controladora da Solvian, companhia 100% dedicada à transformação tecnológica em todas as linhas de negócio da CONTAX, assim como firmou parceria estratégica tecnológica com a Google, a fim de utilizar em suas atividades as ferramentas mais atuais disponíveis no mercado.

Não reter profissionais chaves

A capacidade da Companhia em manter posição competitiva depende dos serviços de sua alta administração. Embora a Companhia possua planos de retenção e desenvolvimento com alguns de seus gestores e colaboradores qualificados, não pode garantir que obterá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar sua alta administração. Dessa forma, a saída de membros-chave da administração da Companhia poderá causar um efeito adverso relevante em seus negócios.

Como as atividades da Companhia envolvem mão de obra intensiva, a capacidade de atrair, contratar, treinar e reter pessoal qualificado é fundamental para o contínuo crescimento dos negócios. A Companhia poderá enfrentar dificuldades para contratar ou manter pessoal com as qualificações necessárias para atender adequadamente seus clientes. Na hipótese de a Companhia não conseguir recrutar, motivar e reter pessoal qualificado, a qualidade de seus serviços poderá ser afetada, com possíveis efeitos adversos nos resultados operacionais e financeiros.

Ausência de proteção de informações-chave

O negócio de *contact center* implica o acesso a informações confidenciais/sensíveis dos clientes da Companhia e dos clientes de suas controladas. A Companhia pode ser eventualmente responsabilizada por atividades fraudulentas, ou por apropriação indevida por parte de seus empregados ou terceiros, o que pode nos expor a obrigações de indenizar e a processos judiciais ou administrativos onerosos, por exemplo, no caso de terceiros não autorizados violarem os sistemas de segurança físicos ou de rede da Companhia. Da mesma forma, no caso de empregados autorizados utilizarem, de forma imprópria e inapropriada, os seus direitos de acesso às informações da Companhia ou de clientes, poderá haver impacto adverso relevante em nossas atividades e imagem.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Interrupção da prestação de serviços

A interrupção da prestação de serviços por diversos motivos tais como greves, interdições, falhas de provedores de serviços, interrupções por segurança da informação, podem afetar os níveis de serviços acordados nos contratos com os clientes.

A Companhia está exposta a diferentes tipos de penalidades monetárias em decorrência de descumprimentos de obrigações contratuais com clientes, em especial com base em níveis determinados de serviços. Eventuais violações poderão sujeitar a Companhia ao pagamento de penalidades monetárias ou indenizações que poderão, eventualmente, afetar adversamente seus resultados.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

O Fundo Providence Internacional LLC detém a maioria das ações em circulação da Companhia e poderá haver circunstâncias em que seus interesses serão distintos ou entrarão em conflito com os interesses dos demais acionistas da CONTAX Participações.

O Acionista Majoritário tem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório impostas pela Lei das Sociedades por Ações. O Acionista Majoritário poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos investidores.

A Companhia pode precisar de recursos adicionais no futuro, os quais podem ser obtidos por meio de aumentos de seu capital social; tais aumentos de capital social podem diluir a participação dos investidores no capital social da Companhia.

A captação de recursos adicionais por meio da venda de ações, da emissão de ações ou de títulos conversíveis em ações, se forem feitas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, com exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, inclusive dos investidores em ações de sua emissão, poderão, portanto, diluir a participação acionária de tais investidores em ações de emissão da Companhia.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de suas ações.

De acordo com seu Estatuto Social e a Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve pagar aos acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O estatuto social da Companhia permite o pagamento de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. A Companhia poderá ainda pagar juros sobre o capital próprio, limitados nos termos da lei aplicável. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do

4.1 Descrição dos fatores de risco

exercício social em que forem distribuídos. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Nesse sentido, a Companhia pode não distribuir dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social, caso o seu conselho de administração venha a determinar que a Companhia não possui lucro líquido ou reservas de lucro para tais distribuições ou que referidas distribuições sejam incompatíveis com sua condição financeira.

Planos de opções de compra de ação aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia podem induzir nossos administradores e empregados elegíveis a buscar retornos de curto prazo, o que poderá conflitar com o interesse dos acionistas que buscam retornos de longo prazo ao investirem nas Ações.

A Companhia, de acordo com o art. 5º, §5º de seu Estatuto Social, submeteu e aprovou junto aos seus acionistas um Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Incentivo”), na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2020, ofertado aos membros do Conselho de Administração.. O Plano de Incentivo possui o objetivo de ofertar aos membros do Conselho de Administração da Companhia direitos sobre a valorização das ações de emissão da Companhia, com liquidação em caixa.. Para mais informações sobre nossos planos de opção de compra de ações, ver o item “8.5. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária” deste formulário de referência.

A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países, principalmente nos emergentes ou nos Estados Unidos, pode afetar negativamente a economia brasileira e os negócios da Companhia.

O mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado pela economia global e pelas condições do mercado, e especialmente pelos Estados Unidos, pela União Europeia e pelos mercados emergentes. Mudanças nos preços de ações de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia e nos mercados emergentes podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Além disso, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente nos Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro continuará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o

4.1 Descrição dos fatores de risco

interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das ações, bem como poderá afetar o futuro acesso ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis à Companhia.

Poderá não se desenvolver um mercado ativo e líquido para as ações de emissão da Companhia, o que pode limitar a capacidade dos acionistas da Companhia de vender as ações de emissão da Companhia no momento e pelo preço desejados.

A Companhia não pode prever até que ponto o interesse dos investidores em ações de sua emissão poderá levar ao desenvolvimento de mercados de negociação para as ações de sua emissão na B3 e o quão líquido este mercado pode se tornar. Consequentemente, a Companhia não pode assegurar que os investidores serão capazes de vender suas ações quando desejarem, se serão capazes de vendê-las, ou garantir os preços que os investidores poderão obter pelas ações.

A relativa volatilidade e falta de liquidez dos valores mobiliários de companhias brasileiras poderá limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender os valores mobiliários de emissão da Companhia no momento e pelo preço desejado.

Investir em valores mobiliários de companhias de mercados emergentes, tais como o Brasil, envolve um risco maior do que investir em valores mobiliários de companhias de países mais desenvolvidos, e tais investimentos são geralmente considerados especulativos por natureza. Investimentos no Brasil, tais como os investimentos nos valores mobiliários de emissão da Companhia, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, que incluem, entre outros: (i) mudanças nos cenários regulatório, tributário, econômico e político que podem afetar a capacidade de os investidores receberem pagamentos, no todo ou em parte, relativos aos seus investimentos; e (ii) restrições aos investimentos estrangeiros e ao repatriamento do capital investido.

Os mercados brasileiros de capitais são substancialmente menores, menos líquidos, mais concentrados e mais voláteis do que os principais mercados de capitais norte-americanos e europeus. A falta de liquidez relativa e capitalização menor dos mercados acionários brasileiros podem limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender seus valores mobiliários pelo preço e no momento em que desejarem.

A conversão das Debêntures em ações da Companhia pode representar uma forma de saída para os credores da Companhia, o que poderá afetar a liquidez e preço de suas ações

Os credores da Companhia possuem debêntures conversíveis em ações emitidos pela companhia. Os objetivos de investimento de um credor financeiro podem não coincidir com a visão de um acionista, que tende a manter seu investimento com um objetivo de valorização no longo prazo. Caso esses credores venham a converter seus valores mobiliários em ações da Companhia como forma de obter retorno financeiro de curto prazo, por meio da venda de ações convertidas, esse movimento poderá afetar a liquidez ou preço das ações no curto prazo, a depender do valor de venda da ação, não sendo possível assegurar que a ação voltará ao seu preço histórico anterior a essa venda.

4.1 Descrição dos fatores de risco

c. suas controladas e coligadas:

Não há fatores de risco relacionados às controladas da Companhia que não estejam expostos no item 4.1 deste formulário de referência.

d. seus administradores:

Os riscos relacionados aos seus administradores são os mesmos relacionados à Companhia.

e. seus fornecedores:

A Companhia não pode garantir que seus fornecedores não venham a se utilizar de práticas irregulares.

Devido à grande pulverização e terceirização da cadeia produtiva dos seus fornecedores, a Companhia não possui controle sobre suas operações e eventuais irregularidades que possam apresentar. Apesar de os contratos com os fornecedores preverem obrigações a estes fornecedores de cumprirem com todas as leis, normas e regulamentos vigentes, bem como com determinadas políticas da Companhia, tais como o Código de Ética e Conduta e a Política de Anticorrupção e Integridade, a Companhia não pode garantir que alguns dos seus fornecedores não venham apresentar problemas com questões trabalhistas, relacionadas à sustentabilidade, quarteirização da cadeia produtiva, condições de segurança impróprias, de *compliance* ou mesmo que venham a se utilizar dessas irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos. Caso uma quantidade significativa de referidos fornecedores o faça, a Companhia pode ter prejuízos com sua imagem e, em consequência, perda de atratividade junto a clientes, com impacto direto na redução de sua receita líquida e resultado operacional, bem como queda no valor das ações de sua emissão.

f. seus clientes:

Uma grande parcela da receita da Companhia é proveniente de um número limitado de clientes, e a perda, inadimplemento ou redução acentuada de atividade de um ou mais desses clientes poderá afetar de maneira significativa a situação financeira da Companhia.

A Companhia concentra os esforços de qualidade e atendimento, de forma estratégica, às expectativas dos clientes na formação de relacionamentos e fidelização de longo prazo com grandes empresas em determinados setores. Consequentemente, ela depende de um número limitado de clientes responsáveis por uma parcela significativa de sua receita.

A perda de um cliente-chave, o inadimplemento ou a não conservação de uma parcela significativa de negócios com um dos clientes-chave, caso aconteçam, poderão exercer um efeito negativo sobre a receita total da Companhia e de sua situação financeira como um todo.

4.1 Descrição dos fatores de risco

g. Aos setores da economia em que a Companhia atua:

O setor de atuação da Companhia é altamente competitivo e eventual ausência de capacidade de competição poderá resultar na perda de clientes ou na diminuição da lucratividade.

Riscos inerentes ao segmento de Atendimento

A Companhia enfrenta concorrência significativa de outros agentes do seu mercado de atuação. Existem diversas empresas que prestam serviços idênticos ou similares aos da Companhia. Além desses concorrentes, os clientes da Companhia e clientes potenciais podem, de forma contrária a atual tendência do setor, decidir utilizar recursos internos para executar os serviços de *contact center*, mantendo internamente as atividades de atendimento ao consumidor e assistência a produtos. Os serviços de atendimento automatizado a consumidores, através da Internet, da Unidade de Resposta Audível (“URA”), do reconhecimento de voz e de outras tecnologias, tendem a diminuir volumes tradicionais do *contact center*, apesar de a Companhia também desenvolver e vender serviços relacionados à atividade de autoatendimento como a URA.

Os serviços prestados e preços praticados pela concorrência, se estiverem desalinhados com o mercado, bem como o período e as circunstâncias da entrada de concorrentes adicionais no mercado podem prejudicar os negócios da Companhia. A tendência à expansão internacional por parte de concorrentes com sedes em outros países e as contínuas mudanças tecnológicas podem trazer novos concorrentes para os mercados em que atua a Companhia, aumentando as pressões por redução de preços. Se a Companhia perder competitividade, isso poderia resultar na perda de clientes e de contratos de prestação de serviços específicos, resultando em queda de suas receitas e lucratividade.

Riscos inerentes ao segmento de *Trade Marketing*

A baixa necessidade de capital empregado no negócio de *trade marketing* pode ser um facilitador a potenciais competidores entrantes. Além disso, parte dessa atividade está relacionada à atividade industrial e seus esforços de comercialização e promoção de produtos. Caso ocorra a retração da atividade industrial, bem como das decisões comerciais deste segmento, os resultados da Companhia oriundos desse segmento podem ser afetados adversamente.

Ainda, por ser um negócio intensivo em recursos humanos, caso a legislação venha a imputar novos direitos ou benefícios trabalhistas, com impacto em custos que sejam de difícil repasse aos seus clientes, a lucratividade da Companhia pode sofrer um impacto adverso relevante.

Riscos inerentes ao segmento de *Manutenção Industrial e Facilities*

As atividades da Companhia consistem em prover soluções e atender às demandas de diversos setores da economia, especialmente óleo e gás, petroquímica, telefonia e energia. Consequentemente, suas operações estão sujeitas a riscos semelhantes aos enfrentados pelas empresas que atuam nesses e em outros setores.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As operações da Companhia estão sujeitas principalmente a riscos de saúde, segurança meio-ambiente, ocasionado por falhas técnicas, erros humanos, eventos naturais, entre outros fatores, podendo levar à responsabilização em processos administrativos e judiciais cíveis, criminais e trabalhistas. A degradação dos fatores macroeconômicos, das condições sociais brasileiras, restrição de crédito, alterações adversas na regulamentação específica de cada um dos setores, por exemplo, podem afetar de forma negativa a Companhia.

h. À Regulação dos setores em que a Companhia atua:

No Brasil, a atividade operacional da Companhia foi melhor regulamentada após a publicação da Lei nº. 13.429/17, conhecida como Lei da Terceirização, em março de 2017. Esta lei regulamenta a terceirização do trabalho, expressamente afastando o vínculo de emprego entre empregados de empresas prestadoras de serviços e os seus tomadores, quando contratados nos termos e condições previstos na lei. O Brasil não dispunha, até então, de legislação específica sobre a terceirização, e o Judiciário tratava as discussões sobre o tema por meio da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (“TST”), que autorizava a terceirização de "atividade meio" das empresas.

No final de 2017, a reforma na legislação trabalhista (Lei 13.467/17), que entrou em vigor em 11 de novembro, trouxe novas normas para as relações trabalhistas, gerando maior segurança jurídica, privilegiando os acordos individuais e coletivos e prevendo expressamente que os órgãos públicos não poderão restringir direitos legalmente previstos, nem criar obrigações que não estejam na lei.

Em de agosto de 2018, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou como lícita a terceirização de forma ampla e irrestrita, não havendo mais a antiga discussão sobre “atividade meio” e “atividade fim”, contribuindo de forma positiva ao setor da Companhia, declarando inconstitucional a Súmula 331 do TST, por considerar a interpretação do judiciário trabalhista equivocada ao restringir as possibilidades de terceirização no Brasil.

Neste mesmo sentido, em outubro de 2018, o STF emitiu outro posicionamento favorável, em um julgamento esperado pelo setor desde 2014, sobre a licitude da terceirização de serviços pelas companhias telefônicas para os prestadores de serviços especializados, conforme prevista na Lei Geral das Telecomunicações. A declaração de nulidade de pedido de vínculo de emprego nas ações judiciais trabalhistas passou a produzir efeitos positivos em todas as instâncias por ter repercussão geral, em diversos processos em andamento e passará a produzir efeitos nos processos que estavam sobrestados desde 2014.

Riscos inerentes ao encerramento do benefício da desoneração sobre folha de pagamento

Em dezembro de 2011, com a conversão da Medida Provisória nº 540/2011 na Lei nº 12.546/2011 (“Lei 12.546/2011”), foi regulamentada a redução da alíquota do INSS, a partir de dezembro de 2011, para as empresas de tecnologia da informação, e a partir de abril de 2012, para empresas de call center. A Lei 12.546/2011 estabeleceu a substituição, no período de 1º de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2014, da alíquota patronal de INSS de 20% sobre a remuneração dos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais das empresas que prestavam exclusivamente serviços de tecnologia da informação (TI) e tecnologia da informação e comunicação (TIC), pela alíquota de 2,5% sobre o valor da receita bruta,

4.1 Descrição dos fatores de risco

excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. Destaca-se ainda o benefício adicional que passou a vigorar a partir de 1º de agosto de 2012, quando a contribuição de 2,5% sobre o faturamento foi alterada para 2,0% sobre o faturamento.

A Lei nº 12.546/11 foi alterada pela Lei nº 13.161 de 31 de agosto de 2015, que aumentou as referidas alíquotas de contribuição sobre a receita bruta para 3% e 4,5%, respectivamente, exceto para as empresas de call center, que passaram a contribuir à alíquota de 3%. As novas alíquotas passaram a ser aplicadas a partir da competência de dezembro de 2015. Embora tenha havido aumento da carga tributária na desoneração, ainda assim a sistemática alternativa de recolhimento era menos onerosa para sociedades controladas pela Companhia, de maneira que a Companhia entende ser o patamar de 3% sobre o faturamento como um benefício, e, portanto, continuou a optar por recolher desta forma.

O Governo Federal, por meio da edição de medidas provisórias, buscou retirar a desoneração da folha de pagamento com o objetivo de elevar a arrecadação de impostos, mas o benefício foi mantido para diversos setores, incluindo o setor de *contact center*, conforme Lei nº 13.670/2018, até dezembro de 2021. Ao final de 2021, através da Lei nº 14.288/2021, uma nova legislação foi aprovada no parlamento brasileiro e já se encontra em vigor, a qual prorrogou até o final de 2023 a desoneração da folha de pagamento, impactando 17 setores da economia, incluindo o segmento de *contact center*, no referido período. Caso ocorra o fim da desoneração a partir de 2024, a Companhia não pode assegurar que conseguirá repassar integralmente os custos do aumento de carga tributária no preço de seus serviços, podendo afetar adversamente os negócios e a situação financeira da Companhia.

i. Países estrangeiros onde o emissor atue:

A Companhia não tem atividades em países estrangeiros.

j. Questões sociais:

As atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas não implicam riscos sociais relevantes.

k. Questões ambientais:

As atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas não implicam riscos ambientais relevantes.

l. Questões climáticas, incluindo físicos e de transição:

As atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas não implicam riscos climáticos relevantes.

m. Outras questões não contempladas nos itens anteriores:

Todas as questões foram contempladas no item 4.1 deste Formulário de Referência.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independente da categoria em que estejam inseridos.

Dentre os principais fatores de risco identificados no item 4.1 podemos destacar:

1. Reputação da marca junto ao mercado;
2. Perda do volume de clientes;
3. Risco de refinanciamento;
4. Impacto das contingências de processos judiciais, arbitrais ou administrativos no caixa; e
5. Obsolescência tecnológica.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

São possíveis de serem vislumbrados riscos relacionados principalmente a mudanças adversas no mercado financeiro, como taxas de juros, de câmbio, condições de contratação de financiamento de longo prazo, assim como os riscos de regulamentação do setor, que podem afetar adversamente os negócios da Companhia, seu planejamento e sua receita.

Riscos provenientes do Brasil:

A totalidade da receita da Companhia é proveniente de operações e de clientes localizados no Brasil. Consequentemente, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia são substancialmente dependentes da economia do país. A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, que modificam as políticas monetária, de crédito, fiscal, entre outras.

Ao longo da história, as ações do Governo Federal para controlar a inflação e implementar políticas macroeconômicas já incluíram o controle sobre preços e salários, aumento das taxas de juros, desvalorizações da moeda, controles sobre o fluxo de capital, limites às importações, congelamento de contas correntes, entre outras medidas. Dessa forma, a Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro. O negócio da Companhia, sua situação financeira, receitas, resultados operacionais, perspectivas e o valor de mercado dos valores mobiliários por ela emitidos podem ser adversamente afetados por mudanças de políticas governamentais, bem como por outros fatores, tais como, aumento da taxa de juros, instabilidade política, aumentos na taxa de inflação, políticas e variações cambiais, ausência de crescimento econômico interno, instabilidade social, instabilidade de preços, diminuição de liquidez dos mercados domésticos de capital e de dívida, escassez de energia e controle de câmbio.

No passado, o Brasil sofreu com taxas de inflação extremamente altas e, consequentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo. A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre os negócios da Companhia. O Brasil pode passar por aumentos relevantes da taxa de inflação no futuro. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção do Governo Federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem ter um efeito adverso para a Companhia e para seus clientes.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiros e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

Ainda em relação aos riscos associados às taxas de inflação da economia, a prática adotada pela Companhia para gerenciar os possíveis impactos dos aumentos de custos inerentes ao negócio, como o aumento no custo de telecomunicações, energia, instalações alugadas e o custo de pessoal, consiste em estabelecer para a maior parte dos seus contratos

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

cláusulas de reajuste anual de acordo com índices de inflação.

Riscos provenientes de outros países:

Acontecimentos adversos na economia e as condições de mercado em outros países de mercados emergentes, especialmente da América Latina, podem influenciar o mercado em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Ainda que as condições econômicas nesses países possam diferir consideravelmente das condições econômicas no Brasil, as reações dos investidores aos acontecimentos nesses outros países emergentes podem ter um efeito adverso na economia brasileira e, por consequência, nos negócios da Companhia, em sua condição financeira e em seus resultados operacionais. Com exceção de uma sucursal não operacional na Argentina, atualmente, a Companhia tem operações somente no Brasil, mercado monitorado continuamente de forma a balizar as decisões negociais e de investimento da Companhia, em referência ao período e volume da realização dos investimentos e ou das iniciativas operacionais.

Crises em outros países emergentes ou políticas econômicas de outros países, em particular os Estados Unidos, podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os da Companhia, o que afetaria adversamente o preço de mercado dos valores mobiliários por ela emitidos.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado em geral e pelas condições econômicas internacionais, especialmente as condições econômicas nos Estados Unidos. As cotações das ações listadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, por exemplo, têm se mostrado historicamente sensíveis às flutuações das taxas de juros dos Estados Unidos, bem como ao comportamento dos principais índices de ações dos Estados Unidos. A ocorrência de um ou mais desses fatores poderia afetar adversamente o valor de mercado dos valores mobiliários da Companhia, bem como dificultar o seu acesso, no futuro, aos mercados de capitais e financeiro.

Riscos cambiais:

O risco cambial é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente aos dispêndios de capital em futuras aquisições de equipamentos de tecnologia, que apesar de não serem expressos em moedas estrangeiras, são indiretamente afetados pelas mudanças nas taxas de câmbio por conterem componentes importados.

No passado, o Governo Federal implementou vários planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, durante as quais a frequência dos reajustes variava entre diária e mensal, sistemas de câmbio flutuante, banda cambial, controles cambiais e mercados cambiais duplos. De tempos em tempos, há oscilações significativas na taxa de câmbio entre a moeda brasileira, de um lado, e o dólar norte-americano e outras moedas, de outro. Desvalorizações do real em relação ao dólar norte-americano poderiam criar mais pressões inflacionárias no Brasil, acarretar aumentos das taxas de juros e provocar a adoção de políticas recessivas pelo Governo Federal. Por outro lado, a apreciação do real em relação ao dólar norte-americano pode levar a uma deterioração da conta-corrente e do balanço de pagamentos do Brasil. Qualquer um dos acontecimentos acima pode prejudicar a economia brasileira, como um todo.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia tem como prática adotar medidas para avaliar e gerenciar os impactos em seus resultados destas variações cambiais. Ainda, destacam-se a prática da Companhia de vedar a contratação de operações alavancadas em mercados derivativos, bem como a determinação de que operações individuais de *hedge* estejam limitadas a 2,5% do patrimônio líquido da Companhia.

Riscos a taxas de juros:

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado, podendo levar a Companhia a sofrer perdas econômicas em seus ativos e passivos.

As medidas do governo brasileiro para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, limitando assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. As taxas de juros brasileiras permaneceram relativamente altas e a qualquer aumento poderia afetar negativamente o lucro e o resultado das operações da Companhia, aumentando o custo associado ao financiamento de suas atividades.

A Companhia tem como prática não restringir a exposição às diferentes taxas de juros e também não estabelecer limites entre taxas pré ou pós-fixadas. A Companhia, entretanto, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, visando a avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas e paragerenciar o descasamento entre suas aplicações financeiras e dívidas.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. O endividamento da Companhia está atrelado, essencialmente, às taxas do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Na ocorrência de alterações adversas no mercado que resulte na elevação do CDI, o custo do endividamento pós-fixado se eleva e por outro lado, o custo do endividamento pré-fixado se reduz em termos relativos. A Companhia mantém parte substancial dos saldos de caixa e equivalentes de caixa indexados à variação do CDI.

Risco de liquidez:

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia honrar tempestivamente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Atualmente, a Companhia adota medidas para a manutenção de caixa mínimo que objetivam estabelecer parâmetros adequados de liquidez e endividamento. Tais medidas baseiam-se nos fluxos correntes e futuros de pagamentos operacionais, salários e encargos e serviço da dívida e outros efeitos no caixa.

Riscos de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado às contas a receber de clientes, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, o gerenciamento deste risco. A Administração avalia que suas políticas de crédito são prudentes e refletem condições normais de mercado e risco. A Administração não antecipa o descumprimento dos acordos pelas contrapartes e, portanto, não vem exigindo garantias colaterais.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (iii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, incluindo:

A. Juízo

B. Instância

C. Data de instauração

D. Partes no processo

E. Valores, bens ou direitos envolvidos

F. Principais fatos

G. Resumo das decisões do mérito proferidas

H. Estágio do processo

I. Se a chance de perda é:

(i) provável

(ii) possível

(iii) remota

J. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante

K. Análise do impacto em caso de perda do processo

4.4 Processos não sigilosos relevantes

FAP – Processo n.º 0001423-74.2010.4.02.5101	
a. Juízo	Justiça Federal - Seção Judiciária do Rio de Janeiro/7ª Vara Federal do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª Instância.
c. Data de instauração	02 de fevereiro de 2010.
d. Partes do Processo	Autora: Contax S.A. (CNPJ 02.757.614/0001-48) Ré: União – Fazenda Nacional (CNPJ 00.394.460/0216-53)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Depósito judicial no valor de R\$ 166.405.559,16 (032025).
f. Principais fatos	<p>(i) A Previdência Social, por força de lei, instituiu o Fator Acidentário de Prevenção – FAP. O índice multiplicador é balizado pela dicotomia “<i>bonus - malus</i>” e seu valor oscila entre 0,5% e 2% sobre a alíquota do encargo previdenciário RAT – Risco de Acidente de Trabalho, conforme o maior ou menor grau de investimentos em programas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho e proteção contra os riscos ambientais do trabalho, respectivamente;</p> <p>(ii) A sistemática de cálculo do FAP entrou em vigor em 1º de janeiro de 2010;</p> <p>(iii) A Liq questiona a aplicação do multiplicador FAP, em vista de uma série de violações à Constituição Federal e legislações contidas na sua metodologia de cálculo;</p>
g. Resumo das decisões do mérito proferidas	<p>(iv) Em 11 de fevereiro de 2010, foi obtida liminar para realização de depósito judicial do montante decorrente da diferença advinda do multiplicador FAP; e</p> <p>(v) Com o advento das normas que previram o cálculo do FAP por estabelecimentos individualmente considerados em setembro de 2015, pleiteou-se tutela para autorizar o levantamento parcial dos depósitos. O pedido foi indeferido em dezembro/16. Apresentou-se recurso ao TRF da 2ª região, também indeferido, e recurso especial ao STJ, o qual teve seu seguimento negado, tendo sido interposto Agravo Interno.</p> <p>(vi) Em 04 de setembro de 2019 foi proferida sentença que indeferiu a prova pericial e julgou improcedentes os pedidos. A Liq Corp opôs Embargos de Declaração, que foram rejeitados. Em 21 de outubro de 2019, a Liq Corp interpôs Apelação, no entanto, tendo em vista os desdobramentos processuais e os benefícios/descontos concedidos por meio de Transação Tributária Individual para regularizar os débitos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS, em 07/02/2024, foi protocolado pedido de desistência da ação em virtude da adesão à referida Transação. No momento, os autos foram remetidos à conclusão e aguarda decisão.</p>
h. Estágio do processo	Avançado.
i. Chance de perda	Remoto

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Pelo tema em discussão e o alto valor envolvido.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista a desistência, não mais se discute a perda do processo. Acordo entre as partes pactuado em 01/2024.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

FAP – Processo n.º 0021317-31.2013.4.02.5101	
a. Juízo	Justiça Federal - Seção Judiciária do Rio de Janeiro/18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª Instância.
c. Data de instauração	07 de agosto de 2013.
d. Partes do Processo	Autora: Contax S.A. (CNPJ 67.313.221/0001-90) Ré: União – Fazenda Nacional (CNPJ 00.394.460/0216-53)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Depósito judicial no valor de R\$ 17.798.058 (032025)
f. Principais fatos	<p>(i) A Previdência Social, por força de lei, instituiu o Fator Acidentário de Prevenção – FAP. O índice multiplicador é balizado pela dicotomia “<i>bonus - malus</i>” e seu valor oscila entre 0,5% e 2% sobre a alíquota do encargo previdenciário RAT – Risco de Acidente de Trabalho, conforme o maior ou menor grau de investimentos em programas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho e proteção contra os riscos ambientais do trabalho, respectivamente;</p> <p>(ii) A sistemática de cálculo do FAP entrou em vigor em 1º de janeiro de 2010;</p> <p>(iii) A Liq Corp questiona a aplicação do multiplicador FAP, em vista de uma série de violações à Constituição Federal e legislações contidas na sua metodologia de cálculo;</p>
g. Resumo das decisões do mérito proferidas	<p>(iv) Em 12/08/2013 proferida decisão indeferindo a tutela almejada.</p> <p>(v) Em 21/05/2020 foi proferida decisão indeferindo o pedido de substituição de garantia da autora. Em 13/08/2020 decisão rejeitando novamente o pedido de substituição da autora. Em 25/10/2020 juntada certificação de trânsito em julgado da decisão proferida no Agravo de Instrumento nº 0000183-17.2016.4.02.0000.</p> <p>(vi) Em 29/10/2020 prolatada sentença que julgou parcialmente procedente o pedido da autora. Em 03/02/2021 os Embargos de Declaração foram rejeitados e a sentença foi mantida. Em 10/03/2021 foi interposto recurso de apelação pela Liq. Em 06/05/2021 os autos foram remetidos ao tribunal para julgamento da Apelação. Em 17/11/2021 os autos foram remetidos à conclusão.</p>
h. Estágio do processo	Avançado.
i. Chance de perda	Possível.
j. Motivo pelo qual o processo é	Pelo tema em discussão e o alto valor envolvido.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

considerado relevante	
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, não haverá um impacto na situação financeira da Companhia.
FGTS e Contribuição Social – Ação Anulatória de Débito Fiscal – nº 0028105-16.2014.4.01.3400	
a. Juízo	Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Seção Judiciária do Distrito Federal - 14ª Vara Federal Cível da SJDF
b. Instância	1ª Instância.
c. Data de instauração	14 de abril de 2014.
d. Partes do Processo	Autora: Contax S.A. (CNPJ: 02.757.614/0001-48) Ré: União Federal (CNPJ: 00.394.460/0001-41) e CEF (CNPJ: 00.360.305/0001-04).
e. Valores, bens e ônus	Valor atualizado de R\$ 97.680.668 (032025).
f. Principais fatos	<p>Em 22 de janeiro de 2010, a Contax S.A. (posteriormente sucedida pela Liq Corp S.A.) recebeu Notificação Fiscal para recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da Contribuição Social – NFGC nº. 506.255.557, emitida pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio de Janeiro – SRTE/RJ. Na Notificação, que abrange o período de janeiro/2001 a fevereiro/2009, são exigidos valores relativos ao FGTS e à Contribuição Social incidente sobre os pagamentos em dinheiro correspondentes ao benefício indireto do vale-transporte. A Contax S.A. apresentou defesa administrativa. A decisão julgou subsistente a NFGC.</p> <p>Em abril de 2014, ajuizou-se a Ação Anulatória nº 0028105-16.2014.4.01.3400, visando tornar sem efeito a NFGC 506.255.557 e os Autos de infração nº 015264203, 015264190 e 015264211.</p>
g. Resumo das decisões do mérito proferidas	Nos autos da Ação Anulatória foi concedida liminar para suspender a exigibilidade do crédito tributário e sentença ratificando a procedência do pedido, declarando nulos os débitos fiscais provenientes dos autos de infração nºs 015264203, 015264190 e 015264211. A União interpôs Recurso de Apelação, o qual teve parcial provimento. A Liq Corp opôs Embargos de Declaração, o qual foi negado provimento. Interposto Resp e RE. Autos conclusos para exame de admissibilidade desde 11/06/2021.
h. Estágio do processo	Avançado
i. Chance de perda	Possível.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Pelo tema em discussão e o alto valor envolvido.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, haverá um impacto adverso na situação financeira da Companhia.
ISS - Ação Anulatória de Débito Fiscal processo nº 0283089- 36.2017.8.19.0001	

4.4 Processos não sigilosos relevantes

a. Juízo	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Comarca da Capital - 12ª Vara de Fazenda Pública
b. Instância	1ª Instância
. Data de instauração	01 de novembro de 2017.
d. Partes do Processo	Autor: Contax S.A. Réu: Município do Rio de Janeiro.
e. Valores, bens e ônus	Valor atualizado de R\$ 23.680.339 (032025).
f. Principais fatos	Em 20 de Fevereiro de 2006, foi lavrado o Auto de Infração de nº 100.037, que tem como objeto o recolhimento a menor de ISS e o não recolhimento dos acréscimos moratórios incidente sobre o pagamento após o vencimento, no período de Novembro/2000 a Julho/2005 e Janeiro/2000 a Julho/2002.
g. Resumo das decisões do mérito proferidas	Foi apresentada Impugnação perante a Fazenda Municipal do Município do Rio de Janeiro, julgada parcialmente procedente, sendo cancelada aproximadamente a metade do crédito tributário. Contra a parte mantida foi interposto recurso no Conselho de Contribuintes do Município, o qual, não foi acolhido em julgamento realizado em julho/2017. A Companhia então ajuizou a ação anulatória de débito fiscal nº 0283089- 36.2017.8.19.0001, na qual obteve tutela em novembro de 2017 determinando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário sob análise. Em 03/08/2018 o Juiz determinou o início da fase de produção de provas (pericial), em andamento. Em 04/2023 tivemos uma sentença desfavorável julgando improcedentes os pedidos formulados. Em 05/2023 foram opostos Embargos de Declaração pela empresa. Em 09/2023 os Embargos foram rejeitados. Em 10/2023 foi protocolado recurso de Apelação a qual aguarda julgamento. Em 22/07/2024 Acórdão publicado negando provimento ao recurso. 29/07/2024 ED's protocolados. 12/09/2024 ED's rejeitados. Em 14/10/2024 Recurso Especial e Recurso Extraordinário protocolados. Aguarda julgamento.
h. Estágio do processo	Avançado
i. Chance de perda	Possível.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Pelo tema em discussão e o alto valor envolvido.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, haverá um impacto adverso na situação financeira da Companhia.
IRPJ/CSLL/IRPF – Mandado de Segurança nº 1003476-24.2015.4.01.3400	
a. Juízo	Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Seção Judiciária do Distrito Federal - 9ª Vara Federal Cível da SJDF
b. Instância	1ª Instância.
c. Data de instauração	26 de maio de 2015.
d. Partes do Processo	Impetrante: Contax S.A. (CNPJ: 67.313.221/0001-90) Autoridade Coatora: União Federal – Fazenda Nacional (CNPJ 00.394.460/0001-41) e CARF
e. Valores, bens e ônus	Valor atualizado de R\$ 24.747.198,83 (032025).
f. Principais fatos	<p>Em Outubro de 2012, a Liq Corp foi autuada pela Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 44,7 milhões.</p> <p>Os autos de infração referem-se ao não recolhimento das contribuições previdenciárias e glosa de valores contabilizados como despesas dedutíveis, para fins de apuração de IRPJ e CSLL referentes aos anos de 2006 e 2007, além de multas e penalização por realização de campanhas de marketing de incentivo, com o pagamento de bônus a determinados empregados, mediante a distribuição de créditos em cartões corporativos.</p>
g. Resumo das decisões do mérito proferidas	<p>A Liq Corp impugnou administrativamente os autos de infração, impugnações que foram julgadas parcialmente procedentes, para reconhecer a decadência parcial da cobrança. No tocante às contribuições previdenciárias, a Companhia optou pelo pagamento parcelado da parte que não foi reconhecida a decadência. O auto que discute IRPJ e CSLL foi julgado improcedente pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.</p> <p>No intuito de suspender a exigibilidade do crédito tributário e discutir os débitos do processo administrativo nº 10803.720063/2012-36, a Liq Corp ajuizou o mandado de segurança nº 1003476-24.2015.4.01.3400. Em agravo de instrumento obteve a liminar pleiteada, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Em 07/2022 houve a prolação de sentença denegando a segurança. A empresa apresentou Recurso de Apelação em 29/09/2022, na qual a PFN foi intimada e apresentou suas Contrarrazões à Apelação em 21/06/2023. O processo foi remetido ao TRF1, e encontra-se concluso para decisão desde 29/08/2023, sob relatoria do Desembargador José Amilcar de Queiroz Machado.
h. Estágio do processo	Avançado.
i. Chance de perda	Possível.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Pelo tema em discussão e o alto valor envolvido.
k. Análise do impacto em caso de perda total do processo	Em caso de perda, haverá um impacto adverso na situação financeira da Companhia.
ISS – Ação Anulatória de Débito Fiscal nº 5027608.80.2017.8.13.0024	
a. Juízo	Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais – Justiça de Primeira Instância – Comarca de Belo Horizonte - 2ª Vara de Feitos Tributários do Município de Belo Horizonte
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	08 de março de 2017.
d. Partes do Processo	Autor: Contax S.A. (CNPJ 67.313.221/0001-90) Réu: Município de Belo Horizonte (CNPJ 18.715.383/0001-40).
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado de R\$ 40.449.301,49 (032025).
f. Principais fatos	Em dezembro/2013, a Liq Corp foi autuada pelo fisco Municipal por entender este que o recolhimento das alíquotas de ISS aplicáveis era de 5% (serviços de cobrança) e não de 2% (serviços de <i>telemarketing</i>), nos períodos entre dezembro/2008 e junho/2013, mediante Auto de infração nº 11190331335. Adicionalmente, a Fiscalização municipal também glosou parte dos abatimentos realizados pela empresa a título de doações para incentivos culturais (benefício fiscal concedido pelo Município), sob a alegação de falta de comprovação dos depósitos efetuados em favor dos produtores das atividades incentivadas.
g. Resumo das decisões do mérito proferidas	O auto de infração foi julgado procedente e a empresa interpôs recurso voluntário, o qual foi julgado parcialmente favorável. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial, inadmitido em dezembro/2016 A Liq Corp ajuizou a ação anulatória de débito fiscal nº 5027608.80.2017.8.13.0024, na qual obteve tutela em setembro de 2017, determinando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário sob análise. Em 18/11/2019 o Juiz nomeou o perito para realização da prova pericial contábil. Em 12/21 foi prolatada a sentença julgando improcedentes os pedidos feitos. Em 12/21 foram opostos Embargos de Declaração. Em 09/22 houve a sentença rejeitando referidos Embargos. Em 10/22 foi protocolada recurso de Apelação. Acórdão publicado em 08/23 negando provimento ao recurso. Em 09/23 novos Embargos de

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Declaração opostos. Em 12/23 os EDs foram rejeitados. Em 02/24 houve o protocolo dos Recursos Especial e Extraordinário, os quais aguardam julgamento.
h. Estágio do processo	Avançado.
i. Chance de perda	Possível.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Pelo tema em discussão e o alto valor envolvido.
k. Análise do impacto em caso de perda total do processo	Em caso de perda, haverá um impacto adverso na situação financeira da Companhia.
SAT – Ação Declaratória cc Repetição de Indébito nº 5015898-32.2019.4.02.5101	
a. Juízo	Justiça Federal - Seção Judiciária do Rio de Janeiro/32ª Vara Federal do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª Instância.
c. Data de instauração	22 de março de 2019.
d. Partes do Processo	Autor: Contax S.A. (CNPJ 67.313.221/0001-90) Ré: União – Fazenda Nacional (CNPJ 00.394.460/0216-53)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Não se aplica
f. Principais fatos	Ação Declaratória para reconhecer a inconstitucionalidade do Decreto nº 3.048/99, no que se refere à presunção de grau de risco para a atividade da Companhia, bem como o menor grau de risco para sua atividade, com consequente redução da alíquota máxima de 3%.
g. Resumo das decisões do mérito proferidas	Em 25/03/2019 foi proferida decisão interlocutória deferindo a tutela de urgência pleiteada no feito, no entanto, em 10/02/2020 foi proferida sentença julgando improcedente o pedido da autora. Em 20/02/2020 opostos embargos de declaração pela LIQ, os quais foram rejeitados em 13/04/2020. Em 02/06/2020 interposto recurso de apelação, porém, em 02/02/2022 foi proferido acórdão negando provimento à apelação da empresa. Em 21/02/2022 a empresa opôs Embargos de Declaração em face do acórdão. Em 06/12/2022, os embargos da empresa foram rejeitados. Em 09/02/2023, foi interposto Recurso Especial e Recurso Extraordinário. Em 08/03/2023, foi negado seguimento aos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela empresa. Em 12/04/2023, a empresa interpôs Agravos Internos contra as decisões que negaram seguimento ao REsp e ao RE. Em 13/04/2023, a União foi intimada a se manifestar sobre os Agravos Internos. Em 07/06/2023, foi certificado o decurso do prazo para a União se manifestar sobre os Agravos Internos. Em 13/09/2023, o processo foi incluído na pauta de julgamentos do dia 02/10/2023. Em 21/09/2023, o recurso foi retirado de pauta. Em 25/01/2024, o Recurso Extraordinário e o Recurso Especial foram admitidos. Em 30/01/2024, os autos foram remetidos ao STJ. Após a Vice-Presidência do TRF2 reconsiderar as decisões que negaram seguimento aos nossos recursos especial e extraordinário e os autos serem remetidos ao STJ, o Tribunal Superior proferiu a decisão anexa, conhecendo em parte do nosso recurso e, na parte conhecida, negando-lhe provimento. Protocolado Agravo Interno em 24/05/2024. Em 21/06/2024, a empresa juntou procuração, a fim de regularizar sua representação processual. Em 12/08/2024 não foi

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	conhecido o agravo interno interposto pela empresa. Em 26/08/2024 a empresa opôs Embargos de Declaração. Em 25/09/2024 foi certificado que a Fazenda Nacional deixou de apresentar impugnação aos Embargos de Declaração da empresa, e os autos foram conclusos para decisão. Em 09/10/2024, o processo foi incluído em pauta para 22.10 para julgamento dos Embargos de Declaração. Em 28/10/2024, disponibilizado resultado do julgamento que não acolheu os Embargos de Declaração. Em 04/11/2024, publicado acórdão que rejeitou os Embargos de Declaração.
h. Estágio do processo	Avançado
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Pelo tema em discussão e o alto valor envolvido.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, considerando que a Companhia efetuou o recolhimento do tributo, não haverá impacto financeiro.
INSS – Auto de Infração nº 16682.720534/2011-25	
a. Juízo	Administrativo - RFB
b. Instância	1ª Instância.
c. Data de instauração	20.06.2011
d. Partes do Processo	Autor: Receita Federal Ré: Contax S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado de R\$ 48.891.945,27.
f. Principais fatos	Cobrança de contribuições previdenciárias consubstanciadas nos Autos de Infração DEBCAD nºs 37.317.098-0 (divergência entre GFIP e folha de pagamento e abono), 37.317.099-8 (divergência entre GFIP e folha de pagamento e abono), 37.317.100-5 (abono), 37.317.104-8 (auxílio-alimentação e seguro de vida em grupo), 37.317.105-6 (auxílio-alimentação e seguro de vida em grupo), 37.317.107-2 (auxílio-alimentação e seguro de vida em grupo), 37.343.840-0 (multa), 37.343.841-9 (multa) e 37.317.102-1 (multa).
g. Resumo das decisões do mérito proferidas	O lançamento foi impugnado. Mantido em primeira instância. Mantido parcialmente em segunda instância, o que motivou a interposição de recursos especiais por ambas às partes. Aguarda-se o julgamento dos recursos especiais. Houve cancelamento definitivo em relação ao abono salarial, no montante de R\$ 1,40 milhões. Em 30.03.2023 os Recursos Especiais da Empresa e da Fazenda foram recebidos no CARF e, nessa mesma data, foram distribuídos para 2ª Turma e se encontram aguardando sorteio para um dos Conselheiros para fins de relatoria. Os autos encontram-se aguardando pauta em 27.04.2023, na 2ª TURMA-CSRF-CARF-MF-DF, com o relator Marcelo Milton da Silva Risso. Em 23/09/2023, o processo foi julgado e o resultado foi

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>pela conversão em diligência, para que a PGFN fosse intimada a apresentar contrarrazões ao Recurso Especial 12/03/2024, O processo está aguardando distribuição para sorteio para a Turma para julgamento do Recurso Especial do Contribuinte e da Procuradoria. Em 23/09/2023, o processo foi julgado e o resultado foi pela conversão em diligência, para que a PGFN fosse intimada à apresentar contrarrazões ao Recurso Especial.</p> <p>Em 14/10/2024, foi publicada decisão dando provimento ao recurso especial do contribuinte e não foi conhecido o recurso especial interposto pela Procuradoria. Em 18.12.2024, processo encerrado de forma favorável à empresa.</p>
h. Estágio do processo	Avançado
g. Chance de perda	Remoto
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Pelo tema em discussão e o alto valor envolvido.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Decisão favorável para a Cia.

Contribuição Previdenciária – Ruído – PAF 16682.720930/2019-18	
a. Juízo	Administrativo - RFB
b. Instância	1ª Instância.
c. Data de instauração	2019
d. Partes do Processo	Polo ativo: União Polo passivo: Liq Corp S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 74.398.323, 94 (032025)
f. Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração lavrado para a exigência de contribuição adicional para custeio de aposentadoria especial decorrente de exposição habitual e permanente de segurados empregados ao agente nocivo ruído (adicional de Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa Decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho - GILRAT). A contribuição foi lançada à alíquota de 6% (seis por cento) sobre as remunerações dos segurados empregados que prestaram serviços de 01/2015 a 12/2016, incluindo os 13º salários, cumulada de multa de ofício e juro de mora, no valor total de R\$ 104.916.041,51.
g. Resumo das decisões do mérito proferidas	Apresentada impugnação administrativa, foi entendido pelo julgador que os programas ambientais neutralizavam os riscos ambientais trabalhistas, frisa-se, em sede de diligência . Por unanimidade foi julgada procedente a ação. No momento, aguarda-se distribuição dos autos ao Relator, para posterior julgamento do Recurso de Ofício.
h. Estágio do processo	Avançado
i. Chance de perda	Remota

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Pelo tema em discussão e o alto valor envolvido.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia ainda poderá levar a discussão ao Poder Judiciário.
CPRB – PAF 10730.728890/2020-89	
a. Juízo	Administrativo - RFB
b. Instância	1ª Instância.
c. Data de instauração	Novembro de 2020.
d. Partes do Processo	Polo ativo: União Polo passivo: Elfe Operação e Manutenção S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 92.545.089, 23
f. Principais fatos	Trata-se de Despacho Decisório referente a não homologação dos lançamentos escriturados nas Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) para neutralização dos efeitos da Contribuição Previdenciária Patronal (“CPP”) incidente sobre a folha de salários à alíquota de 20% (vinte por cento) diante da desoneração da folha da companhia e da substituição pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (“CPRB”) no período incorrido entre janeiro de 2016 a julho de 2018.
g. Resumo das decisões do mérito proferidas	<p>Apresentada impugnação administrativa (Manifestação de Inconformidade), a qual foi julgada improcedente.</p> <p>Não obstante, em recente resultado de diligência para o ano de 2018, com intuito de aferir se a empresa faz jus a CPRB, teve-se como resultado a anuência para os recolhimentos através de substituição patronal, qual seja, contribuição previdenciária sobre a receita bruta. Assim, a lavratura do processo em referência será revista, face aditamento.</p> <p>As chances de perda serão alteradas especialmente em 2ª instância e, considerando tratar-se de materialidade, os valores serão suprimidos parcialmente. Em 09/08/2021, foi protocolado o Recurso Voluntário. Em 15/03/2024, os autos foram distribuídos ao Relator Guilherme Paes de Barros Geraldí, da 1ª Turma Ordinária, da 4ª Câmara, da 2ª Seção de Julgamento do CARF. Em 24/04/2024, o caso foi incluído na Pauta de Julgamentos do dia 08/05/2024, às 08:30, para julgamento presencial. Em 15/05/2024, foi formalizado o resultado do julgamento. O Recurso Voluntário foi negado. Em 22/05/2024, foi publicado o Acórdão nº 2401-011.763, por meio do qual foi negado provimento ao Recurso Voluntário. Em 24/06/2024, foram opostos Embargos de Declaração em face do Acórdão nº 2401-011.763, visando o saneamento do julgamento e a apresentação da documentação requerida pelas Autoridades Fiscais. Em 22/07/2024, os autos foram distribuídos para Presidência da 1ª Turma Ordinária, da 4ª Câmara, da 2ª Seção de Julgamento do CARF, para</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>análise dos Embargos de Declaração. Em 09/08/2024, foi publicado o resultado do Exame de Admissibilidade negando provimento aos Embargos de Declaração e, na mesma data, os autos foram remetidos ao Centro Nacional de Controle Processual (CENCOP). Em 19/09/2024, foi interposto Recurso Especial de Divergência. Em 23/09/2024, os autos foram remetidos ao CARF. Em 24/09/2024, o caso deu entrada no CARF, para julgamento do Recurso Especial da Contribuinte. Em 26/09/2024, os autos foram distribuídos para 4ª Câmara, da 2ª Seção de Julgamento do CARF, para análise do Recurso Especial. Em 07/11/2024, foi publicado o resultado do Despacho de Admissibilidade do Recurso Especial do Contribuinte, por meio do qual foi negado seguimento à defesa. Em 07/11/2024, os autos foram remetidos à Divisão de Análise de Retorno e Distribuição de Processo da Coordenação-Geral de Gestão do Julgamento do CARF – DIPRO/COJUL/CARF. Em 07/11/2024, os autos foram remetidos ao Centro Nacional de Controle Processual (CENCOP) e, na mesma data, os autos foram remetidos à Delegacia Nacional de Contencioso (DELECOA). Em 12/11/2024, ocorreu a ciência do Despacho Admissibilidade do Recurso Especial. Em 18/11/2024, foi interposto Agravo. Em 26/11/2024, os autos foram remetidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), para julgamento do Agravo. Em 26/11/2024, os autos foram distribuídos para Presidência da 2ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF). Em 10/01/2025, não houve novas movimentações. Aguarda-se a análise do Agravo.</p>
h. Estágio do processo	Avançado.
i. Chance de perda	Possível.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Pelo tema em discussão e o alto valor envolvido.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia ainda poderá levar a discussão ao Poder Judiciário.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Indicar o valor provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, quando uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

Quanto ao item 4.4 deste formulário, o valor de provisão se resume ao seguinte (Em milhares de reais):

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Tributário	328.542	239.093	597.435	641.933
Total	328.542	239.093	597.435	641.933

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.

Não há processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não há outras contingências relevantes que não foram abordadas nos itens anteriores.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos formalizada, aprovada inicialmente pelo seu Conselho de Administração em 2016 e com última atualização em 29/04/2022.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

Riscos Externos - São os riscos decorrentes de perdas e mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do Brasil, ou riscos de mercado, como pressão por alteração nos preços e custos de insumos.

Riscos de Compliance (Legal ou Regulatório) - Eventos derivados de falhas no cumprimento de aplicação de leis, acordos, regulamentos e das políticas da Companhia. Ou ainda alterações legislativas ou normativas não previstas e que podem comprometer as atividades da Companhia.

Riscos Operacionais - São os riscos geralmente isolados em um departamento ou processo, mas que podem impactar a operação da empresa, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas.

Riscos de Imagem - Eventos que podem comprometer a confiança das partes interessadas em relação à capacidade da Companhia em cumprir com seus compromissos, princípios, conceitos e valores, e de atuar com ética, integridade e transparência.

Riscos Financeiros - Eventos que podem comprometer a capacidade da Companhia de contar com os recursos financeiros necessários à realização de suas atividades e gestão do fluxo de caixa, além de riscos relacionados à concessão de garantias aos seus negócios, tornando-se solidária a pagamentos que não estão previstos no seu fluxo de caixa. Adicionalmente, riscos associados à não contabilização ou registro de forma íntegra, transparente e eficiente das transações da Companhia.

Riscos Estratégicos - Eventos decorrentes da tomada de decisão da alta administração e que podem gerar perda substancial no valor econômico da empresa. Normalmente, são associados à continuidade do negócio, mercado, competidores, investimentos, sucessão e inovação tecnológica.

Riscos de Tecnologia - São riscos ocasionados pela deficiência de controles tecnológicos, descontinuação ou obsolescência de tecnologias, Cyber Security, dentre outros.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Para proteção contra os riscos, a Companhia conta com atividades de controle, sendo que estes compreendem políticas e procedimentos elaborados para assegurar que as diretrizes e os objetivos, definidos para minimizar seus riscos estejam sendo observados nas atividades executadas.

Além disso, a Companhia possui uma equipe de auditoria interna, que elabora e atualiza o seu plano anual de auditoria com foco nos riscos identificados que possuem maior relevância e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

exposição, realizando auditorias de Compliance, externa e interna, de processos de negócio e demandas especiais (crises, investigação, opinião independente, conforto e como *advisor*). Por fim, a Companhia possui o chamado “Programa de *Compliance*”, que atua continuamente, monitorando e tratando os riscos de *compliance* à legislação vigente e políticas internas da CONTAX aplicáveis à Companhia com o objetivo principal de disseminar a cultura de conformidade, ética e transparência entre os colaboradores de todos os níveis da Companhia a fim de reduzir seus riscos e fortalecer a sua governança.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Em relação à estrutura organizacional de gerenciamento de riscos, a Companhia conta com a seguinte estrutura:

Conselho de Administração:

- (i) Aprovar o apetite de risco para a Companhia em função da relação “risco x retorno” apresentado pela Alta Direção; e
- (ii) Deliberar sobre os limites aceitáveis de exposição dos riscos da Companhia.

Alta Direção:

- (i) Gerir os riscos da Companhia e de suas controladas;
- (ii) Implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração;
- (iii) Sempre que julgar necessário, propor revisões na Política de Gestão de Riscos e submetê-las ao Conselho de Administração;
- (iv) Conscientizar os colaboradores sobre a importância da gestão de riscos; e
- (v) Aprovar normas específicas com base na presente Política, nas deliberações e orientações do Conselho de Administração.

Gestão de Risco:

- (i) Realizar o Risk Assessment para identificar os riscos a que a Companhia e suas controladas estão expostas;
- (ii) Discutir e acompanhar as recomendações propostas pelos Donos dos Riscos para minimizar os riscos da Companhia de acordo com a estratégia e objetivos definidos; e
- (iii) Monitorar a implementação dos planos de ação para tratar os riscos não mitigados e testá-los quando implementados.

Auditoria Interna:

- (i) Executar o plano de auditoria com base nos riscos relevantes mapeados no Risk Assessment;
- (ii) Reportar os pontos de ações e falhas de controles e processos para o Conselho de Administração; e
- (iii) Monitorar a implementação dos planos de ação dos riscos relevantes para tratar os riscos não mitigados e testá-los quando implementados.

Donos dos Riscos:

- (i) Gerenciar os riscos inerentes às suas atividades, identificando-os, avaliando-os e tratando-os, com o intuito de assegurar a geração de valor para os acionistas e demais partes interessadas;
- (ii) Avaliar anualmente o desempenho e resultados dos riscos e controles sob sua gestão; e
- (iii) Comunicar à Auditoria Interna novos riscos identificados e qualquer alteração em seu processo de negócio.

Compliance:

- (i) Realizar o Risk Assessment anualmente ou quando julgar necessário conforme identificação

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

de necessidade de averiguação de novos riscos os quais a CONTAX e suas controladas estejam expostas; e

(ii) Responsável por aprovar o Código de Ética e Conduta, providenciar sua divulgação, esclarecer dúvidas sobre seu conteúdo e analisar as infrações cometidas por colaboradores, que constituem violação do Compliance ao Código de Ética e Conduta.

Segurança da Informação:

(i) Identificar, analisar e tratar os riscos de Segurança da Informação e;

(ii) Implementar e manter o sistema gestor de segurança da informação de acordo com as necessidades da empresa, leis, regulamentos, contratos locais e internacionais.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controles internos está adequada.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia. Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a administração realiza a avaliação de riscos e processos, incluindo testes de controles para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade no ambiente de controles internos. O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos. A administração entende que a forma de gestão de riscos e melhorias de controles internos tem sido eficiente nos últimos anos. Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

A Companhia revisita periodicamente seus processos internos, a fim de melhorar a eficiência dos controles contábeis, contribuindo para a maior segurança nas aprovações de compras e despesas, bem como do registro contábil dentro do período de competência.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria Financeira – principal área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras – conta com a área de Controladoria, a que subordina, para sua elaboração, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis. A área de Auditoria Interna é responsável pela revisão dos controles, testando a aderência das políticas e controles internos da Companhia, bem como pela avaliação de riscos e execução do plano anual de auditoria, incluindo os aspectos relacionados à preparação das demonstrações financeiras.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Companhia possui as responsabilidades pela supervisão da eficiência dos controles internos estabelecidas na política de gestão de riscos (“Política”), conforme as definições abaixo:

- **Gestor de Controladoria:** responsável por identificar e corrigir eventuais falhas ou pontos de melhoria nos processos, que são identificadas internamente pela própria área, ou conforme apontado pelas Auditorias Interna e Externa;
- **Gestor de Auditoria Interna:** responsável por identificar os riscos a que a empresa está exposta e desenvolver trabalhos de auditoria interna, com foco em mapear e reportar os *gaps* de controles junto às diretorias responsáveis, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia a determinados riscos. Para cada controle ineficaz existe um plano de ação com prazo e responsável, bem como um processo eficaz de *follow up* com reporte à Diretoria Executiva, com o objetivo de priorizar as implementações dos planos acordados, mitigando a exposição dos riscos identificados; e

5.2 Descrição dos controles internos

Adicionalmente, a CONTAX utiliza os princípios do IIA (*The Institute of Internal Auditors*) de três linhas de defesa no gerenciamento eficaz de riscos e controles, conforme segue:

- A 1º Linha de Defesa é a área de negócio, responsável por identificar, mensurar, avaliar e mitigar os riscos de seu negócio. Cada unidade de negócio tem riscos operacionais inerentes e é responsável por manter controles internos eficientes e implementar ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles;
- A 2º Linha de Defesa inclui funções de gerenciamento de risco e conformidade, exercida pela Controladoria em conjunto com as áreas de negócios para garantir que a 1º linha de defesa tenha identificado, avaliado e reportado corretamente os riscos do seu negócio; e
- A 3ª Linha de Defesa é representada pela Auditoria Interna, que revisa de modo sistemático e eficiente às atividades das duas primeiras linhas de defesa e contribui para seu aprimoramento.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras (relatório circunstanciado), foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, época e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Não obstante, como resultado desse relatório, foram apresentadas à Companhia as deficiências de controle, dentre as quais destacamos as principais:

- Ausência de política sobre a Prevenção e combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo - Resolução Nº 1.530, de 22 de setembro de 2017
- Ausência de política de lançamentos manuais formalizadas
- Ausência de 100% de conciliação das contas contábeis
- Ausência de solicitação e aprovação de transações com partes relacionadas
- Ausência de cálculo de juros e recolhimento de IOF sobre operação com partes relacionadas
- Ausência de atualização monetária de depósitos judiciais
- Ausência de amortização linear da carteira de clientes
- Ausência de abertura de nota explicativa de partes relacionadas ativa
- Ausência de atualização monetária dos dividendos a pagar
- Ausência de conciliação bancária efetiva
- Ausência de formalização da política de PECLD
- Divergência na depreciação incorrida e uso de taxa fiscal
- Divergência no cálculo do CPC 06 (R2) – IFRS 16
- Ausência de parametrização sistêmica

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas

5.2 Descrição dos controles internos

adotadas

Conforme destacado no item “d” acima, a Administração avaliou as recomendações apontadas no relatório circunstanciado preparado pelos auditores independentes da Companhia, e iniciou estudos, elaborou planos de ação e medidas corretivas para todos os itens aplicáveis. Todas as medidas e planos de ação relevantes encontram-se em andamento e, em alguns casos, os possíveis efeitos apontados pelos auditores independentes, na opinião da administração, não se materializariam em função do desenho do próprio sistema de controle.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia está comprometida com a promoção da conduta ética em conformidade com ordenamento jurídico vigente e com os princípios e valores assumidos em seu Código de Ética e Conduta, que reúne comportamentos e atitudes que acredita serem indispensáveis ao comportamento humano, a seus valores e à maneira que atua, reforçando a exigência de uma postura ética e íntegra, de todos os seus públicos de contato.

Adicionalmente, a Companhia possui Política de Anticorrupção e Integridade, que deve ser interpretada e cumprida em conjunto com o seu Código de Ética e Conduta, e descreve e explica as proibições contra suborno e corrupção e outras fraudes em todas as suas operações, destacando os requisitos de *Compliance* específicos relacionados a essas proibições e reforçando o seu compromisso em conduzir seus negócios com os mais altos padrões de honestidade e integridade. Ambos os documentos são aplicáveis a todos os colaboradores, administradores, parceiros ou qualquer terceiro que se relacione ou atue em nome da Contax Participações S.A. e suas controladas.

A Companhia cumpre toda a legislação a que estiver obrigada pelos negócios e atividades que pratica, inclusive legislação internacional ou transnacional quando lhe for aplicável, em decorrência de contratos comerciais que vier a firmar.

i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Dentre os mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos, destaca-se o programa de treinamento anticorrupção periódico para seus colaboradores, além do recorrente trabalho de conscientização de que a Cultura Organizacional da Companhia não tolera a prática de qualquer ato de descumprimento à legislação, com destaque a atos de corrupção. A Companhia também realiza controle de cumprimento do Código de Ética e Conduta e da Política de Anticorrupção e Integridade com o uso de ferramentas internas, com destaque às informações provenientes do Canal Direto e auditorias.

O Código de Ética e Conduta teve sua última revisão aprovada pela Diretoria em 04 de março de 2024 e encontra-se disponível para consulta na rede mundial de computadores, na página da Companhia (www.atmasa.com.br). Quanto a Política de Anticorrupção e Integridade da Companhia foi revisada em 27 de maio de 2022 e em período vigente.

Nos processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias, a Companhia adota procedimentos de due diligence, a fim de investigar, diagnosticar, analisar e mensurar as principais oportunidades, vulnerabilidades e riscos presentes na operação.

As políticas, procedimentos e mecanismos adotados pela Companhia para promoção da conduta ética, prevenção, identificação e correção de desvios, de quaisquer atos em desacordo com o ordenamento jurídico vigente e com os princípios e valores assumidos estão em

5.3 Programa de integridade

constante revisão e aprimoramento.

- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A Companhia possui canal de denúncia, denominado Canal Direto, e segue as melhores práticas de governança corporativa, garantindo a independência, o sigilo, a segurança e o total anonimato ao denunciante, a partir da preservação da confidencialidade das informações. O Canal Direto permite uma comunicação isenta e ética com os colaboradores, fornecedores, clientes e parceiros.

- iii. Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- **Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviços, agentes intermediários e associados**
- **As sanções aplicáveis na hipótese de violação ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**
- **Órgão que aprovou o código, data de aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética e Conduta teve sua última revisão aprovada pela Diretoria em 04 de março de 2024 e pode ser encontrado no site de Relações com Investidores da Companhia (www.atmasa.com.br)

- b. Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- i. Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- ii. Se o canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
- iii. Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**
- iv. Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Companhia possui canal de denúncia, denominado Canal Direto, e segue as melhores práticas de governança corporativa, garantindo a independência, o sigilo, a segurança e o total anonimato ao denunciante, a partir da preservação da confidencialidade das informações. O Canal Direto permite uma comunicação isenta e ética com os colaboradores, fornecedores, clientes e parceiros. As denúncias são apuradas pela área de Compliance da Companhia.

- c. Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

5.3 Programa de integridade

Nos últimos 3 (três) exercícios, não temos histórico de desvios, fraudes, irregularidades ou atos ilícitos praticados contra a administração pública.

As ocorrências registradas no Canal Direto dizem respeito a comportamentos inadequados (substancialmente uso de celular na operação, procedimentos de RH, assédio moral ou sexual e discriminação), sendo:

2021 – 885 ocorrências; 2022 – 358 ocorrências; 2023 – 549 ocorrências.

d. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável uma vez que o emissor adota mecanismos e procedimentos de integridade para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados de operações de forma adversa. A Companhia está constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades, por meio do acompanhamento dos principais indicadores de desempenho. A Companhia adota política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa.

A Companhia entende que a sua atual Política de Gerenciamento de Riscos, bem como a atuação do conselho de administração contribuem de forma positiva com gerenciamento dos riscos pela Companhia.

Comparando o último exercício social ao exercício atual, a Administração entende que os principais riscos aos quais a Companhia está exposta foram mantidos e o Risco Cibernético foi agravado, conforme explicado abaixo.

Os riscos mantidos foram:

Reputação da marca junto ao mercado

A imagem e as atividades da Companhia podem ser afetadas de forma negativa junto aos clientes e aos *stakeholders*, comprometendo a sua atratividade, impactando o resultado de suas operações e a sua condição econômico-financeira nas seguintes situações exemplificativas: utilização indevida de informações confidenciais/sensíveis oriundas dos negócios por parte empregados e/ou terceiros; impossibilidade de garantir que os seus fornecedores estejam exercendo as suas atividades de forma regular; e descumprimento da Política Anticorrupção, seja por parte da Companhia, seja por parte de seus clientes e fornecedores e etc.

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação nacional relacionada ao combate à corrupção, Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. A Companhia possui políticas e procedimentos internos concebidos para garantir o exato e fiel cumprimento dessa legislação, incluindo um Programa de *Compliance* cuidadosamente elaborado. Não obstante, ainda que fundamentais para gerenciamento de riscos e minimização de danos, não é possível assegurar que tais políticas e procedimentos serão suficientes ou que funcionários, conselheiros, diretores, acionistas, representantes ou prestadores de serviço da Companhia não adotaram ou não adotarão algum tipo de ação em violação a tais políticas e procedimentos que possa gerar, em última instância, responsabilidade para eles ou para a Companhia. Violações às legislações voltadas ao combate à corrupção podem ocasionar penalidades financeiras, danos à reputação ou outras consequências legais que, ao final, podem afetar negativamente as atividades da Companhia, os resultados de suas operações ou sua condição econômico-financeira.

5.4 Alterações significativas

Perda do volume de clientes

A Companhia concentra os esforços de qualidade e atendimento, de forma estratégica, às expectativas dos clientes na formação de relacionamentos e fidelização de longo prazo com grandes empresas em determinados setores. Conseqüentemente, ela depende de um número limitado de clientes responsáveis por uma parcela significativa de sua receita.

A perda de clientes-chave, o inadimplemento ou a não conservação de uma parcela significativa de negócios com os clientes-chave poderão exercer um efeito negativo sobre a receita total da Companhia.

Risco de refinanciamento

Em um cenário de deterioração dos indicadores financeiros e/ou no caso da diminuição da oferta de crédito, influenciado pelas condições políticas, econômicas e de mercado do Brasil e/ou do desempenho das operações, a capacidade da Companhia em obter qualquer financiamento futuro necessário para capital de giro, dispêndios de capital e/ou pagamentos de principal e juros sobre o endividamento poderá ser limitada, o que poderá resultar em reduções e/ou deterioração de seu desempenho econômico.

Impacto das contingências de processos judiciais, arbitrais ou administrativos no Fluxo de Caixa

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, envolvendo questões legais e regulatórias incluindo, mas não se limitando, a processos trabalhistas, tributários, cíveis, societários e ações civis públicas. Não há garantias de que as provisões serão suficientes para fazer face ao custo total decorrente de decisões adversas em demandas judiciais e administrativas. A Companhia está sujeita a possíveis processos administrativos e/ou judiciais movidos pelo Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego, dentre outros órgãos.

Decisões desfavoráveis à Companhia em qualquer processo judicial, arbitral ou administrativo poderá ter um efeito negativo relevante sobre os seus resultados. Além das provisões financeiras e dos custos com honorários advocatícios para a assessoria nessas causas, a Companhia poderá sofrer bloqueios financeiros ou ser obrigada a oferecer garantias em juízo relacionadas a tais processos, o que poderá afetar adversamente sua capacidade financeira.

Para mitigar este risco, a empresa tem um processo estruturado de cálculo e atualização de suas provisões para contingências de processos judiciais, arbitrais ou administrativos baseado em pareceres de bancas de advogados renomados no mercado e análises históricas.

Desgaste na relação fornecedor x CONTAX

A Companhia depende de contratações e de capacidade de manter acordos e relações saudáveis e de confiança com fornecedores e parceiros, com qualidade para obter êxito nos negócios. Eventuais atrasos ou suspensão de pagamento de fornecedores podem impactar as relações em mercado, em especial por se tratar de uma companhia de capital aberto. Como resultado de eventuais desgastes com atuais e possíveis fornecedores, minimiza-se o poder de negociação, comprometendo a capacidade de obter crédito, levando a Companhia a pagar juros

5.4 Alterações significativas

e multas, por exemplo, para além de impossibilitar novas compras, o que limita o rol de fornecedores, e pode ocasionar eventuais suspensões de contratos, comprometendo a atuação qualitativa no processo de suprimentos. Nesse contexto, prejudica-se a capacidade da Companhia em honrar e cumprir seus próprios prazos e obrigações contratuais.

Para mitigar riscos na cadeia de fornecimento, foram estabelecidas políticas e procedimentos específicos, com o intuito de prevenir ações antiéticas, fraudes e irregularidades, que venham a gerar uma imagem distorcida da Companhia perante o mercado.

Obsolescência tecnológica

Os negócios da Companhia dependem da capacidade, disponibilidade e confiabilidade de seus servidores, computadores, equipamentos de telecomunicações e de rede, programas, processos e procedimentos de informática. O crescimento contínuo e a lucratividade da Companhia dependem, dentre outros fatores, da introdução de novos serviços que efetivamente tirem proveito e respondam à evolução tecnológica.

A obsolescência da capacidade tecnológica ou a incapacidade de reagir adequadamente às mudanças tecnológicas e de hábito dos clientes da Companhia, caso ocorram, podem afetar negativamente sua competitividade.

Como forma de mitigar riscos de obsolescência tecnológica, a Companhia é controladora da Solvian, companhia 100% dedicada à transformação tecnológica em todas as linhas de negócio da CONTAX, assim como firmou parceria estratégica tecnológica com a Google, a fim de utilizar em suas atividades as ferramentas mais atuais disponíveis no mercado.

Não reter profissionais-chaves

A capacidade da Companhia em manter posição competitiva depende dos serviços de sua alta administração. Embora a Companhia possua planos de retenção e desenvolvimento com alguns de seus gestores e colaboradores qualificados, não pode garantir que obterá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar sua alta administração. Dessa forma, a saída de membros-chave da administração da Companhia poderá causar um efeito adverso relevante em seus negócios.

Como as atividades da Companhia envolvem mão de obra intensiva, a capacidade de atrair, contratar, treinar e reter pessoal qualificado é fundamental para o contínuo crescimento dos negócios. A Companhia poderá enfrentar dificuldades para contratar ou manter pessoal com as qualificações necessárias para atender adequadamente seus clientes. Na hipótese de a Companhia não conseguir recrutar, motivar e reter pessoal qualificado, a qualidade de seus serviços poderá ser afetada, com possíveis efeitos adversos nos resultados operacionais e financeiros.

Interrupção da prestação de serviços

A interrupção da prestação de serviços por diversos motivos tais como greves, interdições, falhas de provedores de serviços, interrupções por segurança da informação, podem afetar os níveis de serviços acordados nos contratos com os clientes.

A Companhia está exposta a diferentes tipos de penalidades monetárias em decorrência de descumprimentos de obrigações contratuais com clientes, em especial com base

5.4 Alterações significativas

em níveis determinados de serviços. Eventuais violações poderão sujeitar a Companhia ao pagamento de penalidades monetárias ou indenizações que poderão, eventualmente, afetar adversamente seus resultados.

O risco agravado foi:

Risco cibernético

O negócio de *contact center* implica no acesso a informações confidenciais e sensíveis dos clientes da Companhia, que pode ser eventualmente atacada e/ou responsabilizada por atividades fraudulentas, apropriação indevida de tais informações e violação dos seus sistemas de segurança físicos ou de rede, seja por parte de seus empregados, terceiros ou até mesmo criminosos.

Como consequência, a Companhia pode se ver exposta a obrigações de indenização, processos judiciais ou administrativos onerosos e interrupção de sua prestação de serviços para conter ataques cibernéticos, por exemplo, podendo haver impacto adverso relevante em nossas atividades e imagem.

Embora tenhamos investido na atualização dos programas de prevenção, os recentes ataques cibernéticos ocorridos no mercado brasileiro, em especial, em clientes e concorrentes da Companhia, nos leva a concluir que o risco cibernético é atualmente maior do que nos anos anteriores.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes para este item.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ANÍBAL CESAR JESUS DOS SANTOS						
091.345.568-77	Brasil	Não	Não	11/08/2023		
Não						
3.162.000	11,838	0	0,000	3.162.000	11,838	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
NECTON FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO 3						
40.902.514/0001-57	Brasil	Não	Não	03/01/2025		
Não	Planner Corretora de Valores S.A.		Juridica		00.806.535/0001-54	
1.855.500	6,947	0	0,000	1.855.500	6,947	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Providence Internacional LLC						
35.664.105/0001-20	Estados Unidos	Não	Sim	26/12/2022		
Sim	Planner Corretora de Valores S.A.		Juridica		00.806.535/0001-54	
14.924.585	55,876	0	0,000	14.924.585	55,876	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
2.204	0,008	0	0,000	2.204	0,008	
OUTROS						
6.766.067	25,331	0	0,000	6.766.067	25,331	
TOTAL						
26.710.356	100,000	0	0,000	26.710.356	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Providence Internacional LLC				35.664.105/0001-20		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
14.924.585	100,000	0	0,000	14.924.585	100,000	
TOTAL						
14.924.585	100,000	0	0,000	14.924.585	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	08/05/2025
Quantidade acionistas pessoa física	3.478
Quantidade acionistas pessoa jurídica	32
Quantidade investidores institucionais	20

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	10.164.539	38,055%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	10.164.539	38,055%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ATMA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	39.317.024/0001-04	100
CONTAX S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	67.313.221/0001-90	100
ELFE OPERAÇÕES E MANUTENÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	97.428.668/0001-76	100
SOLVIAN TECNOLOGIA E INTEGRAÇÃO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	15.470.234/0001-70	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5. Inserir organograma dos acionistas e do grupo econômico em que se insere:



6.6 Outras informações relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Indicação dos Administradores, aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2022 e que tem o objetivo de garantir a composição do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria Estatutária de forma adequada e alinhada às melhores práticas de governança, observadas as disposições do Estatuto Social da Companhia e da legislação em vigor. A política está disponível para consulta no site da Companhia (www.atmasa.com.br).

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia possui uma Política de Avaliação dos Administradores, aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2022 e que tem o objetivo estabelecer os critérios e o formato da avaliação dos administradores, que compreende os membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e dos comitês de assessoramento, em linha com as melhores práticas de mercado e de governança corporativa. A política está disponível para consulta no site da Companhia (www.atmasa.com.br).

As avaliações são realizadas anualmente, os aspectos operacionais e metodológicos do são definidos a cada ciclo de avaliação com base nas melhores normas de Governança Corporativa e cada órgão da administração poderá, a seu exclusivo critério, contar com o apoio de consultoria externa no processo de avaliação.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesse

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembleias gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

d. por órgão

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevante

Os membros dos órgãos da administração da Companhia não apresentaram autodeclaração de gênero, cor ou raça ou outros atributos de diversidade.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia não adota objetivos específicos relacionados à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionadas ao clima

A Diretoria da Companhia atua na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionadas ao clima e reporta o resultado ao Comitê de Auditoria, responsável por assessorar o Conselho de Administração que é responsável por avaliar periodicamente a exposição da companhia a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*) e aprovar uma política de gestão de riscos compatível com as estratégias de negócios.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0
TOTAL = 13	0	13	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	0	2
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	5
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	0	0	0	0	0	3
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	0	0	0	0	3
TOTAL = 13	0	0	0	0	0	0	13

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	0	2
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	5
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	0	3
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	3
TOTAL = 13	0	0	13

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração

Não aplicável.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho de Administração acompanha o trabalho da auditoria independente, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia.

Muito embora a Companhia não possua uma política para contratação de serviços extra-auditoria de seus auditores independentes, em caso de contratação, há uma rigorosa análise, de modo que a independência não seja comprometida. A Companhia pauta-se na legislação aplicável, resguardando que o negócio seja conduzido observando as melhores práticas de governança corporativa, a transparência, bem como os padrões de conduta exigidos para a defesa dos interesses da Companhia e de seus acionistas.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia não dispõem de canal instituído para questões relacionadas a temas e práticas ASG.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome ADÃO ALBUQUERQUE BEZERRA **CPF:** 025.888.363-48 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 11/10/1987

Experiência Profissional: 35 anos, casado, graduado em Administração de Empresas, pela Universidade Estadual de Goiás. Pós graduado em Gestão contábil e financeira. Com 10 anos de experiência em gestão Financeira, Administrativa e Contábil. Já atendeu mais de 200 empresas de diversos ramos de atividade ao longo do tempo.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	04/05/2026	AGO 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		04/05/2026	Não	03/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome ANDRÉ FELIPE ROSADO FRANÇA **CPF:** 074.955.737-08 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 08/08/1977

Experiência Profissional: André França é Diretor Presidente da Atma e membro do Conselho de Administração da ATMA S.A. Iniciou sua carreira como Analista de Crédito na SR Rating e posteriormente foi da área de controle e gestão da EMBRAER S.A. e liderou projetos de finanças como Gerente na Accenture. Foi CFO da VOKI S.A. (joint venture entre Telefônica, Intel Capital e IdeiasNet) e COO na WRR Investimentos S.A. Foi Gerente de Operações na Contax S.A. no desenvolvimento do setor de cobrança. Anos depois, retornou para a companhia como Diretor Presidente e membro do Conselho. Graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e pós-graduado em Mercado de Capitais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RIO.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	04/05/2026	AGO 2027	Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente		04/05/2026	Não	30/05/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome ESTANISLAU MARTINS SILVA **CPF:** 520.858.727-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 22/12/1958

Experiência Profissional: Sócio da b2finance, desde 2014, atuando como líder da Área de Customer. Profunda experiência em Auditoria, Compliance e Controladoria de empresas de grande e médio porte, com conhecimento de IFRS, USGAAP e BRGAAP (CPCs), SOX e Governança Corporativa adquirida em carreira desenvolvida em Big Four de Auditoria (15 anos) e como líder de auditoria e consultoria na b2finance. Larga experiência em finanças e gestão de negócios, tendo atuado como diretor financeiro da b2finance e em projetos de consultoria para clientes de médio porte. Graduação em Ciências Contábeis na PUC-SP. Certificações: CRC e CNAI CVM

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	04/05/2026	AGO 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		04/05/2026	Não	04/05/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	n/a

Nome FÁBIO EDUARDO GAETA **CPF:** 339.162.868-54 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 05/07/1985

Experiência Profissional: Sócio da GO Auditoria, Consultoria e Assessoria Contábil Ltda desde 2013, contador, possui larga experiência em trabalhos de auditoria (interna e externa), consultoria de controles internos, custos e formação de preço e assessoria contábil, em especial na consolidação de demonstrações contábeis e assistência técnica em perícias contábeis.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	04/05/2026	AGO 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		04/05/2026	Não	03/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome FERNANDA MARTINS FRANCO **CPF:** 104.816.087-45 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogada **Data de Nascimento:** 27/08/1983

Experiência Profissional: Fernanda Franco é Sócia Diretora da V4 Gestão, advogada com 20 anos de experiência na área jurídica de empresas de grande porte. Atuou como VP Jurídico em empresa de capital aberto, coordenando operações estruturadas de crédito e atuando diretamente no processo de reestruturação e Recuperação Judicial. Atualmente está a frente dos importantes projetos de reestruturação, que tem como objetivo a identificação de ganho de eficiência operacional, adequando com a melhor estrutura de capital da empresa.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	04/05/2026	AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		04/05/2026	Não	04/05/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	n/a

Nome GUSTAVO SCATAMACCHIA DOS SANTOS **CPF:** 229.916.358-19 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Bacharelado em Comunicação **Data de Nascimento:** 20/02/1995

Experiência Profissional: Graduado em Comunicação Social com especialização em Marketing pela Fundação Armando Alvares Penteado, graduado em Advanced English para Business and Leadership em Gold Coast/Australia. Trabalhou em projetos de criação de Marketing, desenvolvendo capacidade de criação e análise. Atualmente exerce atividade de Assessor de Investimentos, possui experiência em captação e prospecção de clientes e assessoria em investimentos. Fluente em Português, Inglês e Espanhol (básico).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	04/05/2026	AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		04/05/2026	Não	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome HUGO TADAO OZAWA **CPF:** 308.080.098-26 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 03/09/1984

Experiência Profissional: Sócio da GO Auditoria, Consultoria e Assessoria Contábil Ltda desde 2014, contador, possui larga experiência em trabalhos de auditoria externa, com emissão de pareceres, consultoria, com a emissão de laudos de avaliações contábeis e assessoria contábil.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	04/05/2026	AGO 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		04/05/2026	Não	03/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome IVAN VIEIRA RUIVO **CPF:** 255.617.328-97 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 05/09/1977

Experiência Profissional: Sócio da b2finance, desde 2014, atuando como diretor financeiro e líder da torre de Auditoria e Consultoria. Profunda experiência em Auditoria, Compliance e Controladoria de empresas de grande e médio porte, com conhecimento de IFRS, USGAAP e BRGAAP (CPCs), SOX e Governança Corporativa adquirida em carreira desenvolvida em Big Four de Auditoria (15 anos) e como líder de auditoria e consultoria na b2finance. Larga experiência em finanças e gestão de negócios, atuando como diretor financeiro da b2finance e em projetos de consultoria para clientes de médio porte. Graduação em Ciências Contábeis na PUC-SP. Certificações: CRC e CNAI CVM.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	04/05/2026	AGO 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		04/05/2026	Não	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome LUCIANO BRESSAN **CPF:** 023.310.169-17 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 04/01/1978

Experiência Profissional: Luciano Bressan é um executivo com ampla experiência em finanças corporativas, tendo ocupado posições de liderança no Grupo Telefônica no Brasil e na Espanha. Ao longo de sua carreira, liderou equipes de alto desempenho nas áreas de Gestão e Controle Financeiro, Derivativos, Gestão de Riscos, Planejamento Estratégico e Operações Estruturadas. Atualmente, integra o conselho consultivo de diversas empresas. Anteriormente, foi CFO da Telefônica Factoring do Brasil por seis anos - uma joint venture entre Telefônica, Bradesco, La Caixa e BBVA — e, posteriormente, CFO da WRR Investimentos S.A. Também exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Flex Contact Center S.A. e ocupou as posições de CFO, Diretor de Relações com Investidores e Diretor de Operações (COO) na CONTAX S.A. Luciano é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP) e possui MBA pela Universidad Antonio de Nebrija, em Madri, Espanha.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	04/05/2026	AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		04/05/2026	Não	04/05/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	n/a

Nome MAURO ANTÔNIO CERCHIARI **CPF:** 562.280.828-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 29/08/1953

Experiência Profissional: Formado em Economia pela Universidade de São Paulo com Mestrado em Administração de empresas pela PUCSP. MBA's na Universidade de Columbia – USA e Fundação Dom Cabral/Insead – França. Experiência de mais de 20 anos em empresas dos setores de celulose e papel como Champion Papel e Celulose e International Paper em cargos de direção nas áreas de finanças, desenvolvimento estratégico, comercial e direção geral, com participação ativa em M&A de empresas do setor (Fibria Celulose, Inpapel e Stora Enso). Diretor Presidente da Brasil Ecodiesel S.A. e sócio-diretor de empresa ligada ao agronegócio. Vice-Presidente de entidades de classe como Bracelpa (Associação de produtores de celulose e papel), ABTCP (Associação Técnica do setor) e FIESP.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	04/05/2026	AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		04/05/2026	Não	30/04/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome RAÚL ANDRÉS ORTÚZAR RAMÍREZ **CPF:** 261.833.298-94 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 26/01/1976

Experiência Profissional: Iniciou sua carreira coo executivo no Bradesco onde foi Gerente de Operações da Bradesco Corretora de Valores, posteriormente foi para Grupo Telefônica do Brasil onde atuou como (i) Superintendente Corporativo de Projetos Financeiros e (ii) Fusões e Aquisições. Adicionalmente, foi CEO da Voki S.A. (joint venture da Telefônica, Intel Capital e IdeiasNet) e diretor da WRR Investimentos S.A.. Como empreendedor e investidor atuou em companhias no mercado de agronegócio, bebidas, serviços e tecnologia. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	04/05/2026	AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		04/05/2026	Não	29/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome RICARDO SAIPE MONTEIRO **CPF:** 219.924.468-73 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 13/03/1981

Experiência Profissional: Graduado em administração de empresas pela FEA-USP. Executivo com mais de 20 anos de experiência nas áreas Financeiras e Controladoria de empresas como Unibanco Asset, GP Investimentos e BRZ Investimentos. Atuou nas áreas de Middle e Back Office, Área de Risco (V@R, stress test, controle de limites de exposição a derivativos, ordens e produtos), Controladoria (resultado gerencial da empresa, EBTIDA, P&L por área, balanço, valuation, investimentos proprietários, fluxo de caixa) e Estruturação Novas Operações / Fundos de Investimentos. Atualmente, é gerente operacional, de risco e compliance na BRZ Investimentos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	04/05/2026	AGO 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		04/05/2026	Não	29/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome RODRIGO SANTANA CANHIÇARES **CPF:** 287.429.558-23 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 02/11/1980

Experiência Profissional: Possui mais de 18 anos de experiência nas áreas Contábil, Fiscal e Financeira (Tesouraria, Pricing e FP&A). Vivência consolidada em empresas de capital aberto dos segmentos de telecom e serviços, tais como Claro, B3 e Hidrovias, onde atuou em diversas posições, liderando equipes nas áreas de relações com investidores, contabilidade, controladoria, compliance, financeiro e administrativo, dentre outras. Graduado em Ciências Contábeis e possui MBA em Gestão Financeira pela Fundação Getúlio Vargas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/01/2026	31/12/2026	Diretor de Relações com Investidores		15/01/2026		01/03/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome THIAGO RENNO OSORIO **CPF:** 082.761.877-81 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 03/12/1979

Experiência Profissional: Thiago tem 20 anos de experiência em finanças, mercado financeiro e private equity. Atuou como Managing Director do Rothschild & Co, onde trabalhou por 15 anos, liderando inúmeras transações de fusões e aquisições, reorganizações societárias, reestruturações de dívida entre outras. Também atuou como membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Tok&Stok até agosto de 2022. Graduado em Engenharia da Computação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). O Sr. Thiago declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	04/05/2026	AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		04/05/2026	Não	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, pois a Companhia não possui Comitês.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; controladores diretos ou indiretos do emissor; e/ou administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2024Administrador do Emissor

ANDRÉ FELIPE ROSADO FRANÇA

Diretor Presidente

074.955.737-08

N/A

Subordinação

Brasileiro(a) - Brasil

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

CONTAX S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Diretor Presidente

67.313.221/0001-90

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ANDRÉ FELIPE ROSADO FRANÇA

Diretor Presidente

074.955.737-08

N/A

Subordinação

Brasileiro(a) - Brasil

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

ELFE OPERAÇÕES E MANUTENÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Diretor Presidente

97.428.668/0001-76

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2023**Administrador do Emissor**

ANDRÉ FELIPE ROSADO FRANÇA

Diretor Presidente

074.955.737-08

N/A

Subordinação

Brasileiro(a) - Brasil

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

CONTAX S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Diretor Presidente

67.313.221/0001-90

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

A relação se encerrou em 03/07/2023.

Administrador do Emissor

ANDRÉ FELIPE ROSADO FRANÇA

Diretor Presidente

074.955.737-08

N/A

Subordinação

Brasileiro(a) - Brasil

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

ELFE OPERAÇÕES E MANUTENÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Diretor Presidente

97.428.668/0001-76

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

A relação se encerrou em 03/07/2023.

Administrador do Emissor

LUCIANO BRESSAN

Diretor

023.310.169-17

N/A

Subordinação

Brasileiro(a) - Brasil

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

CONTAX S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Diretor Financeiro

67.313.221/0001-90

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

A relação se encerrou em 16/02/2023.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
LUCIANO BRESSAN	023.310.169-17	Subordinação	Fornecedor
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ELFE OPERAÇÕES E MANUTENÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	97.428.668/0001-76		
Diretor Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
A relação se encerrou em 16/02/2023.			

Exercício Social 31/12/2022

Administrador do Emissor			
ANDRÉ FELIPE ROSADO FRANÇA	074.955.737-08	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CONTAX S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	67.313.221/0001-90		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
ANDRÉ FELIPE ROSADO FRANÇA	074.955.737-08	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ELFE OPERAÇÕES E MANUTENÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	97.428.668/0001-76		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
LUCIANO BRESSAN	023.310.169-17	Controle	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CONTAX S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	67.313.221/0001-90		
Diretor Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
LUCIANO BRESSAN	023.310.169-17	Controle	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ELFE OPERAÇÕES E MANUTENÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	97.428.668/0001-76		
Diretor Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia possui Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (“D&O”), com extensão da cobertura da apólice para suas Controladas, Subsidiárias e/ou Coligadas, contratado com a Chubb Seguros Brasil S.A., como seguradora líder (50%), e Tokio Marine, Axa Seguros e Ezze, (32,5%, 7,5% e 10%, respectivamente) como Cosseguradoras, pelo período de 25 de junho de 2024 a 25 de junho de 2025. O prêmio líquido para: (i) responsabilidade civil de diretores e administradores é de R\$ 481.071,66 e (ii) responsabilidade civil ambiental por danos causados ao meio ambiente e a terceiros é de R\$ 13.600,00, totalizando o valor de R\$ 494.671,66. O limite máximo de garantia é de R\$ 160.000.000,00, tanto para responsabilidade civil de diretores e administradores, quanto para responsabilidade civil ambiental por danos causados ao meio ambiente e a terceiros. Esse limite não é cumulativo.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante para inserir neste item.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A política de remuneração da Companhia tem como objetivo estabelecer uma remuneração a seus administradores e aos membros do Conselho Fiscal, que seja condizente com as responsabilidades pertinentes ao cargo e com as melhores práticas de mercado.

A política de remuneração da Companhia foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada de 29 de abril de 2022 e divulgada na página da Companhia (www.atmasa.com.br) onde o documento pode ser consultado.

- b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando: (i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; (ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; (iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.**

Os objetivos dos programas de remuneração são os de atrair e reter os profissionais com as competências e valores requeridos pela Companhia, e motivá-los a atingir resultados e criar valor para os acionistas e demais stakeholders.

Desta forma, os programas buscam reconhecer e recompensar os desempenhos individuais relacionados aos resultados da Companhia, em níveis competitivos aos de mercado. A política de remuneração da Companhia é baseada nas seguintes premissas: (i) de melhor interesse dos acionistas; (ii) na criação de valor sustentável e de longo prazo; (iii) metas e estratégias de negócios; e (iv) melhores práticas de mercado.

A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, da seguinte forma: (i) verba global anual ordinária (fixa) para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária; (ii) verba global anual variável para a Diretoria Estatutária. A Assembleia Geral também fixará remuneração para cada membro efetivo do Conselho Fiscal, respeitado o limite mínimo em lei, na forma do parágrafo terceiro do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

A proposta de remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária é submetida para a aprovação do Conselho de Administração que, por sua vez, propõe a matéria para deliberação da assembleia geral dos acionistas da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

No caso da Diretoria Estatutária e não Estatutária da Companhia, a remuneração fixa mensal é estabelecida com base em pesquisas salariais de mercado por empresa especializada com objetivo de reconhecer e refletir o valor e responsabilidades do cargo e obter informações de mercado relacionadas a remunerações adotadas por companhias abertas, para garantir o alinhamento da Companhia com as práticas de mercado, bem como a manutenção da competitividade de sua estratégia de remuneração, fixa e variável.

As pesquisas salariais visam reconhecer e refletir o valor da remuneração relacionado ao cargo, seguindo premissas orçamentárias e buscando a manutenção do equilíbrio interno, considerando também os valores adotados por companhias de porte e mercado semelhantes ao da Companhia. A partir dos resultados das pesquisas, é realizado o procedimento de *job matching* com relação aos correspondentes cargos e funções existentes na Companhia para eventuais ajustes dos montantes gerais pagos aos diferentes cargos e níveis de forma comparativa, mantendo-se assim a competitividade da remuneração paga pela Companhia.

c) Composição da remuneração, indicando:

- **Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles: seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor; seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor; sua metodologia de cálculo e de reajuste e; principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG.**

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia é composta por uma remuneração fixa mensal, que tem por objetivo compensar adequadamente os conselheiros por suas atribuições e responsabilidades, bem como participação nas reuniões do Conselho de Administração.

A remuneração dos Diretores Estatutários e dos Diretores não Estatutários da Companhia é composta por:

(a) Remuneração fixa mensal: tem por objetivo compensar diretamente os serviços prestados por estes membros;

(b) Remuneração variável: bônus de performance ou participação nos resultados da Companhia, vinculada ao alcance de determinadas metas previamente negociadas ou a determinado evento. Esta remuneração tem por objetivo alinhar os Diretores com os resultados da Companhia, vinculando a recompensa financeira ao alcance de determinado resultado. A remuneração variável também pode ser paga sob a forma de bônus de contratação/indenização, retenção e por projeto. O bônus de contratação/indenização constitui uma bonificação que pode ser oferecida para atrair determinado executivo para a Companhia ou acordada no caso da saída de um executivo relevante. O bônus de retenção, por sua vez, visa a estimular a permanência na Companhia de seus principais executivos, contribuindo para a estabilidade e continuidade de seus negócios. Finalmente, o bônus por projeto visa a premiar os executivos pelo sucesso na conclusão de determinado projeto que seja considerado relevante para os negócios da Companhia;

8.1 Política ou prática de remuneração

(c) Benefícios: assistência médica, odontológica, seguro de vida, auxílio refeição, auxílio creche, dentre outros. Os benefícios têm por objetivo oferecer um pacote atrativo e que seja compatível com os padrões do mercado para o desempenho de funções semelhantes.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por uma parcela fixa que, na forma da lei, não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração fixa que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas da representação e participação nos lucros. Esta remuneração tem por objetivo compensar adequadamente os conselheiros por suas atribuições e responsabilidades, bem como participação nas reuniões e contribuições à Companhia.

Como a Política ou Prática de Remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

Cada elemento da remuneração cumpre um papel no curto, médio e longo prazo. Como há um vínculo forte com resultados, a Companhia assegura uma remuneração sustentável, que seja ao mesmo tempo condizente com as possibilidades da Companhia e que estimule a melhoria de seus resultados. A remuneração variável, que tem peso importante na remuneração dos Diretores, os vincula diretamente aos resultados dos três pilares estratégicos de longo prazo da Companhia, que são (i) a qualidade, (ii) a rentabilidade e (iii) o crescimento.

A participação de resultados distribuída anualmente aos Diretores é determinada pelo seu desempenho individual e pelos resultados globais da Companhia, os quais são diretamente relacionados aos três pilares antes referidos (qualidade, rentabilidade e crescimento), que ao serem atingidos se alinham com os interesses da Companhia.

Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A Companhia realiza periodicamente pesquisas salariais com consultorias especializadas e obtém informações de mercado relacionadas a remunerações adotadas por companhias abertas, para garantir o alinhamento da Companhia com as práticas de mercado, bem como a manutenção da competitividade de sua estratégia de remuneração, fixa e variável, para o Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária e Não Estatutária. As pesquisas salariais visam reconhecer e refletir o valor da remuneração relacionado ao cargo, seguindo premissas orçamentárias e buscando a manutenção do equilíbrio interno, considerando também os valores adotados por companhias de porte e mercado semelhantes ao da Companhia.

A partir dos resultados das pesquisas, é realizado o procedimento de *job matching* com relação aos correspondentes cargos e funções existentes na Companhia para eventuais ajustes dos montantes gerais pagos aos diferentes cargos e níveis de forma comparativa, mantendo-se assim a competitividade da remuneração paga pela Companhia.

A remuneração do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária e Não Estatutária é reavaliada anualmente pela área de recursos humanos. Com relação ao Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento, Conselho Fiscal e à Diretoria Estatutária, a proposta de remuneração é submetida para a aprovação do

8.1 Política ou prática de remuneração

Conselho de Administração que, por sua vez, propõe a matéria para deliberação da assembleia geral dos acionistas da Companhia.

A remuneração para os membros do Conselho de Administração da Companhia para o exercício de 2024 foi calculada com base em 5 membros, mantendo-se a remuneração igual para todos os membros.

No caso do Conselho Fiscal, a remuneração fixa mensal estipulada aos membros do conselho fiscal segue o valor mínimo estipulado em lei, tendo sido fixada em R\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais), conforme assembleia geral de acionistas de 10 de maio de 2024.

No caso da Diretoria Estatutária e não Estatutária da Companhia, a remuneração fixa mensal é estabelecida com base em pesquisas salariais de mercado por empresa especializada com objetivo de reconhecer e refletir o valor e responsabilidades do cargo.

Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Em relação à remuneração fixa, a Companhia tem como objetivo estabelecer um salário condizente com as responsabilidades pertinentes ao cargo e às práticas de mercado.

Já com relação à remuneração variável, os principais indicadores relacionados ao resultado da Companhia foram: Financeiros (Faturamento, Margem Operacional, Geração de Caixa, EBITDA, Free Cash Flow ou Lucro Líquido), Pesquisas de Satisfação do Cliente Contratante e/ou Cliente Interno e Liderança.

Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A Companhia realiza periodicamente pesquisas salariais com consultorias especializadas e obtém informações de mercado relacionadas a remunerações adotadas por companhias abertas para garantir o alinhamento da Companhia com as práticas de mercado, bem como a manutenção da competitividade de sua estratégia de remuneração. As pesquisas salariais visam a reconhecer e a refletir o valor da remuneração relacionado ao cargo, seguindo premissas orçamentárias e buscando a manutenção do equilíbrio interno, considerando também os valores adotados por companhias de porte e mercado semelhantes ao da Companhia. A partir dos resultados das pesquisas, é realizado o procedimento de *job matching* com relação aos correspondentes cargos e funções existentes na Companhia para eventuais ajustes dos montantes gerais pagos aos diferentes cargos e níveis de forma comparativa, mantendo-se assim a competitividade da remuneração paga pela Companhia.

Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

As diretrizes adotadas pela Companhia em sua prática de remuneração, bem como os montantes a serem pagos, são discutidos ao menos uma vez ao ano no Conselho de Administração, no contexto da elaboração da proposta de remuneração global anual da administração.

8.1 Política ou prática de remuneração

Razões que justificam a composição da remuneração

A estratégia de remuneração da Companhia visa a balancear elementos de curto, médio e longo prazo que garantam alinhamento com os objetivos da Companhia, manutenção de uma remuneração competitiva frente ao mercado, atratividade para reter os executivos e remunerar os profissionais adequadamente sob a ótica das responsabilidades atribuídas a seus respectivos cargos e em conformidade com o seu desempenho.

Neste contexto, com o objetivo de estimular os executivos a buscarem resultados que atinjam ou superem as metas traçadas pelo Conselho de Administração, parte da remuneração se baseia no componente variável (de curto, médio e longo prazo), atrelado às metas.

A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os membros do Conselho de Administração que atuam como membros dos Comitês de Assessoramento não recebem remuneração adicional pelo exercício dessa função, pois a remuneração dos conselheiros já prevê o tempo e dedicação despendidos como membros dos Comitês de Assessoramento.

Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Na Companhia, os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária são remunerados diretamente por sua subsidiária integral, a empresa Contax S.A.. Esse formato permite a concentração dos gastos na empresa operacional.

Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	6,00	13,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	720.000,00	3.531.181,83	357.600,00	4.608.781,83
Benefícios direto e indireto	0,00	172.848,50	0,00	172.848,50
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	144.000,00	0,00	71.520,00	215.520,00
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores de outros se referem a encargos incidentes sobre o salário ou pró-labore.		Os valores de outros se referem a encargos incidentes sobre o salário ou pró-labore.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.250.000,00	0,00	1.250.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	864.000,00	4.954.030,33	429.120,00	6.247.150,33

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	6,00	13,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	720.000,00	3.531.181,83	357.600,00	4.608.781,83
Benefícios direto e indireto	0,00	172.848,50	0,00	172.848,50
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	144.000,00	0,00	71.520,00	215.520,00
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores de outros se referem a encargos incidentes sobre o salário ou pró-labore.		Os valores de outros se referem a encargos incidentes sobre o salário ou pró-labore.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.250.000,00	0,00	1.250.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	864.000,00	4.954.030,33	429.120,00	6.247.150,33

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	6,00	14,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	3,00	11,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	720.000,00	3.531.181,83	357.600,00	4.608.781,83
Benefícios direto e indireto	0,00	172.848,50	0,00	172.848,50
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	144.000,00	0,00	71.520,00	215.520,00
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores de outros se referem a encargos incidentes sobre o salário ou pró-labore		Os valores de outros se referem a encargos incidentes sobre o salário ou pró-labore	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.250.000,00	0,00	1.250.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	864.000,00	4.954.030,33	429.120,00	6.247.150,33

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	6,00	13,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.760.000,00	2.708.333,33	406.800,00	4.875.133,33
Benefícios direto e indireto	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	352.000,00	614.791,67	81.360,00	1.048.151,67
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores de outros se referem a encargos incidentes sobre o salário ou pró-labore	Os valores de outros se referem a encargos incidentes sobre o salário ou pró-labore	Os valores de outros se referem a encargos incidentes sobre o salário ou pró-labore	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	625.000,00	0,00	625.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	125.000,00	0,00	125.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores de outros se referem a encargos incidentes sobre o bônus		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	2.112.000,00	4.373.125,00	488.160,00	6.973.285,00

8.3 Remuneração Variável**Exercício Social: 31/12/2025**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	2,00	6,00	13,00
N° de membros remunerados	5,00	2,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1250000,00	0,00	1.250.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1250000,00	0,00	1.250.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1250000,00	0,00	1.250.000,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	2,00	6,00	13,00
N° de membros remunerados	5,00	2,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1250000,00	0,00	1.250.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1250000,00	0,00	1.250.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	3,00	6,00	14,00
N° de membros remunerados	5,00	3,00	3,00	11,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1250000,00	0,00	1.250.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1250000,00	0,00	1.250.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	6,00	13,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	625000,00	0,00	625.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	625000,00	0,00	625.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

A Companhia, de acordo com o art. 5º, §5º de seu Estatuto Social, submeteu e aprovou junto aos seus acionistas um Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Incentivo”), na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2020, ofertado aos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Em 28 de abril de 2023, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou a revogação do Plano de Incentivo destinado aos membros do Conselho de Administração da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, considerando que o Requisito de Caixa não foi atingido e que sobreveio o término do prazo de exercício.

Ademais, a Companhia não dispõe de plano de remuneração baseado em ações destinado ao conselho de administração ou à diretoria estatutária para o exercício social corrente.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e não há remuneração baseada em ações prevista no exercício social corrente.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 Outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não houve outorga de opções de compra de ações realizadas nos 3 últimos exercícios sociais e não há outorga de opções de compra de ações prevista para o exercício social corrente.

8.7 Opções em aberto

8.7 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Não existem opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social da Companhia.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não foram exercidas opções de compra de ações relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não houve remuneração baseada em ações, do conselho de administração e da diretoria estatutária, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e não há para o exercício social corrente.

8.10 Outorga de ações

8.10 Outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não foram realizadas outorgas de ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há outorgas previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram entregues ações relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

A Companhia não dispõe de plano de remuneração baseado em ações destinado ao conselho de administração ou à diretoria estatutária para o exercício social corrente, bem como não houve pagamento de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

	Diretoria Estatutária	Conselho Administração	de Conselho Fiscal
Ações	-	1.619.028	-
Debêntures	-	-	-
Outros valores mobiliários	-	-	-

8.14 Planos de previdência

8.14 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há plano de previdência em vigor conferido aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	2,00	3,00	2,00	5,00	5,00	5,00	6,00	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00	2,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	1.520.912,51	1.438.924,88	1.462.500,00	216.000,00	216.000,00	240.000,00	119.200,00	119.200,00	138.320,00
Valor da menor remuneraçãoReal	545.455,17	1.382.960,00	1.284.400,00	156.000,00	156.000,00	190.800,00	119.200,00	119.200,00	135.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	1.033.183,84	1.410.942,44	1.373.450,00	144.000,00	144.000,00	219.011,00	119.200,00	119.200,00	136.478,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	Na Diretoria, para o ano de 2024, os dois membros exerceram o cargo por 12 meses. Para a maior remuneração total (remuneração fixa e variável, benefícios, encargos e eventuais valores de contratação e indenização) individual anual foi considerado o pagamento ao membro com a maior remuneração no ano. Para estabelecer a menor remuneração, foi considerada também a remuneração de menor valor. Foram considerados para esta divulgação o valor dos encargos incidentes.	
31/12/2023	Na diretoria, para o ano de 2023, dois membro exerceram o cargo por 12 meses. Para a maior remuneração total (remuneração fixa e variável, benefícios, encargos e eventuais valores de contratação e indenização) individual anual foi considerado o pagamento ao membro com a maior remuneração no ano. Para estabelecer a menor remuneração, foi considerada também a remuneração de menor valor. Foram considerados para esta divulgação o valor dos encargos incidentes.	
31/12/2022	Na diretoria, para o ano de 2022, os 2 membros exerciam o cargo por 12 meses. Para a maior remuneração total (remuneração fixa e variável, benefícios, encargos e eventuais valores de contratação e indenização) individual anual foi considerado o pagamento ao membro com a maior remuneração no ano. Para estabelecer a menor remuneração, foi considerada também a remuneração de menor valor. Foram considerados para esta divulgação o valor dos encargos incidentes.	

Conselho de Administração		
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	Para o ano de 2024, a menor remuneração com relação ao Conselho de Administração levou em consideração o conselheiro que ficou 12 meses na Companhia. Para a maior remuneração individual anual, foi considerado o pagamento ao cargo de maior valor. Nesta remuneração, está sendo considerada a remuneração fixa mais encargos.	
31/12/2023	Para o ano de 2023, a menor remuneração com relação ao Conselho de Administração levou em consideração o conselheiro que ficou 12 meses na Companhia. Para a maior remuneração individual anual, foi considerado o pagamento ao cargo de maior valor. Nesta remuneração, está sendo considerada a remuneração fixa mais encargos.	
31/12/2022	Para o ano de 2022, a menor remuneração com relação ao Conselho de Administração levou em consideração o conselheiro que ficou 12 meses na Companhia. Para a maior remuneração individual anual, foi considerado o pagamento ao cargo de maior valor. Nesta remuneração está sendo considerada a remuneração fixa mais encargos	

Conselho Fiscal		
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	Com relação ao Conselho Fiscal em 2024, a remuneração mensal é igual para todos os membros.	
31/12/2023	Com relação ao Conselho Fiscal em 2023, a remuneração mensal é igual para todos os membros.	
31/12/2022	Com relação ao Conselho Fiscal em 2022, a remuneração mensal é igual para todos os membros	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia possui seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores (“Seguro D&O”), contratado com a Chubb Seguros Brasil S.A., pelo período de 25 de junho de 2024 a 25 de junho de 2025.

Assim, exceto pelo Seguro D&O, não há qualquer outro arranjo contratual nem qualquer instrumento que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não houve remuneração reconhecida no resultado da Companhia referente remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, em relação aos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve remuneração reconhecida no resultado da Companhia referente à remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam, em relação aos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Documento não preenchido.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Os membros da Diretoria Estatutária da Companhia são diretores também das sociedades controladas diretas Contax S.A. e ELFE Operação e Manutenção S.A.. Cumpre informar que o valor destes pagamentos integra o valor da remuneração submetido à aprovação dos acionistas da Companhia.

Remuneração prevista para o Exercício Social de 2025, a ser paga por Sociedades Controladas – em R\$:

2025	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas	864.000,00	331.200,00	4.781.181,83	5.976.381,83
Sociedade sob controle comum	-	-	-	-

A remuneração paga por sociedades controladas encontram-se detalhados a seguir:

2025	Conselho de Administração (A)	Diretoria Estatutária (B)	Conselho Fiscal (C)	Total (A+B+C)
Nº de membros	5	2	6	13
Nº de membros remunerados	5	2	3	10

Remuneração fixa anual (R\$)	864.000,00	3.535.181,83	331.200,00	4.726.381,83
Salário ou pró-labore*	864.000,00	3.531.181,83	331.200,00	4.726.381,83
Benefícios diretos e indiretos*	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável (R\$)	-	1.250.000,00	-	1.250.000,00
Bônus*	-	1.250.000,00	-	1.250.000,00
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações**	-	-	-	-
Observação				
Total da remuneração (R\$)	864.000,00	4.781.181,83	331.200,00	5.976.381,83

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada**Remuneração no Exercício Social de 2024, paga por Sociedades Controladas – em R\$:**

2024	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas	-	-	4.781.181,83	5.976.381,83
Sociedade sob controle comum	-	-	-	-

A remuneração paga por sociedades controladas encontram-se detalhados a seguir:

2024	Conselho de Administração (A)	Diretoria Estatutária (B)	Conselho Fiscal (C)	Total (A+B+C)
Nº de membros	-	2	-	2
Nº de membros remunerados	-	2	-	2

Remuneração fixa anual (R\$)	-	3.535.181,83	-	3.535.181,83
Salário ou pró-labore*	-	3.358.333,33	-	3.358.333,33
Benefícios diretos e indiretos*	-	172.848,50	-	172.848,50
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável (R\$)	-	1.250.000,00	-	1.250.000,00
Bônus*	-	1.250.000,00	-	1.250.000,00
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações**	-	-	-	-
Observação				
Total da remuneração (R\$)	-	4.781.181,83	-	4.781.181,83

Remuneração no Exercício Social de 2023, paga por Sociedades Controladas – em R\$:

2023	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas	-	-	4.781.181,83	4.781.181,83
Sociedade sob controle comum	-	-	-	-

A remuneração paga por sociedades controladas encontram-se detalhados a seguir:

2023	Conselho de Administração (A)	Diretoria Estatutária (B)	Conselho Fiscal (C)	Total (A+B+C)
------	-------------------------------	---------------------------	---------------------	---------------

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Nº de membros	-	2	-	2
Nº de membros remunerados	-	2	-	2

Remuneração fixa anual (R\$)	-	3.535.181,83	-	3.535.181,83
Salário ou pró-labore*	-	3.358.333,33	-	3.358.333,33
Benefícios diretos e indiretos*	-	172.848,50	-	172.848,50
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável (R\$)	-	1.250.000,00	-	1.250.000,00
Bônus*	-	1.250.000,00	-	1.250.000,00
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações**	-	-	-	-
Observação				
Total da remuneração (R\$)	-	4.781.181,83	-	4.781.181,83

Remuneração no Exercício Social de 2022, paga por Sociedades Controladas – em R\$:

2022	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas	-	-	4.373.125,00	4.373.125,00
Sociedade sob controle comum	-	-	-	-

A remuneração paga por sociedades controladas encontram-se detalhados a seguir:

2022	Conselho de Administração (A)	Diretoria Estatutária (B)	Conselho Fiscal (C)	Total (A+B+C)
Nº de membros	-	2	-	2
Nº de membros remunerados	-	2	-	2

Remuneração fixa anual (R\$)	-	3.623.125,00	-	3.623.125,00
Salário ou pró-labore*	-	2.708.333,33	-	2.708.333,33
Benefícios diretos e indiretos*	-	300.000,00	-	300.000,00
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	614.791,67	-	614.791,67
Remuneração variável (R\$)	-	750.000,00	-	750.000,00
Bônus*	-	625.000,00	-	625.000,00
Participação de resultados	-	-	-	-

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	125.000,00	-	125.000,00
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações**	-	-	-	-
Observação				
Total da remuneração (R\$)	-	3.103.622,00	-	3.103.622,00

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

Documento não preenchido.

8.20 Outras informações relevantes

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Na assembleia geral extraordinária da CONTAX realizada em 07 de dezembro de 2020, os Acionistas aprovaram um plano de outorga de opção de compra de ações baseado em ações de emissão da Companhia, nos termos da proposta apresentada pela administração da Companhia e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 16 de novembro de 2020. A referida aprovação contemplou o Instrumento Particular de Outorga de Opção de Ações.

Posteriormente, o plano foi alterado em 25 de outubro de 2021 e 20 de abril de 2023, pela Assembleia Geral da Companhia, a fim de ajustar as condições de aquisição e exercício das Opções, bem como foi alterado em 24 de maio de 2024 para incluir condições de período de lock-up.

Cumprе, porém, informar que o referido plano **não é um plano de remuneração**. A seguir, elencamos as principais características:

a. Potenciais beneficiários

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações os diretores (estatutários ou não), gerentes chave e prestadores de serviço da CONTAX Participações S.A. (“Companhia”), inclusive em relação a novas contratações, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia (“Participantes”).

b. Número máximo de opções a serem outorgadas

Serão outorgadas opções em volume que não supere o limite correspondente ao número estabelecido no item 2.c. abaixo.

c. Número máximo de ações abrangidas pelo plano

O número máximo de ações que estarão sujeitas à Outorga podendo ultrapassar 1.910.000 (um milhão novecentas e dez mil) ações do capital social da Companhia.

d. Condições de aquisição

O prazo máximo de exercício das Opções Maduras é até 31 de dezembro de 2026.

As Opções, bem como os direitos e obrigações decorrentes da Outorga e do Contrato, têm caráter personalíssimo e serão intransferíveis, impenhoráveis e incomunicáveis a eventual cônjuge, não podendo ser cedidos ou de qualquer forma transferidos a terceiros, nem dados em garantia. O Participante não poderá fazer operações de hedge ou qualquer tipo de operação que reduza o risco atrelado às Opções como venda a descoberto de ações da Companhia, compra de opções de venda (put options), operações em mercado futuro, etc.

As Opções poderão ser exercidas em períodos específicos, conforme disposto no Contrato, para a aquisição de Ações, após as respectivas Datas de Vesting dispostas no Contrato, sendo o término do Período de Carência encerrado no dia 31 de dezembro de 2022. Após as respectivas Datas de Vesting, os Participantes poderão exercer as Opções que atenderam ao Período de Carência (“Opções Maduras”) aplicáveis ao direito do Participante de adquirir Ações de

8.20 Outras informações relevantes

emissão da Companhia por preço previamente fixado, durante um determinado período de tempo, atendidas as condições estabelecidas no Contrato (“Opções”).

Uma vez comunicada a Companhia, o efetivo exercício das Opções ocorrerá na forma determinada no Contrato, que estabelece as datas em que serão adquiridas e entregues as Ações.

O exercício das Opções será formalizado mediante (i) o envio da notificação à Companhia, mencionada acima, (ii) o pagamento do Preço de Exercício e (iii) a entrega de recibo ou boletim de subscrição pela Companhia discriminando o Preço de Exercício e a quantidade de ações a serem adquiridas.

e. Restrições à Transferência, Venda ou Alienação de Ações

Os Participantes não poderão vender, transferir, ceder, alienar ou de qualquer forma dispor das ações adquiridas no âmbito deste Plano de Opção durante um período mínimo de 3 (anos) anos contados a partir da data de recebimento das referidas ações (“Período de lock-up”), conforme previsto na Cláusula 7.1 do Plano.

f. Critérios pormenorizados para fixação do preço de exercício

O Preço de Exercício das Opções no ano de 2024 será de R\$ 1,13 por ação.

O Preço de Exercício das Opções no ano de 2025 será de R\$ 0,75 por ação.

O Preço de Exercício das Opções a partir do ano de 2026 será de R\$ 0,38 por ação.

Na ocasião, o preço de emissão foi fixado com fundamento no artigo 170, § 1.º, inciso III, da Lei 6.404/76, com base no preço médio ponderado por volume das ações da Companhia no mercado nos 30 (trinta) pregões anteriores ao dia 11 de outubro de 2019 (inclusive).

g. Critérios para fixação do prazo do exercício

Os Participantes poderão exercer as Opções Maduras a partir de três datas específicas: 01/01/2023, 01/01/2024 e 01/01/2025, conforme os critérios descritos na tabela abaixo:

Período de Carência	Datas de Vesting	Ações Adquiríveis
Até 31.12.2022	A partir de 01.01.2023	1/3 (um terço) das Ações passíveis de aquisição nos termos da Opção poderão ser adquiridas a partir desta data a critério do Participante.
	A partir de 01.01.2024	2/3 (dois terços) das Ações passíveis de aquisição nos termos da Opção poderão ser adquiridas a partir desta data a critério do Participante
	A partir de 01.01.2025	A totalidade das Ações passíveis de aquisição nos termos da Opção poderão ser adquiridas a partir desta data a critério do Participante

As Opções que não forem exercidas até, 31.12.2026, serão extintas e não poderão mais ser exercidas pelos Participantes.

8.20 Outras informações relevantes

h. Forma de liquidação de opções

No exercício das Opções Maduras, e consequente aquisição das Ações, os Participantes estarão sujeitos às regras restritivas de negociação com ações de companhias abertas estabelecidas pela regulamentação aplicável e pela Política de Negociação da Companhia.

Observados os critérios previstos no Contrato, o Participante que desejar exercer suas Opções Maduras deverá comunicar à Companhia, por escrito, sua intenção, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração.

Uma vez comunicada a Companhia, o efetivo exercício das Opções ocorrerá na forma do Contrato.

i.. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Contrato e no Plano e observados os tratamentos dados a cada caso específico nos termos das Cláusulas 8 e 9 do Plano, as Opções extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- (a) após o decurso do Período de Exercício das Opções ou do Prazo de Vigência;
- (b) mediante o distrato do Contrato;
- (c) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou
- (d) em caso de Desligamento do Participante (excetuado o Desligamento por Invalidez), sendo certo que, neste caso, devem ser observadas as disposições das Cláusulas 8 e 9 do Plano para fins de determinar os diferentes tratamentos que são dados, no que se refere ao exercício das Opções outorgadas, nos casos de Desligamento pela Companhia por justa causa, Desligamento pela Companhia sem justa causa ou Desligamento voluntário pelo Participante.

Desligamento significa qualquer ato ou fato que resulte no término da relação jurídica do participante com a Companhia, exceto casos de invalidez permanente, desaparecimento ou falecimento. Desligamento abrange inclusive as hipóteses de rescisão de contrato de trabalho, destituição, substituição, renúncia ou não reeleição do Participante como administrador da Companhia ou aposentadoria.

Em caso de Desligamento por Invalidez (definido no Contrato), o direito ao exercício das Opções será assegurado ao Participante ou aos seus herdeiros e sucessores, conforme o caso, nos mesmos termos previstos no Contrato no Plano de Opção para Participantes que continuam ativos na Companhia, sem qualquer perda ou modificação dos direitos aqui previstos. Em caso de falecimento, os herdeiros e sucessores receberão as ações na forma de disposição testamentária, conforme estabelecido no inventário ou em ordem judicial competente.

3. Justificar o plano proposto, explicando:

a. Os principais objetivos do plano

8.20 Outras informações relevantes

A Outorga tem por objetivo ofertar aos diretores, gerentes chave e prestadores de serviço considerados como estratégicos, a oportunidade de adquirirem ações da Companhia por meio do exercício de opção de compra de ações. Considerando o fato de que a administração da Companhia acredita que há um longo caminho de crescimento adiante, a Outorga visa gerar o alinhamento a médio e longo prazo dos interesses dos Participantes com os interesses dos acionistas, de forma a que todos acreditem no potencial de crescimento da Companhia, ampliando o senso de propriedade e o comprometimento dos Participantes por meio do conceito de investimento e risco, vinculando a concessão de incentivos de longo prazo com o resultado de curto prazo da Companhia e principalmente reforçando o poder de retenção de um grupo estratégico de funcionários e administradores.

b. A forma como o plano contribui para esses objetivos

A Outorga concede opções de compra de ações aos Participantes para incentivar melhores desempenhos na gestão e no alcance de resultado de longo prazo e, conseqüentemente, na valorização da Companhia e das ações por ela emitidas.

A Outorga tem como finalidade incentivar melhores desempenhos da gestão no alcance de resultados de longo prazo, incentivando que os resultados obtidos não se percam nos anos seguintes. A Outorga também incentiva o participante a buscar a continuidade de resultados positivos, haja vista que a estrutura do plano premia os Participantes por resultados positivos contínuos.

c. Como o plano se insere na política de remuneração da companhia

A Outorga faz parte da estratégia de retenção dos funcionários e administradores, com o compromisso destes na geração de valor à Companhia, sem fazer parte do pacote de remuneração dos Participantes.

d. Como o plano alinha os interesses dos beneficiários e da companhia a curto, médio e longo prazo

A Outorga busca fortalecer a retenção dos funcionários, administradores e prestadores de serviços, visando o compromisso dos mesmos em gerar valor e resultados sustentáveis para a Companhia no médio e longo prazo.

4. Estimar as despesas da companhia decorrentes do plano, conforme as regras contábeis que tratam desse assunto

A Companhia estima que as despesas decorrentes da Outorga representarão, conjuntamente, o montante aproximado de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil) reais.

Cabe destacar que o montante acima representa apenas estimativa com base nas premissas descritas e (i) poderá apresentar variações significativas, e, (ii) não considera eventuais custos tributários, trabalhistas e previdenciários, decorrentes da controvérsia jurisprudencial existente sobre o tratamento devido aos planos de opção de compra de ações para colaboradores.

8.20 Outras informações relevantes

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	010324		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada	Juridica	54.276.936/0001-79	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
01/01/2020	01/01/2020		
Descrição dos serviços prestados			
Auditorias das demonstrações financeiras anuais e revisão especial das informações trimestrais (ITRs) relativas aos exercícios sociais de 2021, 2022 e 2023.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Pagamento total no exercício de 2021 (R\$ milhares): R\$ 480 mil			
Justificativa da substituição			
Em 06 de janeiro de 2023 a Companhia divulgou comunicado ao mercado informando a contratação da Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.326.840/0001-98, em substituição a BDO RCS Auditores Independentes SS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.276.936/0001-79, tendo o contrato o objeto de auditoria e emissão de relatório para as demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas, bem como os relatórios trimestrais de revisão limitada referente aos exercícios a findar em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2023. Compreendendo também o relatório anual para as controladas Contax S.A. e Elfe Operação e Manutenção S.A., visando à redução de custos.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável.			

Código CVM do Auditor	010723		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
FORVIS MAZARS AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES LTDA.	Juridica	07.326.840/0001-98	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
06/01/2023	06/01/2023		
Descrição dos serviços prestados			
Auditorias das demonstrações financeiras anuais e revisão especial das informações trimestrais (ITRs) relativas aos exercícios sociais de 2022, 2023 e 2024.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Pagamento no exercício de 2024 (R\$ milhares): R\$ 767.655,55, relativo aos serviços de auditoria.			
Justificativa da substituição			
Não aplicável, uma vez que não houve substituição.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

Em conformidade com a Resolução CVM nº 80/2022, a Companhia adota como procedimento consultar os auditores independentes contratados, no sentido de assegurar-se de que a prestação de eventuais outros serviços não afeta sua independência e objetividade. Ademais, a Companhia realiza seus próprios julgamentos e análises, de modo a não contratar a empresa de auditoria independente para eventuais serviços que possam comprometer a independência dos auditores.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante para inserir neste item.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	357	373	3	11	0
Não-liderança	8565	3435	39	168	0
TOTAL = 12.951	8922	3808	42	179	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	4	219	98	412	1	0	10
Não-liderança	166	2497	2791	6634	31	0	88
TOTAL = 12.951	170	2716	2889	7046	32	0	98

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	239	444	61
Não-liderança	7069	4395	743
TOTAL = 12.951	7308	4839	804

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Preferê não responder
Liderança	2	742	0
Não-liderança	42	12165	0
TOTAL = 12.951	44	12907	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	89	370	9	241	35	0
Não-liderança	1821	7321	44	2635	386	0
TOTAL = 12.951	1910	7691	53	2876	421	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	1196	682	6	26	0
Nordeste	5689	1870	25	107	0
Centro-Oeste	30	21	1	1	0
Sudeste	1741	1087	9	39	0
Sul	266	148	1	6	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 12.951	8922	3808	42	179	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefero não responder
Norte	64	418	234	1181	8	0	5
Nordeste	69	790	2157	4633	20	0	22
Centro-Oeste	1	15	10	25	0	0	2
Sudeste	31	1255	412	1107	2	0	69
Sul	5	238	76	100	2	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 12.951	170	2716	2889	7046	32	0	98

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	1636	263	11
Nordeste	4280	3073	338
Centro-Oeste	22	26	5
Sudeste	1215	1268	393
Sul	155	209	57
Exterior	0	0	0
TOTAL = 12.951	7308	4839	804

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 - Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações

(a) Número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abrangem: i. identidade autodeclarada de gênero, ii. identidade autodeclarada de cor ou raça, iii. faixa etária, e iv. outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

31/12/2024

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não-binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	357	373	3	11	-
Não-Liderança	8565	3435	39	168	-
Total	8922	3808	42	179	-

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	4	219	98	412	1	-	10
Não-Liderança	166	2497	2791	6634	31	-	88
Total	170	2716	2889	7046	32	-	98

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	239	444	61
Não-Liderança	7069	4395	743
Total	7308	4839	804

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	89	370	9	241	35	-
Não-Liderança	1821	7321	44	2635	386	-
Total	1910	7691	53	2876	421	-

10.1 Descrição dos recursos humanos**Localização geográfica**

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero

	Feminino	Masculino	Não-binário	Outros	Prefere não responder
Norte	1196	682	6	26	-
Nordeste	5689	1870	25	107	-
Centro-Oeste	30	21	1	1	-
Sudeste	1741	1087	9	39	-
Sul	266	148	1	6	-
Exterior	-	-	-	-	-
Total	8922	3808	42	179	-

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	64	418	234	1181	8	-	5
Nordeste	69	790	2157	4633	20	-	22
Centro-Oeste	1	15	10	25	-	-	2
Sudeste	31	1255	412	1107	2	-	69
Sul	5	238	76	100	2	-	-
Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Total	170	2716	2889	7046	32	-	98

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	1636	263	11
Nordeste	4280	3073	338
Centro-Oeste	22	26	5
Sudeste	1215	1268	393
Sul	155	209	57
Exterior	-	-	-
Total	7308	4839	804

10.1 Descrição dos recursos humanos

(a) Número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica):

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía o seguinte número de empregados terceirizados, por grupo de atividades desempenhadas na Companhia e por localização geográfica:

Na data de referência não haviam terceirizados dentro do Grupo CONTAX.

(b) Índice de rotatividade

O índice de rotatividade médio (desligamentos voluntários e involuntários) da Companhia para o ano de 2024 foi de 8,72%.

10.2 Alterações relevantes

10.2. – Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Não aplicável, uma vez que não houve alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 10.1 deste Formulário de Referência.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 - Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

(a) Política de Salários e Remuneração Variável

O plano de carreira e as premissas de remuneração da Companhia foram estruturados de acordo com a Metodologia Mercer e levam em consideração escopo e dimensão de responsabilidades e desafios. O principal objetivo do plano é garantir a equidade interna, atrair e reter profissionais qualificados. A política de remuneração da CONTAX tem como objetivo estabelecer um salário coerente a seus colaboradores, em conformidade com as responsabilidades pertinentes ao cargo, e as práticas de mercado, sempre de maneira condizente com as políticas de administração de custos da Companhia. Processos meritocráticos fazem parte da cultura da Companhia.

(b) Política de Benefícios

A Companhia tem uma política de benefícios que visa oferecer aos seus colaboradores programas de assistência médica, odontológica, seguro de vida em grupo, auxílio alimentação e empréstimo consignado, além de parcerias de desconto em instituições de ensino (universidades, escolas de idiomas etc.) que somados ao salário tornam o pacote de remuneração competitivo e atraente ao mercado.

Além dos benefícios citados acima, a Companhia, em uma iniciativa pioneira de gestão de pessoas, contribuindo também para melhoria do bem-estar e da qualidade de vida de seus colaboradores, implantou programa de alimentação, por meio da instalação de serviços de restaurante em algumas de suas unidades operacionais.

Outro aspecto importante e que beneficiam nossos colaboradores, muito além de atender uma determinação legal, é nossa equipe própria de medicina e saúde ocupacional instalada nas unidades operacionais da Companhia, composta por médicos, enfermeiros e técnicos especializados, empenhados exclusivamente no cuidado integrado da saúde com olhar no rastreamento precoce de doenças, promoção à saúde e quando necessária reabilitação laboral, interagindo diretamente com as lideranças, visitação nos postos de trabalho e apoio estratégico nas atividades e políticas de recursos humanos.

(c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

(d) Razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social.

Determinamos a maior remuneração individual e a mediana da remuneração individual dos empregados considerando, na composição da remuneração, todos os itens descritos no item 8.2(d) deste Formulário de Referência. Não obstante, a Companhia ressalta que o referido *ratio* pode não refletir adequadamente o *ratio* da Companhia, na medida em que ele não contempla (i) outros benefícios diretos e indiretos disponibilizados aos empregados, tais como planos de saúde, vale alimentação, etc., e (ii) diferenças nas estruturas de remuneração entre as diversas funções na Companhia, as quais podem envolver remunerações em ações, reconhecimento de despesas decorrentes de remuneração de médio-longo prazo, etc.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
40.259,22	1.809,16	22,25
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 - Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Os empregados da Companhia são representados, por ocasião dos instrumentos coletivos (Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho), dos respectivos sindicatos dos trabalhadores filiados à: Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações – FENATTEL; à Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações – FITRATELP; a LIVRE – Federação dos trabalhadores em telecomunicações no Amazonas, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do norte e Rio de Janeiro; SINDITOB, STIEPAR e SINDPD (SP). A Companhia negocia acordos coletivos e segue convenções coletivas de trabalho separados para cada Estado do Brasil.

Novos acordos coletivos de trabalho são negociados todos os anos com os sindicatos locais, bem como são atualizadas as convenções coletivas nos locais onde não ocorre a negociação direta entre a companhia e o sindicato laboral. Essas negociações são conduzidas sob a supervisão e orientação da Companhia, por um lado, e da FENATTEL (SP, BA e AC) e FECOSUL (RS) ou LIVRE (RJ e PE), do outro lado. Todos os acordos coletivos são devidamente assinados, registrados e homologados pela Companhia e respectivos sindicatos representativos da categoria e estão em plena vigência conforme a data-base da categoria.

Nos 3 últimos exercícios sociais, a Companhia não registrou nenhuma paralisação ou greve nos seus estabelecimentos que afetou a continuidade de suas atividades.

10.5 Outras informações relevantes

10.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante para inserir neste item.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver política formal adotada pelo emissor, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia adota como prática nas transações com partes relacionadas todos os preceitos e regras estabelecidos na sua Política para Transação com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse (“Política”), notadamente a observância dos preços e condições usuais de mercado, sendo pautadas no princípio de transparência, e realizadas no melhor interesse da Companhia.

A Política foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 08/03/2017 e, posteriormente, revisada em 29/04/2022 e pode ser consultada na rede mundial de computadores, nas páginas da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.atmasa.com.br).

Adicionalmente, nos termos do inciso XXII do art. 17 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração da Companhia, autorizar a assinatura de contratos de qualquer natureza, excetuados os contratos com clientes que impliquem obrigações para a Companhia ou representem valores em montante superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), que não estejam previstos no orçamento da Companhia ou de suas controladas.

11.2 Transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há transação com partes relacionadas.

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Com base no plano de reestruturação financeira da Companhia, em 27 de março de 2025 a Administração da Companhia deliberou pelo perdão da dívida entre a Controladora e suas Controladas no montante de R\$ 408.986 mil originalmente decorrente de contratos de mútuos entre as partes.

O perdão da obrigação está alinhado a estratégia do grupo e formalizado por meio de instrumento próprio, com aprovação das partes envolvidas.

A operação não resultará em impacto no caixa da Companhia e será reconhecida contabilmente no primeiro trimestre de 2025.

O tratamento contábil e a divulgação da transação seguem os princípios da transparência, substância econômica equidade nas operações com as partes relacionadas, em conformidade com os normativos de CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
15/12/2021		1.419.402.983,96	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
26.710.356	0	26.710.356	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
15/12/2021		1.419.402.983,96	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
26.710.356	0	26.710.356	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
15/12/2021		1.419.402.983,96	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
26.710.356	0	26.710.356	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
06/08/2020		2.400.000.000,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
0	0	0	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e de país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

Não aplicável

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures Conversíveis
Identificação do valor mobiliário	7ª Emissão - 1ª Série
Data de emissão	30/10/2020
Data de vencimento	11/04/2029
Quantidade	101.496.540
Unidade	
Valor nominal global R\$	106.784.995,62
Saldo Devedor em Aberto	153.447.310,30
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares em vigor aplicáveis, especialmente a Instrução CVM 476/09.
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	As Debêntures da Primeira Série, a exclusivo critério dos Debenturistas, poderão ser convertidas em Ações. As Conversões das Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 3ª Série ocorrerão anualmente, sempre no dia 15 de dezembro de cada ano, mediante comunicação enviada nos termos da Cláusula 3.3.6.5. 3.3.6.6 e 9.3 do Plano de Recuperação da Emissora e Fiadora até o dia 15 (quinze) do mês de agosto de cada ano. O Preço de Referência é de R\$ 185,18.
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	As Debêntures serão resgatadas antecipadamente mediante pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) objeto do Resgate Antecipado Facultativo ("Valor de Resgate Antecipado Facultativo"), acrescido (i) da Remuneração das Debêntures da respectiva série, calculadas pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização ou data de pagamento da Remuneração das Debêntures da respectiva série imediatamente anterior, até a data do efetivo resgate; e (ii) demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo.
Características dos valores mobiliários de dívida	As Debêntures da Primeira Série farão jus a uma remuneração correspondente à correspondentes à variação da Taxa DI, acrescido de sobretaxa de 1,25% a.a., desde a data do pedido da Recuperação Judicial (07 de junho de 2022) até a data do efetivo pagamento.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso
Outras características relevantes	As debêntures sujeitam-se às disposições da Resolução CVM nº 160/22 e ao Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

Valor mobiliário	Debêntures Conversíveis
Identificação do valor mobiliário	7ª Emissão - 3ª Série
Data de emissão	30/10/2020
Data de vencimento	31/12/2038

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Quantidade	464.655.135
Unidade	
Valor nominal global R\$	469.672.444,40
Saldo Devedor em Aberto	505.265.357,22
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares em vigor aplicáveis, especialmente a Instrução CVM 476/09.
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	As Debêntures da Primeira Série, a exclusivo critério dos Debenturistas, poderão ser convertidas em Ações. As Conversões das Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 3ª Série ocorrerão anualmente, sempre no dia 15 de dezembro de cada ano, mediante comunicação enviada nos termos da Cláusula 3.3.6.5. 3.3.6.6 e 9.3 do Plano de Recuperação da Emissora e Fiadora até o dia 15 (quinze) do mês de agosto de cada ano. O Preço de Referência é de R\$ 185,18.
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	As Debêntures serão resgatadas antecipadamente mediante pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) objeto do Resgate Antecipado Facultativo (“Valor de Resgate Antecipado Facultativo”), acrescido (i) da Remuneração das Debêntures da respectiva série, calculadas pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização ou data de pagamento da Remuneração das Debêntures da respectiva série imediatamente anterior, até a data do efetivo resgate; e (ii) demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo.
Características dos valores mobiliários de dívida	As Debêntures da Terceira Série farão jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada da Taxa Referencial (TR) do dia da data de pagamento, divulgada pelo Banco Central do Brasil, calculada pro rata temporis, por Dias Úteis, capitalizada de sobretaxa de 1,00% ao ano capitalizados desde a data do pedido de impetração da Recuperação Judicial (07 de junho de 2022) até a data do efetivo pagamento.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso
Outras características relevantes	As debêntures sujeitam-se às disposições da Resolução CVM nº 160/22 e ao Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures Conversíveis	10	0	13

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações ordinárias de emissão da Companhia são listadas no segmento básico da B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão.

As debêntures da 7ª emissão são admitidas para negociação no mercado secundário por meio da CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrados e operacionalizados pela B3 – Segmento CETIP UTVM.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui atualmente valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios sociais, indicar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Aumento de capital por subscrição privada

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios sociais.

b. se houver desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram apresentadas nos itens acima.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
RODRIGO SANTANA CANHIÇARES	Diretor de Relações com Investidores	Alterado	
ANDRÉ FELIPE ROSADO FRANÇA	Diretor Presidente	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ITEM 13.1 DO ANEXO A À RESOLUÇÃO CVM Nº80**

Eu, **ANDRÉ FELIPE ROSADO FRANÇA**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade RG nº 32.740.745-1 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 287.429.558-23, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beneditinos, 15/17, Parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20081-050, na qualidade de **DIRETOR PRESIDENTE DA CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Beneditinos, 15/17, Parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20081-050, inscrita no CNPJ nº 04.032.433/0001-80 (“Companhia”), **DECLARO**, para os devidos fins e efeitos do item 13.1 do anexo A da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80 de 22 de março de 2022 (“Resolução CVM nº 80”), conforme alterada, que:

- a. Revi as informações que constam no formulário de referência da Companhia;
- b. Todas as informações contidas no formulário de referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c. O conjunto de informações contidas no formulário de referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

São Paulo, 30 de maio de 2025.

ANDRÉ FELIPE ROSADO FRANÇA
DIRETOR PRESIDENTE

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ITEM 13.1 DO ANEXO A À RESOLUÇÃO CVM Nº80**

Eu, **RODRIGO SANTANA CANHIÇARES**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade RG nº 32.740.745-1 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 287.429.558-23, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beneditinos, 15/17, Parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20081-050, na qualidade de **DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DA CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Beneditinos, 15/17, Parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20081-050, inscrita no CNPJ nº 04.032.433/0001-80 (“Companhia”), **DECLARO**, para os devidos fins e efeitos do item 13.1 do anexo A da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80 de 22 de março de 2022 (“Resolução CVM nº 80”), conforme alterada, que:

- a. Revi as informações que constam no formulário de referência da Companhia;
- b. Todas as informações contidas no formulário de referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c. O conjunto de informações contidas no formulário de referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

São Paulo, 30 de maio de 2025.

RODRIGO SANTANA CANHIÇARES
DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.